



STCP

Relatório de Gestão e Sustentabilidade 2010

00 Índice

Índice

ÍNDICE	4
1 MENSAGEM DA PRESIDENTE	6
2 O ANO DE 2010	7
2.1 PERFIL DO ANO	7
2.2 CRONOLOGIA DE 2010	8
2.3 EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE	9
3 RELATÓRIO NA ÓPTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
3.1 ADEÇÃO DA STCP À CARTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA UITP, COMO FULL SIGNATORY	18
3.2 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	19
3.3 RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES	20
3.3.1 A Satisfação do Cliente	20
3.3.2 A Comunicação	23
3.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL PERANTE OS TRABALHADORES	31
3.4.1 Desenvolvimento Profissional	32
3.4.2 Benefícios Sociais e Segurança e Saúde dos Trabalhadores	36
3.4.3 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais	37
3.5 RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE	39
3.5.1 Promover a Mobilidade	39
3.5.2 Frota	41
3.5.3 Principais acções e campanhas	44
3.5.4 Promover Produtos Culturais e Turísticos	49
3.5.5 Desenvolver Novos Projectos	51
3.6 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	55
4 GOVERNO DA SOCIEDADE	58
4.1 MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA	58
4.1.1 Missão	58
4.1.2 Visão	58
4.1.3 Política	58
4.1.4 Objectivos e Graus de Cumprimento	59
4.2 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	61
4.3 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	63
4.4 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES	64
4.4.1 Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços	64
4.4.2 Universo de transacções fora das condições de mercado	64
4.4.3 Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE's	64
4.4.4 Contratação Pública	65
4.5 MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	66

4.5.1	Funções e Responsabilidades.....	67
4.5.2	Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração.....	70
4.6	REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	74
4.6.1	Estatuto Remuneratório	74
4.6.2	Remunerações e outras regalias.....	76
4.7	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	78
4.8	AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	80
4.9	CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA	80
4.10	PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS.....	81
4.11	SISTEMA DE CONTROLO	81
4.12	PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE	82
4.13	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	82
4.14	DECISÕES MAIS RELEVANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	83
4.15	ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS.....	88
5	RELATÓRIO DE GESTÃO	89
5.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	89
5.2	BALANÇO DO ANO.....	91
5.3	INVESTIMENTOS.....	95
5.4	FINANCIAMENTO.....	96
5.4.1	Operações de financiamento do ano	96
5.4.2	Gestão do Risco Financeiro.....	96
5.5	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	100
5.6	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	102
5.7	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	103
5.8	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	104
6	PERSPECTIVAS PARA 2011	105
7	CONTAS DO EXERCÍCIO	107
8	OUTRA INFORMAÇÃO	181
8.1	PAINEL DE INDICADORES DE ACTIVIDADE.....	181
8.2	PAINEL DE INDICADORES DE GRI	190
9	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	191
10	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	195

1 Mensagem da Presidente

Sabemos que 2011 é – e vai continuar a ser – um ano difícil, com a exigência de cumprirmos rigorosamente o plano de austeridade que a situação do País requer mas também, simultaneamente, com o dever de reforçar a capacidade empreendedora pela força e engenho daqueles que encontram nas dificuldades e na crise a oportunidade de construir o futuro por caminhos novos.

Concretamente, coloca-se também para a STCP e para os seus trabalhadores o desafio importante de vencer os obstáculos de 2011, com perdas e sacrifícios que enfrentaremos com o espírito de quem quer conquistar um futuro melhor não só para a empresa e para todos nós mas também para o País.

Quando as catástrofes naturais, as perdas e o sofrimento pessoal ou as conjunturas difíceis atingem as pessoas, ultrapassar os prejuízos materiais, a angústia e o horizonte de vida aparentemente perdido, exige dar a cara à luta e encontrar coragem na busca de caminhos de saída. É comum, nessas situações, esquecer divergências e animosidades para formar uma frente comum de combate e reforçar a perspectiva de vitória sobre as dificuldades.

É certo – e desanimador – que no nosso País e com indesejável frequência encontremos exemplos contrários a esta união natural, com oportunismos fáceis e gosto quase macabro em contribuir para o agravamento dos problemas. É igualmente deprimente verificar a actualidade da visão objectivamente crítica que Eça de Queirós tão sabiamente registou acerca dos seus concidadãos.

Compete-nos ser e fazer diferente.

Desejaríamos que 2011 marcasse o avanço do processo de contratualização do serviço público prestado e das medidas de arranque para o reequilíbrio económico-financeiro da empresa como incentivo maior para prosseguir uma caminhada difícil mas exequível com base no esforço comum.

Confiamos na experiência, acumulada por esta empresa ao longo dos momentos mais difíceis dos seus 140 anos de história, que vai seguramente ajudar-nos a manter o espírito colectivo de trabalho, de resistência, de entreaajuda, de dinamismo e de criatividade, como pilares fortes para ultrapassar os novos obstáculos.

De igual modo podemos contar com os nossos clientes, cuja confiança e apoio ficaram expressos em 2010 de forma evidente, no inquérito de satisfação efectuado. Ao utilizarem mais a STCP e ao avaliarem tão positivamente a evolução da empresa, expressam o reconhecimento do esforço desenvolvido para garantir uma crescente melhoria da qualidade do serviço prestado e criam, sem dúvida, o melhor estímulo para vencermos o desafio em curso. Procuraremos gerir as restrições resultantes das medidas de austeridade salvaguardando um nível adequado de oferta.

E contamos, acima de tudo, com a força daqueles muitos trabalhadores que constroem, dia a dia, uma empresa sempre ambiciosa de uma crescente qualidade, porque eles constituirão o motor principal do sucesso que alcançarmos.

Queremos contribuir com o máximo de coragem, de capacidade e de dedicação para a vitória nesta batalha comum.

28 Fevereiro 2011

(Fernanda Meneses)

2 O Ano de 2010

2.1 Perfil do ano

Em 2010 a STCP:

- Serviu uma população de aproximadamente 900 mil pessoas, residentes em 52 freguesias de 6 concelhos do Grande Porto: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto
- Ofereceu serviço de transporte com 85 Linhas
72 Linhas das Redes Diurna e Nocturna
13 Linhas da Rede da Madrugada
- Disponibilizou uma rede de 546 Quilómetros e de 2.720 paragens
543 Quilómetros de rede de autocarro
9 Quilómetros de rede de carro eléctrico
- Utilizou 489 Autocarros e 5 Carros Eléctricos
- Percorreu 30 milhões de quilómetros
- Com um efectivo médio de 1.512 trabalhadores, dos quais 981 motoristas de serviço público, transportou por dia útil cerca de 370 mil passageiros, gerando um volume de negócios de 52,7 milhões de euros
- Aumentou os clientes de assinatura mensais em 4 mil (+3%), de 144 mil em 2009 para 148 mil em 2010
- Proporcionou 109 milhões de deslocações, mais 1% que em 2009
- Realizou um investimento de 12 milhões de euros
- Gerou um Resultado Operacional negativo de 9,3 milhões euros
- Poupou o correspondente a 270 mil euros em emissões de CO₂.

2.2 Cronologia de 2010

Data	Evento
13 Janeiro	Porto Tram City Tour premiado na 5ª edição "Prémios Turismo de Portugal", Projectos Turísticos de Excelência
12 Fevereiro	Em colaboração com a ARS Norte, a STCP possibilitou a vacinação de prevenção da Gripe A (H1N1) aos trabalhadores
1 Março	Início da campanha de divulgação do novo número SMSBUS 68998
13 Abril	A STCP venceu o Prémio Acessibilidade aos Transportes, atribuído pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT), com a candidatura "Rede de Acesso Fácil"
19 Abril	Início do serviço da linha 907 com ligação de Vila d' Este, em Gaia, ao Porto, pela Ponte da Arrábida
1 Maio	Criação de uma nova linha de serviço telefónico fixo, de apoio ao cliente, 226 158 158
15 Maio	Desfile de Carros Eléctricos Históricos
28 Junho	Criação de linha 208 que permitiu o acesso ao Centro de Saúde de Aldoar
8 Julho	Entrega de Prémios do Concurso de Arquitectura para a Requalificação do Museu do Carro Eléctrico
15 Julho	Assinatura de Contratos de co-financiamento para a Musealização da Antiga Central de Massarelos
26 Julho	Entrega de Prémio de Apoio à Mobilidade e Inclusão da Associação dos Proprietários da Urbanização de Vila d' Este à STCP, pelas vantagens significativas do reforço de mobilidade resultante da linha 907
25 Agosto	A STCP completou 140 anos da primeira concessão de Transporte Público
1 Setembro	Entrada em operação de 20 autocarros novos articulados a gasóleo
19 Setembro	Assinatura pela STCP da Carta de Desenvolvimento Sustentável da UITP, na sua versão Full Charter, atribuindo assim um maior nível de responsabilidade e de exigência à empresa
24 Setembro	Entrega dos Prémios de Mérito STCP 2006-2008 a 29 motoristas, numa cerimónia integrada na Semana Europeia da Mobilidade
15 Dezembro	A STCP e a Multimédia Outdoors Portugal (MOP) assinaram o Contrato de Concessão de Publicidade no Exterior dos Autocarro por 3 anos, resultado de um Concurso Público Internacional
16 Dezembro	Iniciativa "Um Eléctrico Chamado... Natal" até 8 de Janeiro de 2011. As viagens foram animadas pelo "Bando Electro-Magnético"

2.3 Evolução da Actividade

	unidade	2007	2008	2009	2010	10/09
PROCURA E OFERTA						
Passageiros	10 ³	109.102	111.254	108.243	109.220	0,9%
Passageiros km	10 ³	432.875	441.425	410.404	388.665	-5,3%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,97	3,97	3,79	3,56	-6,1%
Viaturas km	10 ³	29.715	29.535	28.877	29.848	3,4%
Lugares km	10 ³	2.601.111	2.569.839	2.517.243	2.608.568	3,6%
Velocidade Média Comercial Autocarros	km/h	16,0	16,2	16,2	16,1	-0,7%
Taxa de Ocupação Autocarros	%	16,6%	17,2%	16,3%	14,9%	-8,6%
Rendimentos operacionais sem indemnizações compensatórias (IC)	m€	51.823	53.844	52.828	53.733	1,7%
Indemnizações Compensatórias (IC)	m€	16.897	17.812	19.156	18.975	-0,9%
Gastos operacionais	m€	83.523	85.788	87.887	81.963	-6,7%
Taxa de cobertura	%	62,0%	62,8%	60,1%	65,6%	9,1%
Rendimento operacional sem IC por passageiro	€	0,475	0,484	0,488	0,492	0,8%
Rendimento operacional com IC por passageiro		0,630	0,644	0,665	0,666	0,1%
Gasto operacional por passageiro	€	0,766	0,771	0,812	0,750	-7,6%
Rendimento operacional sem IC por km percorrido	€	1,74	1,82	1,83	1,80	-1,6%
Rendimento operacional com IC por km percorrido		2,31	2,43	2,49	2,44	-2,3%
Gasto operacional por km percorrido	€	2,81	2,90	3,04	2,75	-9,8%
Rendimento operacional sem IC por passageiro km	€	0,12	0,12	0,13	0,14	7,4%
Rendimento operacional com IC por passageiro km	€	0,16	0,16	0,18	0,19	6,7%
Gasto operacional por passageiro km	€	0,19	0,19	0,21	0,21	-1,5%
Rendimento operacional sem IC por lugar km	€	0,020	0,021	0,021	0,021	-1,8%
Rendimento operacional com IC por lugar km	€	0,026	0,028	0,029	0,028	-2,5%
Gasto operacional por lugar km	€	0,032	0,033	0,035	0,031	-10,0%

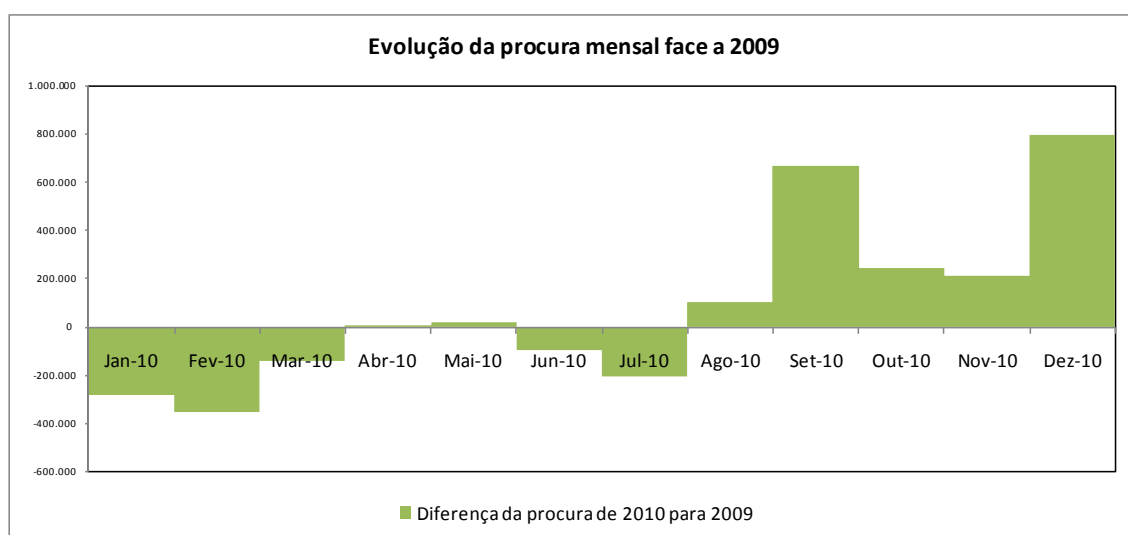
Procura

Procura 2010

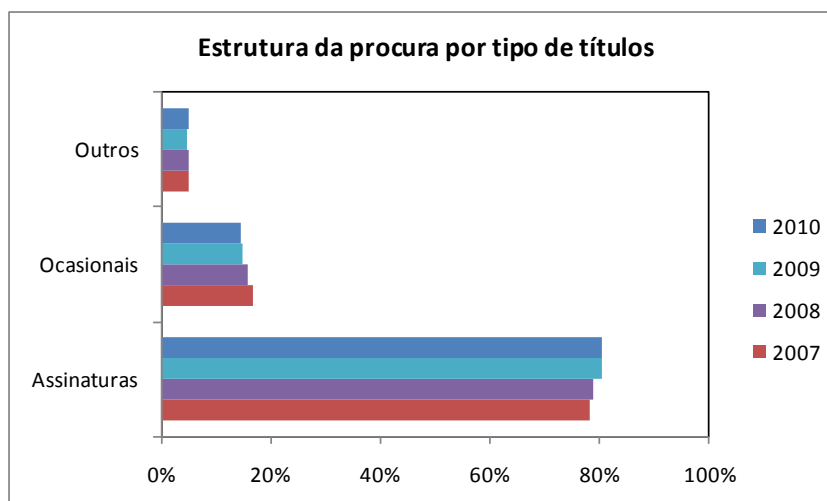
Em 2010, verificou-se um aumento da procura face ao ano anterior de cerca de 1%, tendo-se atingido 109 milhões de passageiros. Esta recuperação verificou-se quase na totalidade no 2º semestre do ano, em que o aumento foi de 3,5%, o que equivale a um acréscimo superior a 1,8 milhões de entradas.

Salienta-se o dia 10 de Novembro em que foi atingido o número máximo de validações por dia desde a entrada na Nova Rede, com 425 mil passageiros.

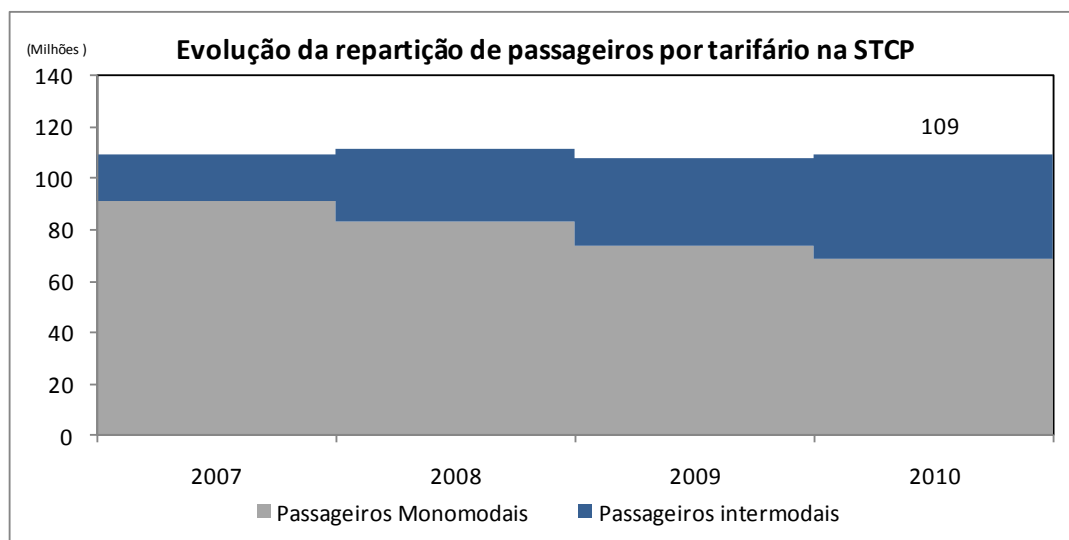
O modo carro eléctrico registou um aumento de procura de cerca de 30% relativamente a 2009, o que significa um número recorde de passageiros desde a abertura da linha 22 Carmo-Batalha, em Setembro 2007.



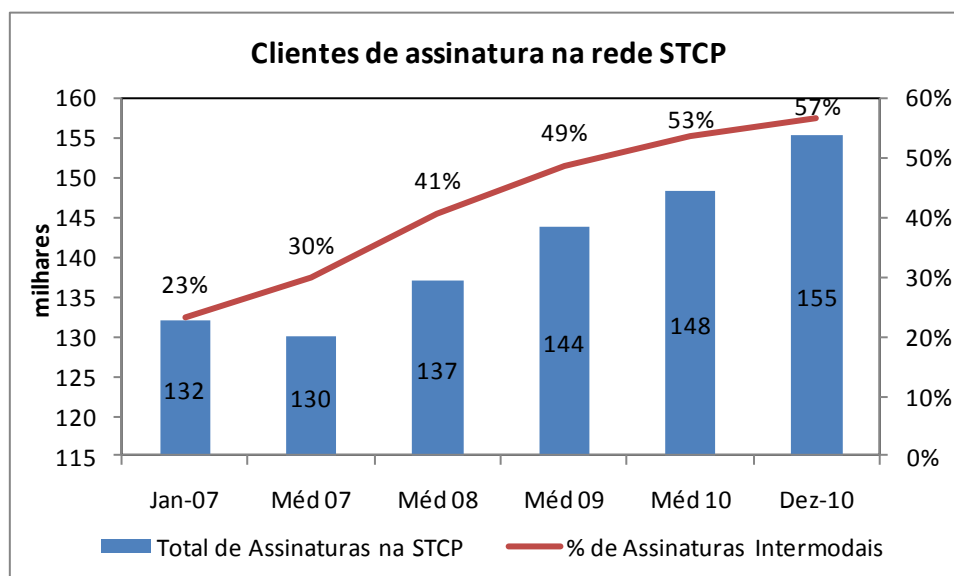
Em face desta evolução nos últimos meses do ano, espera-se que a tendência se mantenha e que 2011 seja um ano de aumento de procura para a STCP.



A estrutura de títulos mantém-se muito semelhante ao longo dos anos – cerca de 80% dos passageiros são clientes de assinatura.

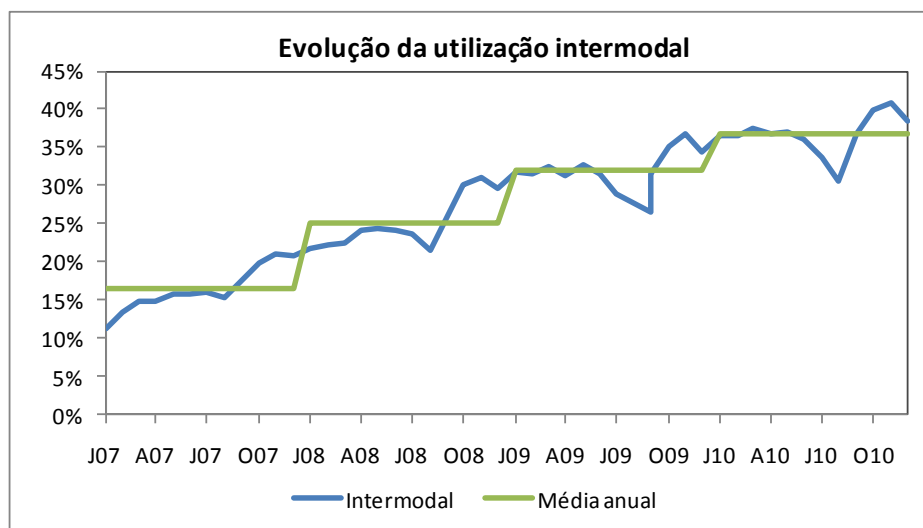


Apesar disso, há uma forte transferência de clientes para o tarifário Andante, nomeadamente para os títulos mensais decorrentes da criação dos tarifários especiais para estudantes.



Regista-se uma maior fidelização de clientes nos transportes públicos - estes clientes subiram de 132 mil/mês em 2007 para 162 mil/mês em Novembro de 2010.

Pode assim dizer-se que o número de "clientes" da STCP teve um aumento muito expressivo desde 2007. Constata-se que com a construção do sistema intermodal e a adaptação da rede da STCP ao novo modo de transporte as pessoas começaram a utilizar um verdadeiro sistema intermodal com uma utilização repartida dos vários modos disponíveis.

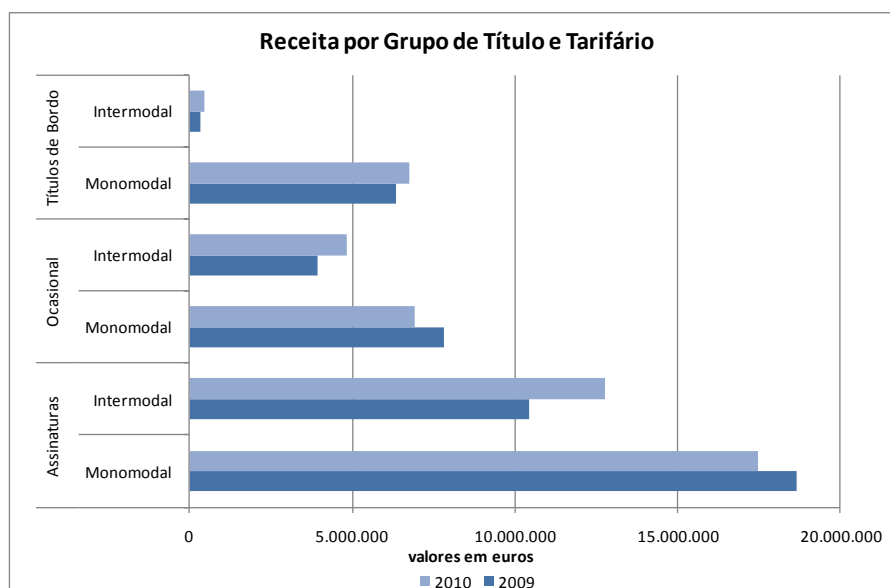


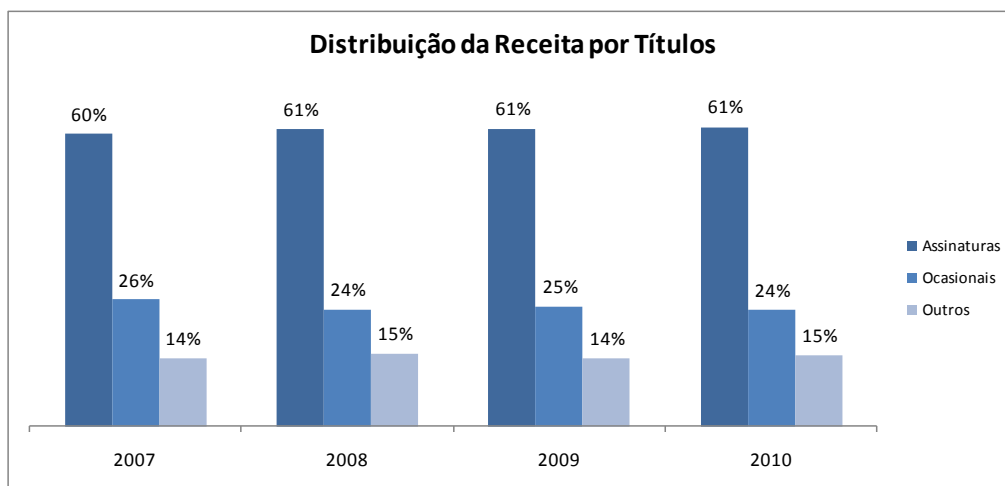
Esta tendência de crescimento de clientes de assinatura e do título intermodal aqui expressa reflecte, uma vez mais, a estratégia seguida pela empresa como agente dinâmico da construção de um verdadeiro sistema de transportes da Área Metropolitana do Porto com os consequentes benefícios para os clientes.

Receita do Serviço de Transporte

A receita da prestação de serviço de transporte de 2010, de cerca de 49,2 milhões de euros foi superior em 3,4% à registada no ano de 2009, em resultado do aumento verificado na procura. A partir do dia 1 de Julho ocorreu o aumento de tarifário de 1,20%, que deu cobertura ao aumento da taxa de IVA de 5% para 6%, não se refletindo assim em aumento de receita efectiva para a empresa.

À semelhança do comportamento da procura, a receita proveniente dos títulos intermodais tem vindo a aumentar o seu peso na receita total, passando de 31% no ano de 2009 para 37% em 2010.





Rede de Vendas

Em 2010 a STCP disponibilizou aos clientes 784 locais para carregamento dos diversos títulos de transporte, dos quais 495 agentes payhsop, que corresponde a 63% do total dos pontos de venda.

A esta rede de vendas somam-se ainda todos os autocarros da STCP onde é também possível a aquisição do Agente Único e do título diário andante.

A estrutura da Rede de Vendas manteve-se similar ao ano anterior com excepção dos postos de atendimento próprio da STCP, que ficaram reduzidos a 3, com o encerramento da loja do Campo 24 de Agosto no final de 2009.

Fiscalização dos Títulos de Transporte

Em 2010 a taxa de fiscalização de viagens foi de 2,9% e a taxa de fiscalização de passageiros de 1,0%, valores semelhantes aos verificados em 2009.

Quanto ao número de infracções detectadas, registou-se um aumento significativo de cerca de 2.800, de 3.164 para 5.956, resultado de um trabalho mais eficaz por parte das equipas de fiscalização.

Em 2010 foi lançado um concurso público internacional, do qual resultou a mudança da empresa adjudicatária do serviço.

Serviço Social

A STCP manteve em 2010 a promoção da inclusão social garantindo mobilidade a zonas e em horários de cobertura para cidadãos directamente dependentes do transporte público.

Linhas Z

As Linhas Z, assim designadas por assegurarem resposta a necessidades específicas de mobilidade local e que têm por objectivo reduzir o isolamento de algumas áreas mais

desfavorecidas e/ou com redes viárias de difícil acesso, registaram aumento da procura em 2010, apesar de no valor total transportarem apenas 856 mil passageiros.

Salienta-se a alteração da operação em 2010 da linha ZM, Zona Massarelos, de um operador privado para operação própria, tendo registado também aumento de procura.

Rede da Madrugada

As 13 linhas que efectuam o serviço de madrugada, entre a 1 hora e as 6 horas da manhã em todos os dias do ano, com partidas conjuntas da Baixa do Porto – Avenida dos Aliados – a todas as horas, registaram um aumento de procura de 17%. A STCP transportou 507 milhares de passageiros, a uma média diária de 1.400, e continua a ser o único operador de transporte público do Grande Porto a garantir esta mobilidade.



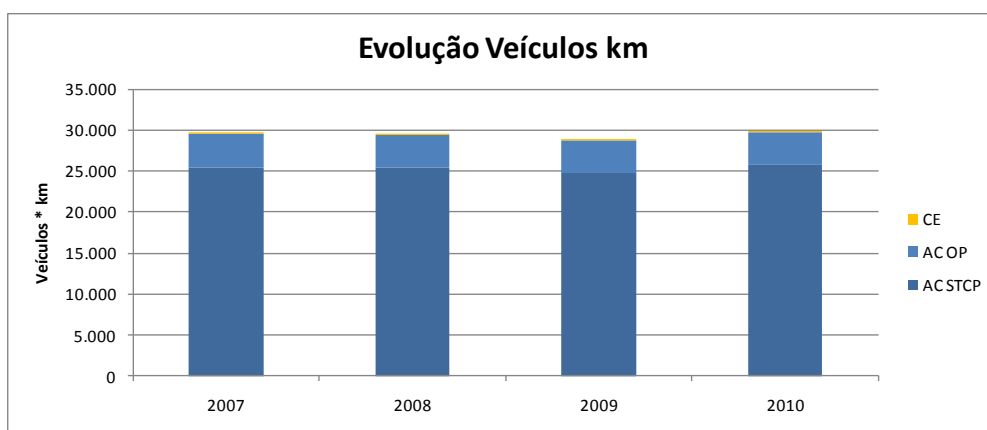
Oferta

Quilómetros Percorridos e Lugares Km

Foram percorridos 30 milhões de quilómetros em 2010, registando-se um aumento de 3,4% face a 2009, ano em que a oferta foi penalizada devido ao período de greve ocorrido durante o segundo semestre do ano. Se a comparação for efectuada com 2008, base mais estável, a oferta global aumentou 1,1%.

Para o aumento de quilómetros percorridos contribuiu a nova oferta da linha 907, para Vila D'Este.

Realça-se o aumento de 19% na produção de carro eléctrico, resultado de um aumento de oferta no período de verão e melhoria da taxa de cumprimento do serviço, sendo que no global este modo é residual, representando em 2010 apenas 0,4% do total da oferta da Empresa.



A oferta de lugares teve um aumento superior aos Km percorridos, de 3,6%, devido à entrada em operação da nova frota de articulados, em Setembro, com uma lotação de 145 lugares.

Do total de quilómetros percorridos, 13,5% respeita a produção subcontratada a operadores privados.



Taxa de ocupação global

A taxa de ocupação global em 2010 foi de 14,9%, menos 1,4 pp do que o verificado em 2009. Esta variação é explicada por um lado pela diminuição do percurso médio por passageiro efectuado pelos clientes STCP, em consequência de uma maior utilização do sistema integrado de transportes e por outro lado, pelo aumento da lotação média da frota, resultante da entrada ao serviço de viaturas articuladas, com maior capacidade.

Velocidade Comercial

A velocidade média comercial da rede STCP teve um decréscimo 0,6% face ao exercício anterior. O decréscimo explica-se em parte pela quantidade e duração de desvios na rede viária que implicam alterações de percursos da rede de serviço, e por um maior congestionamento na baixa do Porto, em especial durante o serviço nocturno, em consequência da revitalização sua vida nocturna.

Velocidade Comercial	2007	2008	2009	2010
Autocarros	16,0	16,2	16,2	16,1
Tracção Eléctrica	7,9	7,4	7,5	7,4

Taxa de cumprimento de viagens da produção da frota própria de autocarros

Durante o ano de 2010 foram realizadas 2,3 milhões de viagens.

A taxa de cumprimento de viagens, medida pelo rácio viagens realizadas / viagens previstas atingiu o valor de 98,8%. Cerca de 45% das viagens não realizadas foram afectadas por factores exógenos à empresa, nomeadamente o congestionamento de trânsito, estacionamento indevidos ou interrupções da via pública.

Em 2010, a rede da STCP foi afectada por 278 desvios de trânsito, devido a obras na via pública. Embora se tenha registado um menor número de desvios face ao ano de 2009 (-2%), o período de duração de cada desvio foi superior em número médio de dias (21 dias em 2010 e 19 dias em 2009).

Taxa de acidentes

Em 2010 registou-se uma descida quer do número de acidentes (-4,3%) quer da taxa de acidentes, por milhão de quilómetros. A taxa de acidentes passou de 42,8 em 2009 para 29,5 em 2010, correspondendo a uma redução de aproximadamente 8%.

Esta redução resulta sobretudo de um melhor desempenho por parte do pessoal tripulante, fruto de acções de sensibilização para uma condução defensiva.

Operação Via Livre

Mantém-se o protocolo estabelecido entre a STCP e a Câmara Municipal do Porto que tem por objectivo combater as situações de estacionamento indevido que prejudicam a operação de Transporte Público

Em 2010 efectuaram-se 83 remoções de viaturas mal estacionadas e elaboraram-se 2.527 autos de multa, 47% referentes a estacionamento sobre linha contínua amarela e 35% em locais de paragem de autocarros.

Corredores Bus

Em 2010 a extensão dos corredores Bus situou-se nos 24,7 km, mais 100 metros do que em 2009, o que representa cerca de 4,5% da extensão da rede de autocarro.

3 Relatório na Óptica do Desenvolvimento Sustentável

O relatório na óptica do desenvolvimento sustentável tem por objectivo medir, divulgar e prestar contas, sobre o desempenho da STCP abrangendo os aspectos económicos, ambientais e sociais.

De acordo com o World Commission on Environment and Development (Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987, p.43.) o **desenvolvimento sustentável** é *“satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”*.

3.1 Adesão da STCP à Carta de Desenvolvimento Sustentável da UITP, como Full Signatory

Em Setembro, a STCP assinou a Carta de Desenvolvimento Sustentável da UITP (Union Internationale de Transports Publics), como **Full Signatory**, atribuindo assim um maior nível de responsabilidade e de exigência à empresa.



A adesão à Carta de Desenvolvimento Sustentável da UITP pressupõe que os signatários se comprometem a seguir uma política que promova a aplicação de práticas eficazes e também ética e economicamente sãs no exercício das suas actividades comerciais.

Os objectivos estratégicos dos subscritores devem orientar-se pelos princípios sociais, económicos e ambientais que constituem a base do Desenvolvimento Sustentável.

A STCP, ao aderir à Carta UITP de Desenvolvimento Sustentável, passa a integrar o contingente das empresas que hoje se preocupam com o futuro da sociedade onde se inserem.

3.2 Sistema Integrado de Gestão – Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

A auditoria realizada pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação, em Novembro de 2010, confirmou que se encontravam reunidas as condições para a manutenção das certificações do sistema integrado de gestão nas vertentes da Qualidade (Normas NP EN ISO 9001:2008), Ambiente (NP EN ISO 14001:2004) e Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007).

O ano de 2010 fica marcado pela ênfase que foi dada à avaliação do trabalho dos prestadores de serviço com actividade nas instalações da empresa, com vista à plena integração dos seus procedimentos com as práticas seguidas internamente.

Sistema de Gestão da Qualidade

Durante o ano de 2010 o Registo e Tratamento das Reclamações e Sugestões dos Clientes foi integrado numa plataforma informática com vista à melhoria de resposta ao cliente e da sua celeridade.

Esta plataforma está integrada com o novo Portal da Qualidade, que passou a incluir a Gestão de Auditorias, e o Registo e Tratamento de Ocorrências e Acções.

Em 2011, será implementada a gestão da elaboração e distribuição automática da documentação do Sistema Integrado de Gestão.

A experiência obtida ao longo destes últimos três anos, veio alavancar a revisão do mapa de processos da empresa, permitindo a concepção de um modelo mais adaptado à realidade da actividade desenvolvida, com o consequente ajustamento dos principais indicadores de gestão. A sua implementação efectiva verificar-se-á já em 2011.

Os resultados obtidos pelo Inquérito de Satisfação do Cliente (de que se dá conta no ponto 3.3.1 deste relatório) vêm demonstrar que a opção da empresa pela certificação em 2008, mereceu o reconhecimento dos clientes.

Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

Os aspectos relacionados com o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.4.2..

Sistema de Gestão Ambiental

Os aspectos relacionados com o Sistema de Gestão Ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.6.2.

3.3 Responsabilidade Perante os Clientes

A responsabilidade perante os Clientes afere-se pelo nível da qualidade do serviço prestado pela empresa, a qual se traduz essencialmente por:

- Adequação dos horários e frequências, no grau de cumprimento do serviço programado
- Clareza e disponibilização atempada da informação ao público (em especial das alterações ocasionais ao serviço normal)
- Postura dinâmica de contributo para a intermodalidade
- Qualidade da frota em serviço
- Garantia de acessibilidade aos cidadãos com necessidades especiais
- Adequada formação inicial e reciclagem do pessoal em serviço do público
- Cobertura geográfica e facilidade de acesso à rede de vendas
- Atenção e comunicação com os Clientes, em especial no tratamento das sugestões e reclamações
- Permanente capacidade de inovação e de desenvolvimento de novas e melhores práticas e soluções.

Para a mais-valia dessa qualidade contribui, ainda, a forma e o grau da cooperação da empresa com stakeholders e outras empresas e entidades, pelo conjunto das parcerias que estabelece numa intervenção acrescida de apoio às populações que serve.

3.3.1 A Satisfação do Cliente

Avaliação da Satisfação do Cliente

Em 2010 a STCP retomou o seu inquérito anual de satisfação, Estudo de Imagem e Satisfação dos Clientes, realizado por uma entidade externa, tendo merecido uma avaliação positiva por parte dos seus clientes em todos os índices medidos: os clientes da STCP estão, em geral, satisfeitos com o serviço prestado pela empresa e mais satisfeitos do que em 2007. 73% dos clientes apresentam níveis de satisfação entre 50 e 80, num máximo de 100, e 11% estão muitíssimos satisfeitos com a empresa (níveis de satisfação acima de 80).

Relativamente ao perfil dos clientes concluiu-se que, face a 2007, há mais clientes homens, continuando no entanto o sexo feminino a assumir lugar de destaque na procura. Há também mais clientes com instrução superior, atingindo este segmento cerca de 25% dos clientes da empresa.

Os índices mais bem cotados dizem respeito à lealdade e à imagem.

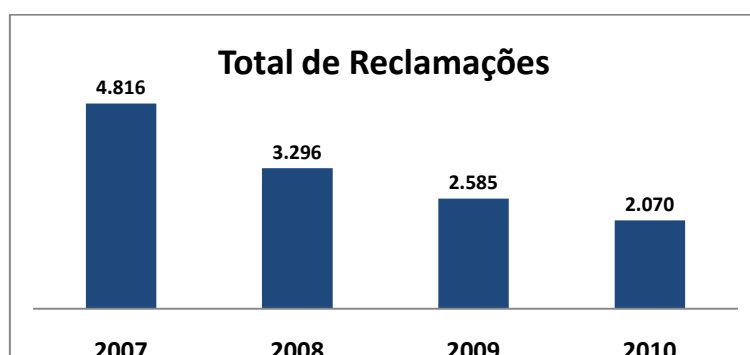
Salientam-se em termos das maiores evoluções os indicadores: intenção de continuar a ser cliente da STCP, a melhoria nos tempos de espera, a preocupação da STCP com os clientes e a disponibilidade dos lugares sentados.

Os indicadores com maiores valores absolutos estão relacionados com a informação ao público salientando-se a internet e a informação nas paragens, assim como o atendimento de motoristas e rede de vendas, a facilidade na aquisição de títulos de transporte, a segurança e limpeza e higiene das viaturas.

As melhorias salientadas neste estudo são o reflexo de várias medidas da STCP, como a renovação da frota, a formação de motoristas, a melhoria da informação e também a Certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança.

Tratamento das reclamações

As reclamações apresentadas pelos clientes da STCP mantêm a tendência de redução, com um total de 2.070 reclamações, que traduzem uma quebra de 20% face ao ano anterior.



As reclamações relacionadas com horários foram responsáveis por cerca de 50% do total.

Os principais canais de entrada das reclamações são a Linha Azul (44%) e a Provedoria (24%).

Foram também recebidas 293 sugestões, muitas das quais com a solicitação de novas linhas em percursos já concessionados a outros operadores.

Alterações de Serviço

Em 2010 verificaram-se três situações de alterações de percursos com muito impacto na satisfação dos nossos clientes:

Criação da Linha 907 – Ligando a Boavista a Vila D’Este, pretensão já muito antiga dos clientes deste local, requerida em 2006 mas só possível em 2010 com a atribuição da concessão pelo IMTT.



Criação da Linha 208 – Linha que resultou do desdobramento da Linha 501, com término em Aldoar, servindo o novo Centro de Saúde de Aldoar e mantendo o serviço também ao Centro de Saúde de Ramalde, com passagem pelas respectivas Juntas de Freguesia.



Prolongamento da linha 801 à Cordoaria – Alteração de término no Porto para permitir a ligação de uma linha de Gondomar ao Hospital de Santo António, novo hospital de referência deste concelho.

Em termos de **horários e paragens** introduziram-se ajustamentos múltiplos para melhorias de transbordos e adaptação a horários escolares, alguns derivados de sugestões de clientes.

Salientam-se ainda **ajustamentos** decorrentes de alterações de edificações na baixa do Porto, que implicaram mudanças de termos de algumas linhas, dos quais se salientam:

Linha 304 – Alteração do término para a Trindade.

Linha 501 – Alteração de percurso intermédio na sequência da criação da nova linha 208.

Linha 600 – Alteração do término de Sá da Bandeira para a Avenida dos Aliados.

3.3.2 A Comunicação

Spider Maps - mapa de transportes centrado num conjunto de paragens

Em Setembro foi colocado em testes no interface do Hospital de S. João o primeiro Spider Map, ou **mapa de transportes centrado num conjunto de paragens (hub)**. Tem como objectivo permitir ao cliente que não conhece os transportes públicos no local, a possibilidade de, através da escolha do destino pretendido, obter a linha que o conduzirá ao referido local, podendo de seguida consultar a paragem à qual se deve deslocar para prosseguir a sua viagem.

Estes novos mapas pretendem dar uma visão imediata e clara de todas as linhas disponíveis a partir do local de referência, que é colocado no centro da rede desenhada, numa escala maior. São representados também outros marcos orientadores, como edifícios públicos, para que o cliente possa facilmente localizar a paragem a utilizar, entretanto identificada na lista de destinos que completa o “spider map”. Estes novos mapas “zona” de autocarros complementam os actuais mapas à paragem e mapas de rede.

Para despertar o interesse dos clientes por esta nova informação, optou-se por fazer a impressão dos mapas em grande formato, colocando-os em três locais ao longo da interface do Hospital de S. João.

O projecto entra agora numa fase de avaliação por parte dos clientes, que são convidados a dar a sua opinião sobre os mapas. Futuramente, os mapas esquemáticos serão colocados nos principais interfaces de transportes, mas também poderão ser disponibilizados em outros locais como escolas e hotéis.



Horários da STCP com mais informação: projecto Multi Horários

No Verão de 2010 a STCP disponibilizou, em todas as cerca de 2.700 paragens os horários a praticar durante todo o ano para cada linha, correspondendo a uma necessidade sentida pelos clientes.

A informação continua organizada por tipo de dia (dias úteis, sábados, domingos) mas passou a apresentar uma tabela para cada período do ano (Verão I, Verão II, Inverno, Férias Escolares e Pontes).

A disponibilização permanente dos horários permitirá certamente aos clientes uma melhor organização das suas viagens.

500 LOIOS - MATOSINHOS (MERCADO)

Horário na Paragem ALFÂNDEGA

	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	h
INVERNO Em vigor: a partir de 06/09 excepto dias: 24 e 31/12	08 15	33 30	55 45	10 10 min.	05 12	30 27	52 49	10 10 min.	07 07	35 32	57 54	10 10 min.	02 06	31 28	53 50	10 10 min.	01 05	30 27	52 49	10 10 min.	05 05
DIAS ÚTEIS																					
VERÃO I Em vigor: de 27/06 a 29/07	03 15	33 30	55 45	10 10 min.	05 01	30 27	52 49	10 10 min.	01 01	30 27	52 49	10 10 min.	05 00	30 27	52 49	10 10 min.	01 01	30 27	52 49	10 10 min.	05 05
VERÃO II Em vigor: de 30/07 a 04/09	03 15	33 30	55 45	10 10 min.	09 05	33 30	55 45	10 10 min.	01 01	30 27	52 49	10 10 min.	01 01	30 27	52 49	10 10 min.	01 01	30 27	52 49	10 10 min.	05 05
SÁBADOS																					
DOMINGOS E FÉRIAS																					

Atualizado em: 06/09/2010
Horário indicativo
sujeito a alterações

STCP

Projecto de Produção Automática de Folhetos

Concluiu-se em 2010 o desenvolvimento de software para automatização de folhetos de linhas, permitindo que a sua construção e desenho sejam realizados internamente de forma rápida. O folheto de alteração da linha 801 foi o primeiro produzido de acordo com esta técnica.

Ecrãs GOBUS

Em Agosto de 2010 entraram em funcionamento os primeiros sete ecrãs GOBUS, instalados nas quatro principais estações de Metro: Campanhã, Trindade, S.Bento e Casa da Música.

Graças a desenvolvimentos internos, estes ecrãs apresentam os horários em tempo real dos autocarros que servem as proximidades de cada estação, permitindo saber as próximas passagens das diversas linhas nas respectivas paragens. A informação agora disponibilizada aos clientes de metro é a mesma que é apresentada pelo SMSBUS e nos painéis de informação ao público (PIP), indicando adicionalmente os locais de cada paragem e respectivos códigos par uma melhor orientação do cliente.

Com este serviço, a STCP e a Metro do Porto pretendem reforçar a qualidade de informação aos clientes intermodais e melhorar a sua percepção sobre o tempo de espera dos autocarros.

Os ecrãs também passam, em rodapé, notícias curtas da STCP, para uma mais ampla divulgação das novidades da empresa.

Este projecto foi desenvolvido em parceria entre a STCP e a Metro do Porto e para intensificar a sua utilização foi realizada uma campanha de promoção deste novo serviço com recurso à conjugação de meios de ambas as empresas.



NOVO

GOBUS

STCP AO MINUTO

PARA SABER QUANDO CHEGA O SEU AUTOCARRO LOGO AO SAIR DO METRO

STCP	Horários em tempo real		13:50
	Paragem	Tempo	
201	VIGAS	4 paradas	14:01 - 10 min
202	C. GÓDOL	4 paradas	14:06 - 10 min
203	C. GÓDOL	12:54 - 4 min	13:59 - 6 min
204	PALESTRADA	14:01 - 10 min	14:06 - 10 min
205	PALESTRADA	13:51 - 1 min	14:00 - 10 min
206	PALESTRADA	13:51 - 10 min	14:06 - 10 min
207	SA. BARRADA	13:51 - 8 min	14:15 - 24 min
208	SA. BARRADA	13:51 - 10 min	14:15 - 24 min
209	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
210	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
211	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
212	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
213	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
214	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
215	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
216	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
217	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
218	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
219	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
220	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
221	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
222	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
223	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
224	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
225	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
226	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
227	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
228	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
229	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
230	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
231	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
232	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
233	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
234	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
235	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
236	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
237	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
238	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
239	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
240	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
241	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
242	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
243	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
244	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
245	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
246	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
247	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
248	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
249	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min
250	SA. BARRADA	14:00 - 10 min	14:14 - 24 min

NOVO PROJECTO GoBus - Ecrãs com informação de partidas e chegadas dos autocarros.

NÃO PERCA TEMPO!
Sempre inspirada em si, a STCP apresenta o GoBus: novos ecrãs com informação de partidas e chegadas dos autocarros em tempo real. Além do SMSBus e dos painéis electrónicos nas paragens, agora também com os ecrãs GoBus pode saber quando chega o seu autocarro nos principais pontos da cidade ou locais de interligação. Procure o GoBus nas estações de metro da Trindade, Casa da Música, Campanhã e São Bento.

GoBus. A forma mais inteligente de apanhar o seu autocarro.

Painéis de Informação ao Público (PIP)

No final de 2010 estavam a funcionar, junto a paragens da STCP reconhecidas como locais de elevada procura de passageiros, um total de 31 PIP (Painéis de Informação ao Público) em

tempo real) distribuídos por concelho da seguinte forma: 15 no Porto, 6 em Matosinhos, 6 na Maia, 2 em Valongo e 2 em Gondomar.



Guia para uma Boa Viagem na STCP

Na sequência de algumas sugestões recebidas de clientes e também de informações internas, a STCP decidiu efectuar uma campanha, com início em Agosto, para relembrar algumas regras de comportamento a observar nos autocarros, composta por mensagens gráficas muito simples e de fácil apreensão.

Foram seis as mensagens seleccionadas em 2010, salientando-se algumas dessas regras:

- necessidade de dar indicação ao motorista que se pretende utilizar aquele autocarro fazendo o sinal de paragem
- necessidade de formar correctamente a fila de espera
- necessidade de ir ocupando a retaguarda do autocarro à medida que este vai recebendo passageiros.

Estas mensagens estão colocadas no interior dos autocarros em cartazes e passam também nos painéis de informação. A estes cartazes iniciais seguir-se-ão outros para relembrar mais regras elementares para uma boa viagem.



“Pasta do Caloiro”

Esta iniciativa dos três operadores públicos, STCP, CP-Porto e Metro do Porto, em conjunto com o TIP - Transportes Intermodais do Porto, repetiu-se em 2010, abrangendo um total de 15.000 novos estudantes de todas as instituições de ensino superior do concelho do Porto, públicas e privadas.

O kit incluía a oferta de 1 cartão Andante azul carregado com um título Andante 24 Z3 e um caderno com a informação da acessibilidade em transporte público às Universidades e Politécnicos, bem como a locais de interesse na cidade.

Divulgação de Alterações de Linhas

A criação de duas novas linhas e o prolongamento da linha 801 ao Hospital de Santo António mereceram um esforço diferenciado de informação e promoção.

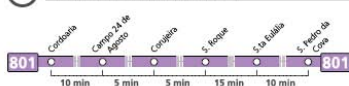
O início de operação da Linha 907, em Abril, justificou uma ampla campanha de informação que, para além dos meios próprios da STCP - paragens, autocarros e internet - incluiu uma campanha de media, com rádio e imprensa, marketing directo, com distribuição postal de folhetos ao longo do percurso da linha, no concelho de Vila Nova de Gaia, bem como de um dia de oferta de serviço grátis para experimentação dos clientes.

Esta divulgação manteve-se activa durante todo o ano, através da decoração integral de 20 retaguardas que circularam inicialmente na área de influência da linha e posteriormente em toda a rede.

801 CORDOARIA - S. PEDRO DA COVA

Agora com percurso até à Cordoaria, a linha 801 permite uma ligação directa do concelho de Gondomar ao Hospital de Santo António e a toda a sua envolvente comercial e de lazer.

TEMPOS APROXIMADOS DE VIAGEM



FREQÜÊNCIAS (em minutos)			
Dias Úteis	Sábados	Domingos	
Pr. Manhã	10	Manhã	30
H. normais	20		
Pr. tarde	10	Tarde	20
Nocturno	30	Nocturno	30

PRIMEIRA E ÚLTIMA VIAGEM			
Dias Úteis	Sábados	Domingos	
1ª viagem	06:00	00:45	1ª viagem
Última viagem	00:45	06:30	Última viagem
Para S. P. Cova	06:00	00:30	06:10
Para S. P. Cova	06:00	00:30	06:10

TARIFÁRIO DE TÍTULOS OCASIONAIS STCP			
Cordoaria	Centro 24 de Agosto	Corujeira	S. Pedro da Cova
T1	T1	T1	T1
T2	T2	T2	T2
T3	T3	T3	T3
T4	T4	T4	T4
T5	T5	T5	T5
T6	T6	T6	T6
T7	T7	T7	T7
T8	T8	T8	T8
T9	T9	T9	T9
T10	T10	T10	T10
T11	T11	T11	T11
T12	T12	T12	T12
T13	T13	T13	T13
T14	T14	T14	T14
T15	T15	T15	T15
T16	T16	T16	T16
T17	T17	T17	T17
T18	T18	T18	T18
T19	T19	T19	T19
T20	T20	T20	T20
T21	T21	T21	T21
T22	T22	T22	T22
T23	T23	T23	T23
T24	T24	T24	T24
T25	T25	T25	T25
T26	T26	T26	T26
T27	T27	T27	T27
T28	T28	T28	T28
T29	T29	T29	T29
T30	T30	T30	T30
T31	T31	T31	T31
T32	T32	T32	T32
T33	T33	T33	T33
T34	T34	T34	T34
T35	T35	T35	T35
T36	T36	T36	T36
T37	T37	T37	T37
T38	T38	T38	T38
T39	T39	T39	T39
T40	T40	T40	T40
T41	T41	T41	T41
T42	T42	T42	T42
T43	T43	T43	T43
T44	T44	T44	T44
T45	T45	T45	T45
T46	T46	T46	T46
T47	T47	T47	T47
T48	T48	T48	T48
T49	T49	T49	T49
T50	T50	T50	T50
T51	T51	T51	T51
T52	T52	T52	T52
T53	T53	T53	T53
T54	T54	T54	T54
T55	T55	T55	T55
T56	T56	T56	T56
T57	T57	T57	T57
T58	T58	T58	T58
T59	T59	T59	T59
T60	T60	T60	T60
T61	T61	T61	T61
T62	T62	T62	T62
T63	T63	T63	T63
T64	T64	T64	T64
T65	T65	T65	T65
T66	T66	T66	T66
T67	T67	T67	T67
T68	T68	T68	T68
T69	T69	T69	T69
T70	T70	T70	T70
T71	T71	T71	T71
T72	T72	T72	T72
T73	T73	T73	T73
T74	T74	T74	T74
T75	T75	T75	T75
T76	T76	T76	T76
T77	T77	T77	T77
T78	T78	T78	T78
T79	T79	T79	T79
T80	T80	T80	T80
T81	T81	T81	T81
T82	T82	T82	T82
T83	T83	T83	T83
T84	T84	T84	T84
T85	T85	T85	T85
T86	T86	T86	T86
T87	T87	T87	T87
T88	T88	T88	T88
T89	T89	T89	T89
T90	T90	T90	T90
T91	T91	T91	T91
T92	T92	T92	T92
T93	T93	T93	T93
T94	T94	T94	T94
T95	T95	T95	T95
T96	T96	T96	T96
T97	T97	T97	T97
T98	T98	T98	T98
T99	T99	T99	T99
T100	T100	T100	T100

TARIFÁRIO DE TÍTULOS OCASIONAIS ANDANTE			
IDA	Volta	Paragem Zone	Ligação Metro
Cordoaria - Estádio do Dragão (C1)			
Corujeira - S. Roque (C6)			
Centro 24 de Agosto - Barreiros (CB)			
Alto da Serra - S. Pedro da Cova (C11)			
S. Pedro da Cova - Alto da Serra (C11)			
Barreiros - Meiral (CB)			
S. Roque (Circumv.) - Corujeira (C6)			
Estádio do Dragão - Cordoaria (C1)			

INFORMAÇÃO VÁLIDA A PARTIR DE 25/10/2010, SALVO ERRO TIPOGRÁFICO. SUJEITA A ALTERAÇÕES.

CORDOARIA - S. PEDRO DA COVA			
IDA	Volta	Paragem Zone	Ligação Metro
Cordoaria			
Pr. D. João I			
S.ª Catarina			
Largo do Padrio			
Campos 24 de Agosto			
Bonfim			
Godim			
Pr. das Flores			
Av. 25 de Abril			
Fonte Velha			
Estádio do Dragão			
Corujeira			
Ferr. dos Santos			
Falção			
Cartes			
Escolas			
S. Roque			
Tiv. da Ponte			
S. Caetano			
Soutelo Baixo			
Outeirinho			
Infante Santo			
Alto de Soutelo			
Dr. Américo Costa			
Carvalha			
Carvalha de Baixo			
Várzea			
S.ª Ovelha			
S.ª Cruz			
S.ª Eulália			
Estivada			
Barreiros			
Alto da Serra			
Bela Vista			
Curva do 30			
Belo Horizonte			
Covilhã			
Rio Ferreira			
S. Pedro da Cova			

Linha Azul 808 200 166 | www.stcp.pt | www.itinerarium.net
226 158 158



Campanha de Divulgação Nova Frota

A STCP introduziu no serviço público, em 2010, 20 novos autocarros articulados a gasóleo. O evento de apresentação das novas viaturas teve lugar na Estação de Recolha de Francos, no dia 26 de Agosto, e contou com a presença de parceiros, autarcas e da comunicação social. Com o objectivo de divulgar o investimento feito no conforto, na qualidade de serviço e igualmente promover a imagem do transporte público, foi realizada uma campanha baseada em meios próprios: retaguardas integrais, cartazes e folhetos distribuídos nos autocarros.

O Contacto Diário Permanente

Call-Center

A Linha Azul aumentou consideravelmente o nível de apoio aos clientes, respondendo a cerca de 68 mil pedidos de informação, o que corresponde a um aumento de 58% face a 2009, sendo a quase totalidade contactos telefónicos e os restantes (2%) via email.

Foi criado no mês de Abril um novo número de atendimento telefónico para rede fixa, para que os clientes tenham mais uma opção de tarifário, possibilitando-lhes a escolha do contacto mais económico.



Perdidos e Achados

Considerado pelos clientes como um serviço de elevada qualidade, a percentagem de perdidos e achados nos autocarros e carros eléctricos entregues directamente aos clientes melhorou em 2010 para 98%. Num total de 3.034 casos, foi possível fazer a entrega directa de 2.987, encaminhando os restantes casos para a Polícia de Segurança Pública.

Novo número SMSBUS

A 8 de Março o número SMSBUS mudou para 68998, passando a enviar informação das condições do serviço e um pedido de adesão gratuito a todos os novos clientes. Esta mudança foi imposta por via legislativa a todos os serviços de valor acrescentado por SMS e implicou um elevado investimento na adaptação do sistema de suporte ao serviço e na comunicação da nova forma de acesso.

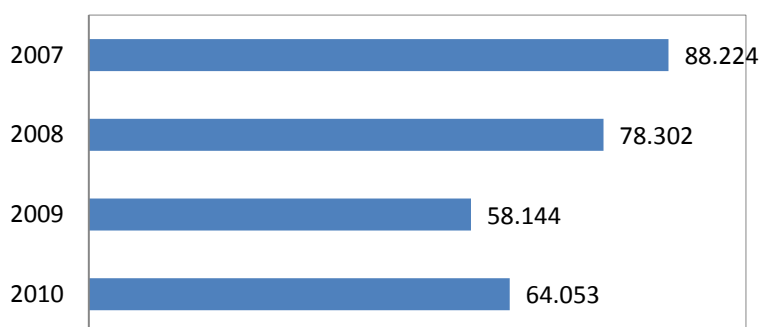
A campanha teve uma segunda fase para informar o aumento de preço para 25 cêntimos que ocorreu no final do mês de Julho, de modo a reflectir os aumentos do IVA desde a fixação do preço anterior de 20 cêntimos, datada de Novembro de 2005.



Apesar da alteração do número SMSBUS e do aumento de preço, continuou a manter-se o interesse por parte dos clientes da utilidade deste serviço.

Em 2010 as mensagens SMSBUS atingiram cerca de 770 mil, correspondendo a um aumento de 10% face a 2009.

Pedidos SMSBUS - média mensal



3.4 Responsabilidade Social Perante os Trabalhadores

Com um efectivo médio de 1.512 trabalhadores, a STCP garantia em 31 de Dezembro 1.496 empregos directos, com um aumento de 6 trabalhadores face ao ano de 2009 (1.490 em 31 de Dezembro 2009). A empresa contratou 81 novos trabalhadores, 75 dos quais motoristas de serviço público, e verificaram-se 3 regressos. No total, registaram-se 78 saídas, das quais 54 por reforma.

Efectivo a 31 Dezembro	2007	2008	2009	2010	10/09
Total (1)	1.623	1.521	1.490	1.496	0,40%
Pessoal Tripulante (2)	1.061	1.008	984	988	0,41%
(2) / (1)	65,4%	66,3%	66,0%	66,0%	

Absentismo	2007	2008	2009	2010	10/09 pp
Total	7,1%	7,8%	8,3%	7,2%	-1,09
Pessoal Tripulante	8,3%	9,0%	9,1%	7,4%	-1,70

Trabalho Suplementar	2007	2008	2009	2010	10/09
Total	103.124	116.874	132.041	131.290	-0,6%
Pessoal Tripulante	84.557	98.857	120.225	120.959	0,6%

A maioria dos trabalhadores (92%) encontra-se vinculada à empresa por contrato sem termo. A idade média situa-se nos 47,8 anos, mercê do peso expressivo de trabalhadores com elevada antiguidade na empresa, sendo que cerca de 41% pertencem a uma faixa etária igual ou inferior a 45 anos. A antiguidade média dos trabalhadores é de 21,7 anos. As mulheres representam cerca de 6,4% da força de trabalho e ocupam funções nas áreas de direcção de topo, técnica e administrativa e, mais recentemente, também em funções de condução de autocarros e de eléctricos.

A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação, promovendo a valorização do seu capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores e para premiar o mérito do desempenho.

Respeita igualmente os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa, vertidos no **Código de Ética e de Conduta**, editado no final de 2008. Defende a prática de uma actuação clara, objectiva e transparente, tendo aprovado em final de 2009 o **“Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”**, em conformidade com as orientações da Tutela e, especialmente, do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Evolução dos Indicadores de Produtividade

Produtividade	2007	2008	2009	2010
Veículo km (10 ³) / Efectivo Médio	18,1	18,6	19,2	19,7
Lugar km (10 ³) / Efectivo Médio	1581,2	1615,2	1675,9	1725,2
Passageiro (10 ³) / Efectivo Médio	66,3	69,9	72,1	72,2
Passageiro km (10 ³) / Efectivo Médio	263,1	277,5	273,2	257,1
Extensão Rede (Km) / Efectivo Médio	0,3	0,3	0,4	0,4

3.4.1 Desenvolvimento Profissional

Formação

Foi realizado no ano um total de 20.518 horas de formação, traduzindo um aumento de 31% relativamente ao ano anterior. Esta formação envolveu um total de 783 trabalhadores, dos quais 572 pertencem ao pessoal tripulante. 16.000 horas de formação foram destinadas a pessoal tripulante.

A empresa manteve uma postura activa de apoio aos seus trabalhadores, criando condições para a frequência do programa “Novas Oportunidades”. Durante o ano de 2010 obtiveram a respectiva certificação 56 trabalhadores, 10 para o 9º ano e 46 para o 12º ano.

O plano de formação incluiu não só matérias de natureza técnica mas também acções direccionadas à vertente comportamental, designadamente para motoristas de serviço público no âmbito da postura e relacionamento com os clientes.

Formação Subsidiada: Candidatura ao Programa Operacional de Potencial Humano (POPH)

A empresa viu aprovado um projecto de formação submetido ao POPH, apresentado ao eixo 3.2 Formação para a Inovação e Gestão, que cumpriu as condições exigidas, com acções diversificadas e dirigidas às diferentes funções da empresa em especial à da área da operação, de duração mínima de 14 horas.

Foram realizadas cerca de 9.800 horas no âmbito deste programa, distribuindo-se pelos cursos “Competências de Integração e Atitudes Relacionais”, “Atendimento de Clientes e Gestão de Conflitos”, “Suporte Básico de Vida”, “Auditorias Internas”, “Acolhimento e Integração Organizacional” e “Competências de Avaliação de Desempenho”.

Formação de Novos Motoristas

A política de recrutamento foi essencialmente direccionada para a função de condução em serviço público e privilegiou os candidatos com experiência na função de motorista pesados de passageiros. O programa de formação aplicado aos novos motoristas incluiu um curso de formação em condução económica e defensiva, pretendendo-se assim promover e modelar atitudes de condução compatíveis com uma postura de condução eco-eficiente.

Formação Pedagógica de Formadores

No sentido de garantir competências próprias para a realização de algumas acções de formação a realizar internamente, foi ministrada formação pedagógica de formadores a 14 trabalhadores, tendo todos concluído o curso com aproveitamento.

Outra formação

Realizaram-se ainda outras acções de formação para revalidação do cartão de vigilante, sensibilização para a actuação dos motoristas/inspectores em situações de furto/roubo/ameaças/agressões, informática (no âmbito do novo sistema ERP Primavera), reconhecimento de competência aos trabalhadores da área da manutenção e simulação de situações de emergência para testar os planos de emergência existentes.

Prémios

Prémio STCP Mérito 2006-2008

Este prémio foi criado em 2007, sendo esta a sua terceira edição. No conjunto das duas anteriores edições, foram galardoados 73 motoristas de serviço público. Foi criado com o objectivo de distinguir os motoristas de serviço público que, pelo seu bom desempenho, contribuem para a qualidade do serviço prestado pela empresa aos seus clientes e que, pelo seu exemplo, servem de estímulo a um melhor desempenho dos restantes motoristas.

Integrada na Semana Europeia da Mobilidade a empresa levou a cabo a cerimónia da entrega dos Prémio STCP Mérito 2006-2008. Na cerimónia foram distinguidos 29 motoristas pela qualidade do seu desempenho profissional ao longo desses três anos, com atribuição de um prémio no valor global equivalente a 750 euros.



Prémio Condução Efectiva

Este prémio foi criado em 2008 para os motoristas que executem o tempo total esperado de condução efectiva em serviço público. Consiste na atribuição de um valor de 40 euros por cada mês em que o motorista de serviço público execute a condução efectiva prevista, com um prémio suplementar trimestral de 100 euros para aqueles que auferiram o prémio mensal em cada um dos meses do respectivo trimestre do ano civil.

Com uma vigência inicial, a título experimental, que terminou no final do 1º semestre de 2009, foi renovada a vigência para cada um dos dois semestres subsequentes, como resultado dos ganhos de produtividade obtidos nos períodos anteriores.

Em 2010, o número médio de motoristas que auferiram o prémio mensal foi de 569, superior a metade do efectivo da categoria, recebendo ainda o bónus trimestral cerca de 284 motoristas.

Avaliação de Desempenho

A evolução profissional dos trabalhadores na respectiva carreira encontra-se regulada no Sistema de Evolução Profissional (SEP), assente na avaliação de desempenho, efectuada anualmente com intervenção directa da estrutura hierárquica de enquadramento. A avaliação abrange aspectos qualitativos do desempenho individual, alguns de apreciação subjectiva e parte deles correspondentes a parâmetros de quantificação objectiva.

Foi concretizada em 2010 a promoção de 174 trabalhadores em resultado da avaliação de desempenho, no âmbito do SEP, reportada a 2009.

Festa dos 25 ANOS STCP

Anualmente é comemorada a antiguidade de 25 anos na empresa pelos trabalhadores que atingem nesse ano, com uma cerimónia de entrega de um emblema da STCP em prata e de uma prenda, como reconhecimento do tempo de fidelização à STCP.

Em 2010 a festa teve lugar no dia 17 de Dezembro, distinguindo 14 trabalhadores. Pela primeira vez, foi alargada a homenagem aos trabalhadores com **40 ou mais anos de antiguidade**, tendo sido abrangidos 31 trabalhadores.

Oportunidades aos Jovens

Foi dada continuidade à política de cooperação com estabelecimentos de ensino, oferecendo estágios em diversas áreas. Esta prática de acolhimento de estagiários possibilita aos estudantes terem o seu primeiro contacto com o meio laboral e à empresa beneficiar de novos conhecimentos transmitidos nas escolas.

No total, foram acolhidos durante o ano 24 alunos, oriundos de diversas áreas de formação e graus de ensino, 15 dos quais para o Projecto Oficina Escola do Museu do Carro Eléctrico.

Participação em Grupos de Trabalho e Seminários Técnicos

STCP co-anfitriã do 8th Training Programme da UITP

Decorreu no Porto, entre os dias 7 e 10 de Março, em organização conjunta da STCP e da Metro do Porto, um módulo do 8th Training Programme da UITP (União Internacional dos Transportes Públicos).

Comissão Técnica Portuguesa de Normalização Transportes, Logística e Serviços (CT 148)

O representante da STCP foi nomeado para a presidência desta Comissão, para o triénio 2010-2013. Órgão técnico do Instituto Português de Qualidade (IPQ), a CT148 tem como objectivo a elaboração de normas portuguesas e a emissão de pareceres normativos no domínio dos transportes de passageiros e de mercadorias, da logística e dos parques de estacionamento.

Comissão Técnica de Normalização para Aplicações Eléctricas e Electrónicas no Domínio Ferroviário

A STCP manteve a participação regular nesta comissão.

A STCP participou ainda em diversos seminários técnicos relacionados com a actividade da empresa.

3.4.2 Benefícios Sociais e Segurança e Saúde dos Trabalhadores

Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política activa de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adoptando medidas concretas através do apoio logístico e financeiro prestado ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP que, entre várias actividades de carácter regular ao longo do ano, promove a festa de Natal para os filhos de todos os trabalhadores e, no período balnear e de férias escolares, proporciona um período de praia com actividades lúdicas e desportivas também para os filhos dos trabalhadores, a par com actividades várias e a obtenção de condições especiais de preço para serviços e produtos diversificados.

A STCP assegura ainda a assistência medicamentosa, em complemento da parte não subsidiada pela Segurança Social ao trabalhador, bem como a assistência médica curativa através de posto clínico próprio.

A empresa disponibiliza um refeitório nas suas instalações de Francos, com serviço de refeições pelo custo do fornecimento, dispondo ainda, em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

Aos trabalhadores com filhos a frequentarem infantários, a empresa atribui uma comparticipação de valor fixo.

Por morte do trabalhador é atribuído um subsídio de funeral, para apoio financeiro à família.

Fundo de Pensões

A empresa garante aos trabalhadores reformados um complemento de pensão de reforma, para assegurar um mínimo de rendimento de subsistência. Esse complemento é calculado com base numa fórmula fixada, desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com esse complemento não ultrapasse os 650 €, valor fixado desde 2007.

O complemento de pensão é calculado na data de atribuição da pensão pela Segurança Social, não podendo nunca a soma deste complemento ultrapassar o montante da sua retribuição aquando da passagem à situação de reforma. Os encargos com estes complementos encontram-se cobertos por um Fundo de Pensões constituído em 2002, em situação única de cobertura deste tipo de responsabilidades entre as empresas de transportes do sector público.

O Valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2010 é de € 3.267.798 de acordo com o relatório actuarial do BPI Pensões, sendo o valor do fundo antes do reforço de €2.906.494. Assim, este Fundo de Pensões STCP foi reforçado no final de 2010 no montante de €235.371, de acordo com indicação do Relatório Actuarial e para cumprimento dos números

14 e 16 da Norma Regulamentar n.º 298/91, de 13 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, colmatando o défice de financiamento do referido fundo.

Segurança e Saúde dos Trabalhadores

De forma a garantir a melhoria dos aspectos de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, em Novembro foi promovido um inquérito sobre este tema. Para além de obedecer a requisitos legais, visou recolher a percepção dos trabalhadores sobre as acções desenvolvidas no âmbito da Segurança, para detecção de lacunas e implementação de melhorias.

Indicadores de Acidentes de Trabalho em 2010

Taxa de Frequência (Tf)	=	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ de acidentes de trabalho com baixa} / \text{N}^\circ \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000}{1}$	=	49,8
<hr/>				
Taxa de Gravidade (Tg)	=	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ de dias perdidos} / \text{N}^\circ \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000}{1}$	=	1.565,8
<hr/>				
Taxa de Incidência (TiT)	=	$(\text{N}^\circ \text{ Acidentes Totais} / \text{N}^\circ \text{ total de trabalhadores}) \times 1.000$	=	100,5

Foi concretizada a 12 de Fevereiro, nas instalações de Francos, com a colaboração da Administração Regional de Saúde do Norte a vacinação de prevenção da Gripe A a todos os trabalhadores da Empresa que se disponibilizaram para o efeito.

Para testar a capacidade de resposta da STCP a situações de emergência, foi efectuado, em Novembro, um simulacro de ameaça de bomba no edifício sede, tendo em vista agilizar a capacidade de evacuação.

3.4.3 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais

A comunicação interna processa-se, de forma generalizada, através da Intranet com a divulgação da informação diária corrente, de acesso disponibilizado a todos os trabalhadores. Como formas complementares de comunicação interna, a STCP edita mensalmente uma Folha Informativa que sucintamente indica os principais acontecimentos e as notícias relevantes da empresa ocorridas no período e com interesse para os trabalhadores.

Trimestralmente é publicada uma newsletter – a ITINERARIUM STCP – lançada no início de 2008, cujos conteúdos se dirigem não só aos trabalhadores mas igualmente aos clientes e outros stakeholders.

Em Outubro foi distribuído a todos os trabalhadores da STCP um novo Manual da Rede, não só com o objectivo de dotar os operacionais que lidam directamente com a operação da rede com uma informação actualizada e essencial mas também permitir a todos os outros trabalhadores da STCP, não directamente ligados à operação, disporem de um meio que lhes possibilite actuarem também, como agentes de informação da empresa e como impulsionadores de novos clientes.

A STCP mantém uma cooperação aberta com a Comissão de Trabalhadores e com as Organizações Sindicais, como interlocutores sociais importantes. Ao longo de todo o ano e como habitualmente, foram realizadas regularmente reuniões com as organizações representativas dos trabalhadores para tratamento de questões de interesse comum.

Não foi ainda possível, em 2010, obter adesão maioritária a um Acordo de Empresa único, face ao insucesso das negociações com as três Organizações Sindicais que não subscreveram o novo Acordo em 2005.

A percentagem de trabalhadores sindicalizados é de 82%, encontrando-se abrangidos por acordos de empresa todos os trabalhadores da STCP.

3.5 Responsabilidade Perante a Comunidade

3.5.1 Promover a Mobilidade

STCP: Há 140 anos a Promover a Mobilidade

É com o mesmo espírito dinâmico e inovador que norteou a origem mais remota da STCP que se pretende comemorar os primeiros 140 anos de história de uma instituição que marcou, desde o seu início e ao longo deste tempo, a vida da cidade e da região.

Este percurso tem sido caracterizado pela procura permanente da dignificação da empresa, constituindo-a como uma referência da área geográfica que serve, respeitando e honrando o seu passado histórico, na perspectiva de garantir a evolução futura do serviço que presta à comunidade em constante busca de uma crescente qualidade.

Em 2010, a STCP comemorou 140 anos da Obtenção da Primeira Concessão de Transporte Público no Porto

Foi a 25 de Agosto de 1870, por decreto publicado no Diário do Governo que foi concedida a autorização ao Barão da Trovisqueira (influyente “brasileiro” de retorno, natural e residente em Vila Nova de Famalicão) para estabelecer, à sua custa, um caminho de ferro para transporte de passageiros e mercadorias, servido por carruagens assentes em via férrea, puxadas por cavalos.

Segundo o projecto apresentado ao Governo pelo Barão da Trovisqueira, a linha começaria na Porta Nobre (Miragaia) e seguiria por Massarelos até à Foz e Matosinhos.

As obras começaram em Julho de 1871 e, em Maio de 1872, a linha de carros americanos entrou em exploração. A inauguração de tão importante serviço público revolucionou toda a cidade do Porto e zonas periféricas tendo sido a primeira linha de carros americanos montada no País.

Designada de Companhia Carril Americano do Porto à Foz e Matosinhos, estende a linha marginal até Leça e solicita, em Março de 1873, o assentamento de linhas de um ramal com início no lado Norte do Largo dos Mártires da Pátria.

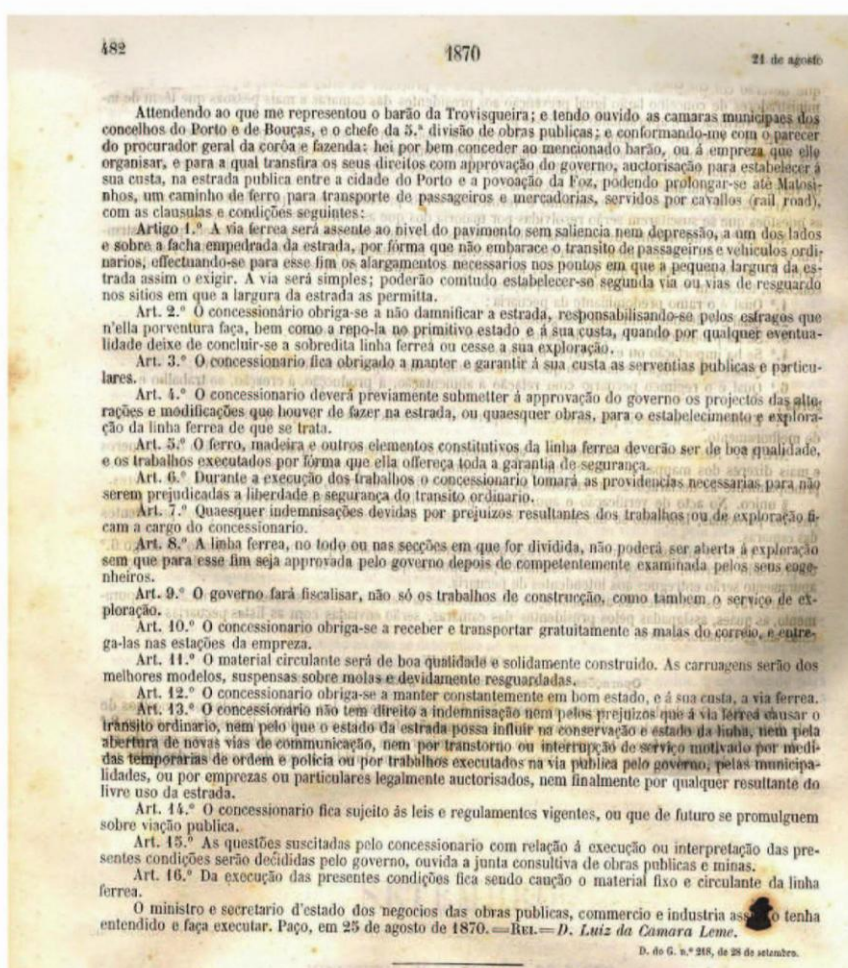
O custo da viagem era de 120 reis desde a Rua dos Ingleses a Matosinhos, de 40 reis da Cordoaria (Mártires da Liberdade) a Massarelos e de 80 reis da Cordoaria à Senhora da Luz (Foz). A partida era de meia em meia hora desde as 6.00 até as 20.00 horas e o início da viagem era assinalado com um toque de corneta.

Em 27 de Março de 1873 é solicitada uma nova concessão para a instalação do Americano nas diversas ruas da cidade, surgindo então a Companhia Carris de Ferro do Porto.

As duas Companhias operavam em locais diferentes: a Companhia Carril Americano do Porto à Foz e Matosinhos (conhecida pela população como a Companhia de Baixo) estabelecia as

ligações entre o centro da cidade e outros lugares a cota baixa, e a Companhia Carris de Ferro do Porto (Companhia de Cima) deveria ligar os bairros extremos da cidade e a estação do Pinheiro em Campanhã.

Em 18 de Março de 1893, as duas empresas fundem-se numa só adoptando o nome da que detinha maior capital, a Companhia Carris de Ferro do Porto, dando origem, após o resgate da concessão pelo Município do Porto e a transformação do Serviço de Transportes Colectivos do Porto em sociedade anónima em 1994, à actual Sociedade de Transportes Colectivos do Porto



3.5.2 Frota

Aquisição de novos autocarros

Em 2010 a STCP adquiriu 35 novos autocarros de grande capacidade, movidos a gasóleo, representando um investimento total de 11,6 milhões de euros, para permitir o abate da frota mais antiga.

20 dos autocarros são articulados, marca Volvo, obedecendo às normas ambientais EURO V, com entrada em operação em Setembro, e os restantes 15, de 2 pisos, marca Man, entram em operação em 28 de Fevereiro de 2011.

Os 20 autocarros articulados a gasóleo permitem a redução do monóxido de carbono superior a 90%, revelando a preocupação ambiental da empresa, ao obter uma frota amiga do ambiente. O objectivo de melhorar a qualidade do serviço prestado, tendo sempre presentes o conforto, a segurança e a acessibilidade dos passageiros foram outros dos factores de destaque na aquisição das viaturas.

Os novos autocarros são afectos a linhas com maior procura em horas de ponta, com passagem em arruamentos com grande número de viaturas, e em linhas com elevada frequência onde é difícil introduzir mais autocarros, permitindo a melhoria de qualidade através da introdução de autocarros com maior capacidade.

As viaturas articuladas são adequadas às linhas com muitas entradas de passageiros ao longo do seu percurso e com saídas de passageiros muito perto dos seus terminos.

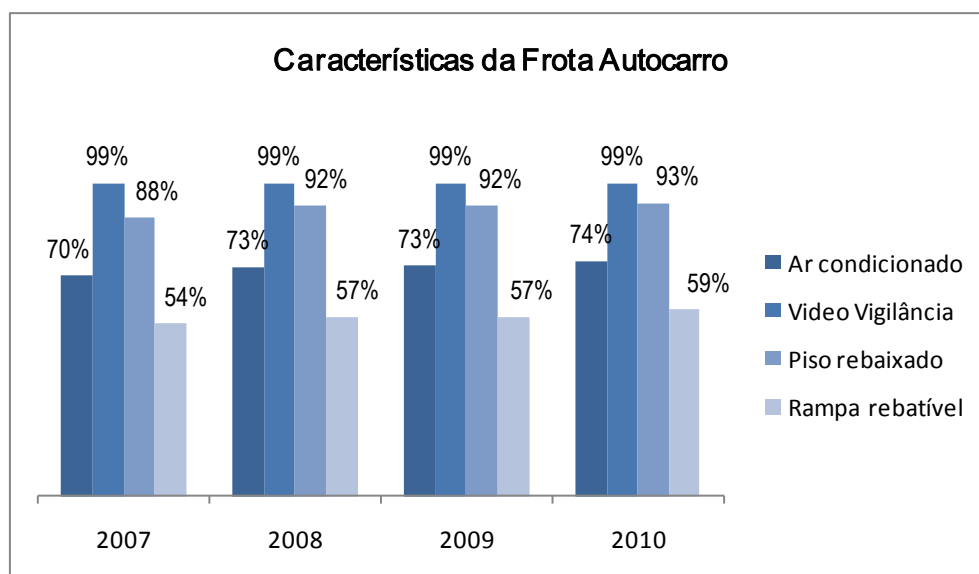
As viaturas têm capacidade para transportar 48 passageiros sentados, 96 de pé e ainda uma cadeira de rodas. Possuem também piso rebaixado e rampa de acesso para clientes com mobilidade reduzida e fazem parte de um ciclo de renovação da frota da STCP.



Características da Frota

A frota da STCP em operação no final de 2010 é de 494 veículos, 489 autocarros e 5 carros eléctricos. A idade média da frota situa-se nos 9 anos para os autocarros e 73 anos para os carros eléctricos.

Composição da Frota AC's	2007	2008	2009	2010	Peso 2010
Viaturas a Gasóleo	238	218	217	234	48%
Standard	233	213	212	209	43%
Articulados	0	0	0	20	4%
Minis	5	5	5	5	1%
Viaturas a Gás Natural	255	255	255	255	52%
Standard	225	225	225	225	46%
Articulados	30	30	30	30	6%
Frota Autocarros	493	473	472	489	100%



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 7,9% tendo aumentado 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior.

A taxa de avarias da frota de autocarros por cada 10.000 Km foi de 11,9% em 2010, apresentando um ligeiro aumento de 1,1% relativamente a 2009.

Rede de Acesso Fácil

Esta rede, criada em 2007, caracteriza-se pela abrangência geográfica dos 6 concelhos. Foram incluídas linhas de elevada procura, que servem os principais equipamentos de saúde, estabelecimentos de ensino e de transportes, centros comerciais, praias, entre outros.

Foram editados mapas específicos desta Rede, composta por 25 linhas totalmente acessíveis (piso rebaixado e rampa) e 25 linhas com piso rebaixado.

Na Rede de Acesso Fácil existe sinalética exterior, colocada na frente, na lateral e na retaguarda dos autocarros que permite a sua fácil identificação.

No interior, os lugares reservados estão identificados com tecido específico e com sinalética própria.

Em 2010, com a recepção de mais 20 autocarros articulados com rampas automáticas, a STCP alargou a Rede de Acesso Fácil.

Prémio Acessibilidade aos Transportes, atribuído pelo IMTT



A STCP viu reconhecido em 2010 o trabalho integrado que vem desenvolvendo já há diversos anos na sua estratégia de dotar a rede de efectiva acessibilidade, ao receber o 1º Prémio Acessibilidade aos Transportes, atribuído pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT), com a candidatura "Rede de Acesso Fácil".

3.5.3 Principais acções e campanhas

Para eventos que o justificassem, sempre delimitados no espaço e tempo, a STCP permitiu a utilização gratuita em algumas das suas linhas.

Das acções e campanhas desenvolvidas ao longo do ano que visaram promover a mobilidade destacam-se:

Queima das Fitas

A parceria entre a Federação Académica do Porto (FAP) e a STCP renovou-se este ano ao ser disponibilizado um serviço especial gratuito durante a semana da Queima das Fitas que garantiu ligações directas ao Queimódromo.

O objectivo principal desta parceria é incentivar os estudantes a utilizarem uma solução mais segura – os Transportes Públicos – durante a semana dos festejos da Queima das Fitas, garantindo assim maior mobilidade.

14 de Maio Visita Papal

A STCP, em colaboração com a Câmara Municipal do Porto reforçou o serviço no dia da visita do Papa Bento XVI à cidade e realizou serviços de vaivéns de forma a permitir o acesso ao local. Foi também disponibilizado um título especial de transporte para este dia com o preço de 2,5€, que permitiu viajar em toda a rede Andante.

Serralves em Festa

A STCP apoiou o evento criando um serviço especial de vaivém entre a Casa da Música e Serralves, em complemento à normal operação da linha 203 e com um serviço especial de aluguer de ligação directa entre Serralves e o parque de estacionamento do evento.

Esta iniciativa traduziu-se num acréscimo de cerca de 7.500 validações, durante o fim-de-semana do evento, nas linhas que operaram no espaço em causa.

Porto Bike Tour

Face ao sucesso dos anos anteriores, a STCP deu continuidade à habitual colaboração na 4ª edição do evento, que decorreu no dia 25 de Julho de 2010, sendo a transportadora de todos os participantes e convidados entre Matosinhos e a Ponte da Arrábida.

Tunas Académicas Animam Viagens de Autocarro

Numa acção integrada no apoio dado pela STCP à divulgação do XIV FETUF – Festival de Tunas, a Tuna Feminina do ISCAP promoveu, no dia 17 de Março, uma animação musical ao longo das viagens das linhas 300 e 301, e também em alguns pontos do seu percurso, que passa em locais emblemáticos da cidade do Porto como o Campo 24 de Agosto, a Praça D. João I, o Carmo, a Cordoaria e o Carvalhido.



No dia 22 de Setembro, cinco tunas académicas da Universidade do Porto animaram os passageiros de várias linhas da STCP. Tratou-se de uma iniciativa inserida na **Semana Europeia da Mobilidade**, que anualmente divulga e promove a mobilidade sustentável no âmbito da rede de cidades Eurocities.



Nova Era Beach Party

A STCP realizou serviços especiais de transporte, de 24 para 25 de Julho de 2010, em regime de vaivém, no trajecto compreendido entre a Casa da Música e/ou a Avenida dos Aliados e Leça da Palmeira, visando transportar os participantes da praia onde o festival se realizou.

IV Campeonato Mundial de Rugby Universitário

O Porto foi o Palco do IV Campeonato Mundial de Rugby, considerado o mais importante evento internacional de Rugby Universitário do mundo.

A STCP foi a transportadora oficial do evento e prestou o inerente apoio, não só em termos de mobilidade, mas também nas acções de divulgação através da colocação de cartazes no interior dos autocarros.

Foram realizados três tipos de shuttle visando não só transporte das selecções entre o hotel e o Estádio do Bessa, como também o transporte de ida e volta entre o hotel e a reitoria para a realização da cerimónia de abertura, como ainda transporte das selecções entre o hotel e o aeroporto para o transporte das selecções nos dias de chegada e de partida.

Ambinergia

A exemplo de 2009 a STCP esteve presente neste evento, pela sua característica de empresa na vanguarda tecnológica e do uso de novas energias mais amigas do ambiente. Desta vez esteve representada com um autocarro movido a hidrogénio – o H₂BUS, que integrou o projecto CUTE em que a STCP colaborou, no domínio das energias alternativas.



Autoclássico

De 2 a 5 de Outubro de 2010 a Exponor acolheu a realização da oitava edição do AutoClássico. A STCP fez-se representar através do autocarro MyBus – um autocarro AEC de 2 pisos de 1951 reconvertido no piso inferior para promover acções de informação ao público.

Aproveitando o ensejo divulgaram-se os mais recentes projectos da empresa: o GoBus, o Spider Map, o Guia para uma Boa Viagem e as promotoras prestaram todas as informações que os visitantes solicitaram, quer quanto a horários quer quanto à surpresa e ao entusiasmo que manifestaram por poder visitar um autocarro tão carismático.



Universidade Júnior

A STCP tem apoiado o projecto Universidade Júnior desde 2005 – o maior programa nacional para jovens do ensino básico e secundário que tem como principal finalidade a promoção do gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as Ciências, as Engenharias, as Letras, as Belas Artes e o Desporto.

O apoio da STCP traduziu-se essencialmente pelo apoio na aquisição dos títulos adequados, preços com desconto e divulgação do projecto. Os títulos fornecidos, a exemplo do já ocorrido em 2009, foram intermodais, no sentido de dinamizar o conhecimento e vantagens deste tarifário.

Festival Marés Vivas

A STCP reforçou algumas linhas e divulgou os serviços de transporte para o evento.

Projecto Escolas

A empresa tem dinamizado, junto de diversas escolas, a possibilidade de efectuarem visitas de estudo que se realizem dentro da cidade do Porto em viagens normais de serviço público, tendo as mesmas um acompanhamento directo da empresa.

Programa televisivo “Viagens na Minha Terra”

Concluiu-se em 2010 o conjunto de 37 episódios semanais, no Porto Canal, da série denominada “Viagens na Minha Terra”, como retrato da história do transporte público no Porto e da contribuição da STCP para o crescimento desta cidade e das cidades vizinhas.

Tratou-se de uma realização decorrente de um protocolo entre as duas entidades, assinado no dia 7 de Outubro de 2009, para criação de uma parceria para concepção, realização e emissão desta série de episódios.

Parceria com a Antena 1

A STCP firmou uma parceria com a Antena 1, do grupo RTP, para a divulgação das alterações de percurso dos autocarros da STCP no programa matinal, destinado a todos os que estão em actividade durante a noite ou começam o dia muito cedo. No ar de 2ª a 6ª, entre as 5h e as 7h, apresenta as notícias do trânsito, mas também informa sobre as alterações ou novidades nos habituais percursos de quem usa os transportes públicos.

Campanha em Parceria com a PSP “VIAGEM SEGURA”

Em conjunto com a Polícia de Segurança Pública (PSP), a STCP lançou, no dia 20 de Dezembro, a iniciativa “Viagem Segura”, uma acção que teve como objectivo sensibilizar os passageiros para a adopção de comportamentos preventivos no âmbito da segurança.

STCP lança campanha de sensibilização contra o estacionamento indevido

Nos últimos dois anos e meio, 890 viagens não foram realizadas pelos eléctricos da STCP devido a estacionamentos incorrectos na via pública. Face a este problema, que afecta diariamente a operação, a empresa lançou uma campanha de sensibilização destinada aos automobilistas que estacionam indevidamente os veículos em cima da linha do carro eléctrico.

A campanha contou com o apoio do Governo Civil do Porto, da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), da Câmara Municipal do Porto (CMP), da Polícia de Segurança Pública (PSP) da Polícia Municipal do Porto, da Associação de Comerciantes do Porto e do Instituto de Desporto de Portugal.

Em várias acções de rua ao longo do ano, crianças das escolas EB 2,3 de Miragaia, EB 2,3 Ramalho Ortigão, EB 2,3 Gomes Teixeira e EB 2,3 Dr. Augusto Pires de Lima, “actuaram” fardadas, simulando o papel dos agentes policiais de fiscalização. Distribuíram folhetos informativos e apelaram ao civismo dos automobilistas.



Projecto da Oficina Escola do Museu do Carro Eléctrico

Este projecto, criado ao abrigo do protocolo de cooperação com o Agrupamento de Escolas do Viso e com o Centro de Formação Profissional das Indústrias de Madeira e do Mobiliário, permitiu abrir as oficinas da empresa à formação de jovens alunos. No ano lectivo 2010/2011 encontram-se 15 alunos inscritos no 2º ano e 15 alunos inscritos no 1º ano do curso de educação e formação de jovens na acção “Carpintaria de Limpos”, nível II.

O objectivo determinante consiste em transmitir conhecimentos da arte de carpintaria especificamente dirigida à reconstrução de carros eléctricos antigos, com risco de perda deste importante “saber fazer”, por se encontrar confinada à STCP como única entidade que mantém na zona norte do país o espólio riquíssimo das viaturas que integram o Museu e também os veículos antigos, ainda hoje afectos ao serviço público de transporte e ao serviço turístico.



3.5.4 Promover Produtos Culturais e Turísticos

Museu do Carro Eléctrico

O Museu do Carro Eléctrico, fundado pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., foi criado em 1992 como um museu de empresa tendo como missão, preservar, coleccionar e divulgar uma colecção dedicada aos transportes sobre carris da cidade do Porto.

Integrado na Rede Portuguesa de Museus desde 2001 o Museu do Carro Eléctrico assumiu-se desde sempre como uma estrutura dedicada à história e memórias do carro eléctrico nas suas mais diversas ligações com a história e memórias da cidade do Porto em particular e do Grande Porto em geral, e com as histórias e memórias dos seus habitantes, mantendo-se como pólo de atracção de um elevado número de visitantes.

No ano de 2010, o Museu foi visitado por cerca de 34 mil pessoas o que representa um decréscimo de 9% relativamente a 2009. Os alunos em visita escolar continuam a constituir o público mais representativo do Museu do Carro Eléctrico com um total de 17 mil alunos, o que corresponde a um decréscimo de cerca de 6% relativamente a 2009.

Apesar da diminuição no número de visitantes, a receita de bilheteira registou um acréscimo de cerca de 8% relativamente ao ano anterior representando cerca de 29% da estrutura de receitas do Museu.

A vertente mais turística da actividade do Museu – o serviço de aluguer de carros eléctricos históricos para percursos pela cidade – registou, durante 2010, um decréscimo de 5% no número de contratos celebrados, atingindo um total de 191.

Tiveram lugar no Museu e/ou foram por ele organizados múltiplos eventos, com realce para o Desfile Anual de Carros Eléctricos Históricos que teve lugar no mês de Maio e que constitui um referencial na cidade.

Dia Internacional dos Museus “UM ELÉCTRICO CHAMADO.. MUSEUS”

O Museu do Carro Eléctrico associou-se às comemorações da Noite e do Dia Internacional dos Museus com uma programação alargada e muito diversificada nos dias 15 a 18 de Maio.

No dia 15 de Maio decorreu o “Desfile de Carros Eléctricos Históricos”, que se iniciou em frente ao Museu, com um total de dez veículos da colecção própria que percorreram toda a linha da Marginal.

Este ano, foram seleccionados um conjunto de veículos representativos da história e memórias dos transportes colectivos na cidade do Porto, desde o início do século XX até aos anos 30.

Inserido nas comemorações do Dia Internacional dos Museus, em 2010 dedicado ao tema “Museus e Harmonia Social”, o Museu apresentou, no âmbito do Desfile Anual de Carros Eléctricos Históricos, o projecto “Um eléctrico chamado... Museus!”. Trata-se de um carro eléctrico de serviço regular, decorado em alusão aos 31 museus da cidade do Porto e que partiu na frente aquando do início do desfile.



“Um Eléctrico Chamado... Natal”

Decorreu de 16 de Dezembro de 2010 a 8 de Janeiro de 2011 e consistiu na realização de viagens de carro eléctrico animadas pelo “Bando Electro-Magnético”, grupo que interpreta um conjunto de performances – música, teatro e dança – tendo como fonte de inspiração os sons característicos do carro eléctrico.



A STCP concebeu para esta época um bilhete próprio que permite viajar em toda a rede de autocarros e carros eléctricos e ainda visitar o Museu do Carro Eléctrico pelo preço de 2,00€.

STCP associou-se às Comemorações do Centenário da República

Através do Museu do Carro Eléctrico, a STCP associou-se às comemorações do centenário da República tendo promovido viagens a bordo do carro eléctrico n.º 100.

Estas viagens foram abertas a toda a população mediante a aquisição de um bilhete especial concebido para o efeito e vendido a bordo.



3.5.5 Desenvolver Novos Projectos

Edifício da Antiga Central Termo Eléctrica de Massarelos

Projecto para a requalificação do Edifício

Em Janeiro de 2010, a STCP, com a assessoria técnica da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte, lançou um concurso internacional de arquitectura para a requalificação do edifício de Massarelos onde se encontra a antiga Central Termo Eléctrica, o Museu do Carro Eléctrico e as Oficinas de manutenção dos eléctricos em serviço público, com o objectivo de integrar todas as valências de interpretação, manutenção e operação da rede de carros eléctricos históricos da cidade do Porto num único programa museológico e museográfico capaz de dotar o edifício de condições de acesso e conforto que potenciem o desenvolvimento de produtos e a realização de eventos especiais com grande potencial de atracção para os sectores do turismo cultural e do turismo de negócios.



Cerimónia de Entrega de Prémios do Concurso

Apresentaram-se a concurso 49 projectistas nacionais e estrangeiros tendo a escolha do Júri recaído sobre a proposta de um jovem arquitecto alemão, Thomas Kröger, cujo projecto valoriza os elementos arquitectónicos presentes, introduzindo “cirurgicamente” novos elementos “em diálogo construtivo com a configuração espacial e a estrutura original” tendo recebido o prémio de consagração no valor de 12.500 euros. No âmbito do concurso, foram ainda atribuídos 7 prémios de participação, no valor global de 22.500 euros, aos 2º a 8º

classificados, tendo o segundo prémio sido atribuído ao Gabinete de Arquitectura Pedra Líquida, Lda. que se apresentou a concurso com um projecto coordenado pelo Arq.º Nuno Grande e o 3º prémio à dupla de Arquitectos Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo. Foram ainda atribuídas menções honrosas aos seguintes projectistas/gabinetes: SJGS Arquitectos, Lda. (Porto), Pedro Santos Arquitectura (Pombal), Aurora Herrera Gomez (Espanha), Cláudio Vilarinho (Porto), José Fructuoso Sempere (Espanha).

A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar no Museu do Carro Eléctrico no dia 8 de Julho de 2010.



Assinatura do Contrato para a Execução do Projecto de Requalificação do Edifício de Massarelos

No dia 15 de Setembro de 2010, foi assinado entre a STCP, SA e o Arq.º Thomas Kröger, o contrato de aquisição de serviços para o desenvolvimento e conclusão do projecto para a requalificação do edifício da antiga Central Termo eléctrica de Massarelos. O contrato prevê o desenvolvimento do projecto de execução e assistência técnica à obra e compreende as fases de estudo prévio, anteprojecto e projecto de execução que deverão estar concluídas no prazo de 240 dias.



Musealização: assinatura de contratos de co-financiamento

A STCP, SA assinou, na Fundação de Serralves, um contrato de co-financiamento relativo à candidatura para a musealização da antiga sala das máquinas da Central Termoeléctrica de Massarelos oportunamente apresentada ao concurso “Património Cultural” lançado em 2009 pela CCDRN no âmbito do ON.2 – O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013).

O projecto, que prevê o restauro da maquinaria e equipamento que compõe actualmente a “sala das máquinas” da antiga Central Termo eléctrica de Massarelos com vista à sua musealização no âmbito do projecto de requalificação do edifício tem previsto um investimento global de 2,1 milhões de euros, dos quais 1 milhão em investimento elegível tendo sido objecto de uma comparticipação financeira do FEDER no valor de 700 mil euros.

Projecto TICE.mobilidade

A STCP esteve presente como parceira deste projecto no âmbito de uma audição convocada pela Agência de Inovação, entidade gestora do processo de selecção.

Este projecto é um grande projecto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que envolve vários parceiros, entre os quais a STCP, a OPT, o INEGI, e a FEUP, entre outros. Para a SCTP, a participação no desenvolvimento de um Sistema de Apoio à Mobilidade Multimodal vem, com naturalidade, no seguimento de todas as iniciativas que tem levado a cabo, de que são exemplo os PIP e o SMSBus.

Projecto Civitas- Elan

Este projecto, liderado pela Câmara Municipal do Porto, tem a colaboração activa da STCP numa iniciativa que visa medidas ambiciosas e inovadoras de melhoria da mobilidade da zona da Asprela.

Projecto de Construção de Paragem com Informação Áudio

Foi aprovado pela STCP e ACAPO o protótipo em laboratório de paragem com informação áudio, existindo a intenção de, num futuro próximo, se avançar para uma implementação de algumas paragens deste tipo.

Energias Renováveis

Foi analisado o potencial energético na Estação de Recolha da Via Norte, através de painéis solares fotovoltaicos e de geradores eólicos. Os estudos realizados apresentam conclusões no sentido da existência de potencial de produção energética superior às necessidades da STCP nesta estação. De momento, o projecto encontra-se em reformulação, estando a STCP a procurar uma parceria que permita a máximo aproveitamento desta oportunidade

3.6 Responsabilidade Ambiental

Em 2010 foi realizado um esforço continuado no âmbito das iniciativas ambientais, sendo de realçar os seguintes pontos:

- Elaboração do Manual do Fornecedor *no qual estão explanados os Princípios da* ISO 14001 e os objectivos ambientais da STCP;
- Revisão das matrizes de identificação e de avaliação dos aspectos ambientais com o envolvimento de responsáveis das áreas;
- Envio de carta de sensibilização ambiental a todos os fornecedores com a informação dos aspectos ambientais influenciáveis relativos à sua intervenção contratual;
- As novas viaturas adquiridas pela STCP estão dotadas de motores diesel que se enquadram nas normas EURO V e EEV, as mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

Emissões de Poluentes Atmosféricos

Emissões de CO2	2007	2008	2009	2010
Consumo de gasóleo (litros)	6.944.829	5.647.060	5.793.505	6.154.613
Consumo de gás natural (m3)	9.138.591	10.461.226	9.875.031	10.184.235
Emissões de CO2 (t) - gasóleo	18.251	14.840	15.225	16.174
Emissões de CO2 (t) - gás natural	17.976	20.577	19.424	20.032
Total de emissões de CO2	36.227	35.418	34.650	36.207
Emissões de CO2 /Km percorrido (Kg)	1,427	1,395	1,399	1,407

Fontes Fixas

Manteve-se a regularidade das monitorizações das emissões gasosas das fontes fixas existentes nas diversas instalações da empresa, de acordo com o Decreto-Lei nº 78/2004. Uma vez que todas as monitorizações evidenciaram valores abaixo do limite legal foi solicitada à CCDR-N a dispensa de monitorizações por três anos.

Energia

Verifica-se um ligeiro acréscimo dos valores dos consumos específicos de gasóleo e de gás natural e uma redução do consumo de energia eléctrica de tracção.

Consumo de energia	2007	2008	2009	2010
Electricidade CE				
Kwh	220.478	253.089	286.732	297.652
Kwh/100km	246	295	297	271
Tep	47	54	62	64
Electricidade Inst. Fixas				
Kwh	4.839.465	5.020.939	9.875.031	4.940.201
Tep	1.040	1.080	1.032	1.062
Gasóleo				
Litros	6.944.829	5.647.060	5.793.505	6.154.613
litros/100km	52,68	52,04	52,27	52,78
Tep	5.941	4.831	4.953	5.262
Gás Natural				
Metros cúbicos	9.138.591	10.461.226	9.875.031	10.184.235
m3/100km	68,47	68,35	68,35	68,61
Tep	8.270	9.467	8.937	9.217
Total Tep	15.299	15.432	14.984	15.605

Tep - toneladas equivalentes de petróleo

Água

Para lavagem de viaturas e em instalações sanitárias, a STCP utiliza principalmente água proveniente de captações subterrâneas licenciadas. Apenas para consumos no refeitório e para higiene pessoal é utilizada água da rede de abastecimento público.

Água	2007	2008	2009	2010	10/09
Consumo água da rede (m3)	10.355	14.407	9.454	13.042	38%
Consumo água captações (m3) (*)	n.d.	22.457	29.814	26.532	-11%
Consumo total de água (m3)	10.355	36.864	39.268	39.574	0,8%

(*) contabilizado a partir de Junho 2008

Há um aumento no consumo de água da rede pública em virtude da sua utilização onerada por uma empresa terceira.

No que concerne ao consumo de água proveniente de captações subterrâneas, constata-se uma diminuição do consumo, devido à adopção de melhores práticas.

Resíduos mais significativos

Resíduos industriais perigosos	2007	2008	2009	2010
Óleos Usados (litros)	14.600	19.400	14.500	18.200
Baterias Usadas (un)	280	291	238	185
Lâmpadas Fluorescentes (Kg)	333	358	287	253
Resíduos industriais não perigosos	2007	2008	2009	2010
Madeira (kg)	16.245	27.730	19.940	9.960
Resíduos industriais banais (kg)	14.555	14.360	10.520	14.160
Resíduos metálicos (kg)	157.910	484.050	103.920	202.740
Outros resíduos	2007	2008	2009	2010
Papel e cartão (kg)	22.740	25.611	16.046	12.600
Resíduos de demolição e construção (kg)	41.800	284.000	77.024	67.580
Resíduos hospitalares Gr. III e IV	71,5	n.d.	72,3	71,8

Em Julho de 2010 a STCP foi submetida a uma auditoria por parte do IGAOT (Inspeção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território). As conclusões do Relatório desta auditoria constituem uma evidência do cumprimento legal em matéria de legislação ambiental por parte da STCP.

4 Governo da Sociedade

Em cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que define os **Princípios de Bom Governo (PBG)**, e no disposto do artigo 13- A do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, encontra-se presente neste capítulo toda informação relevante respeitante ao governo societário da STCP durante o exercício de 2010.

Para 2009, a STCP deu cumprimento ao previsto no artigo 13-B do mesmo Decreto-Lei, através do Aviso nº 22134/2010 publicado no Diário da República 2ª série de 2 de Novembro de 2010.

4.1 Missão, Visão e Política

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, como disposto no Decreto-Lei 202/94, de 23 de Julho.

Segundo os seus estatutos, tem por objectivo principal a exploração do transporte público rodoviário de passageiros na área urbana do Grande Porto. Acessoriamente, a sociedade pode explorar transportes colectivos de passageiros de superfície e outras actividades complementares ou subsidiárias do seu objecto principal.

A STCP está empenhada em desenvolver a sua actividade, como principal operador de serviço público da Área Metropolitana do Porto, de uma forma socialmente responsável, colaborando activamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve e assegurando a maior quota de prestação de serviço social da sua actividade na sua área de actuação.

4.1.1 Missão

Para o mandato 2009-2011 confirma-se a Missão da STCP de “prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP), em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efectiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua actividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.”

4.1.2 Visão

A Visão da Empresa expressa-se em “ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.”

4.1.3 Política

Conforme definido na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, a STCP pretende:

- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco-eficiente.
- Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas actividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.
- Minimizar o impacte ambiental da sua actividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.
- Desenvolver todas as suas actividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

4.1.4 Objectivos e Graus de Cumprimento

Os princípios orientadores e as orientações estratégicas específicas para o mandato 2009-2011 são:

Princípios orientadores da gestão da STCP:

1. A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
2. A adopção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;
3. O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial,

assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética.

Os principais objectivos para 2009-2011 são:

- Orientar o serviço para o cliente e melhorar os respectivos níveis de qualidade.
- Contribuir para o aumento sustentado de passageiros de transporte público na AMP.
- Contribuir para o aprofundamento da criação de um eficiente e eficaz Sistema de Transportes na AMP, em cooperação com os demais operadores intervenientes, públicos e privados, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e rede de vendas.
- Prosseguir a concretização de acções de inovação que contribuam para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente para a diminuição do nível de emissão de poluentes.
- Conter o agravamento do défice operacional, nomeadamente através do controlo de custos, do reforço da racionalidade económica, perseguindo a diminuição do peso financeiro do SEE, através da melhoria do desempenho da sociedade.
- Preservar a componente social do transporte público.
- Promover um clima de paz social na empresa, estimulando o aumento da produtividade através da partilha de objectivos e responsabilidades com os trabalhadores.
- Formalizar a proposta de contratualização do serviço público a prestar pela STCP.
- Participar activamente na definição do modelo de financiamento do sistema e da adequada regulamentação do mercado.
- Formalizar a proposta de equilíbrio – económico da empresa.

Assim, foram estabelecidos os seguintes objectivos de gestão e respectivas metas quantificadas, tendo sido assinados em Junho 2009 os Contratos de Gestão para o triénio 2009 – 2011 entre cada membro do Conselho de Administração e o accionista Estado, representado pelas Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes.

Os objectivos fixados para 2010 tiveram uma taxa de execução de 108%.

Indicadores	Unid.	Peso	Objectivo 2010	2010	grau cumprim.
1 Volume de Negócios	10 ³ €	8%	Min. 50.000	52.745	105%
2 Margem do EBITDAR	%	12%	Máx. -38%	-32%	117%
3 Custos Operacionais	10 ³ €	10%	Máx. 84.800	81.963	103%
4 ROACE	%	7%	Máx. -37%	-22%	139%
5 Taxa de Ocupação	%	10%	Min. 15%	15%	98%
6 Peso dos Títulos Intermodais	%	10%	Min. 30%	38%	126%
7 Emissão de Poluentes	(g CO2/P.Km)	10%	Máx. 86	93	92%
8 Índice de Qualidade da Oferta	%	15%	Min. 105%	109%	104%
8.1 Qualidade Serviço Prestado	%	60%	Min. 105%	114%	109%
8.2 Qualidade da Frota	%	40%	Min. 104%	102%	98%
9 Indicador de Eficiência	%	12%	Min. 68%	66%	96%
10 Taxa Cump. Plano Investimentos	%	3%	Min. 95%	98%	103%
11 Prazo Médio de Pagamentos	dias	3%	Máx. 65	54	116%
% de Cumprimento Global		100%			108%

Dos onze indicadores que compõem o contrato de gestão, quatro não atingiram os objectivos previstos. Os resultados devem-se a:

Taxa de ocupação (Passageiros x Km / Lugares x Km), 98,1% para 2010.

Diminuição dos Passageiros x Km devido à redução do percurso médio por passageiro, consequência de uma maior utilização do sistema integrado de transportes, e por outro lado, ao aumento da lotação média da frota em resultado da aquisição de viaturas articuladas que possuem uma maior capacidade.

Emissão de Poluentes (Emissões de CO₂ / Passageiros x Km), 91,8% para 2010.

Aumento dos km percorridos, pela introdução de uma nova linha de serviço público, e diminuição dos Passageiros x Km, já acima referido.

Índice de Qualidade da Frota, 98,2% para 2010. Este índice agrega o número de avarias por lugar x km e a percentagem da frota com ar condicionado, piso rebaixado e rampa.

Ligeiro aumento do número de avarias por lugar x km e atraso na entrada ao serviço das novas viaturas articuladas e de dois pisos, por razões de entrega por parte do fornecedor e por demora na homologação das viaturas, respectivamente.

Indicador de Eficiência (custos do efectivo directo / custo do efectivo total), 96,4% para 2010.

Ficou abaixo do previsto em resultado da suspensão do plano de rescisões de pessoal não afecto directamente à produção do serviço.

4.2 Regulamentos Internos e Externos

Sendo a STCP uma **sociedade anónima**, rege-se pelo previsto nos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei 202/94, de 23 de Julho, rectificados pela Declaração nº 101/94. O Decreto-Lei 379/98 de 27 de Novembro completa e clarifica os estatutos no que refere às linhas exploradas pela STCP, em modo de troleicarro ou carro eléctrico, à data da sua transformação em sociedade anónima, e ainda, pelas normas do Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto de **o accionista único da Sociedade ser o Estado**, está também sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao regime estabelecido para as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), contido no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto.

A STCP cumpre o estabelecido no Despacho nº 14.277/2008 de 23 de Maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direcção Geral de Tesouro e Finanças e Inspecção Geral de Finanças, através dos Sistema de Recolha de informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de actividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das actas das Assembleias Gerais (AG).

Merecem ainda destaque, ao nível do enquadramento legislativo do SEE os seguintes instrumentos legais: RCM 49/2007, de 28 de Março, Princípios de Bom Governo e o Decreto – Lei nº 71/2007, de 27 de Março, Estatuto do Gestor Público.

Como **empresa do sector do transporte público rodoviário de passageiros**, está sujeita, essencialmente, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

Decreto nº 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, Regulamento de Transportes em Automóveis e alterações posteriormente introduzidas;

Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de Janeiro, Regime jurídico de acesso à actividade de transportes rodoviário de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares;

Decreto Lei nº 114/94, de 3 de Maio, Código da Estrada e alterações posteriores,

Lei 28/2006, de 4 de Julho, Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre **regimes específicos**:

Decreto-Lei nº 18/2008 de, 29 de Janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito;

Em matéria laboral a Empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos emitidos pelos responsáveis das várias áreas da Empresa. Subsidiariamente, aplicam-se nestas matérias as normas constantes do Código do Trabalho, Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro e respectiva regulamentação.

Em tudo o mais, a Empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A Empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, com a respectiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos. Rege-se ainda pelo Código de Ética e de Conduta e pelo Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

4.3 Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas

(valores em euros e com IVA incluído)		
Entidade	Descrição	Montante (*)
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		2.171.537,39
	Comissão de venda do tarifário monomodal pela PAYSHOP	658.331,69
	Fee de validação do tarifário monomodal	505.772,44
	Comissão de venda sobre o tarifário intermodal STCP	484.318,39
	Aquisição Título Euro / Andante Tour / Andante Gold	434.394,99
	Débito de custos com pessoal dos postos de venda e linha azul	88.719,88
OPT-Optimização e Planeament de Transportes, S.A.		168.541,16
	Manutenção de software	100.884,36
	Produção e alteração a softwares	67.656,80

Venda de bens e serviços a entidades relacionadas

(valores em euros e com IVA incluído)		
Entidade	Descrição	Montante (*)
Metro do Porto, S.A.		341.190,76
	Arrendamento de fracções na Torre das Antas	196.519,67
	Gestão do serviço de transporte alternativos Linha Maia/Trofa	72.407,89
	Débito de remunerações de órgãos sociais	53.223,62
	Prestação de serviços administrativos	19.039,58
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		41.979.703,45
	Receita do tarifário monomodal STCP	25.257.525,78
	Receita intermodal STCP	16.343.269,87
	Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	91.308,00
	Arrendamento de fracções na Torre das Antas	84.277,20
	Comparticipação despesas de funcionamento do Centro de Logística e do Contact Center	19.602,00
	Débito de remunerações de órgãos sociais	41.997,09
	Quota parte na receita e comissão de venda do título Euro	18.825,70
	Cedência de trabalhadores	28.547,94
	Comissão de vendas do tarifário intermodal nos postos STCP	94.349,87
Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.		339.075,58
	Prestação de serviços de publicidade em autocarros e eléctricos	339.075,58
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Partic. Unipessoais, Lda		246.427,85
	Manutenção, gásóleo e limpeza dos autocarros do circuito PORTO VINTAGE	182.758,58
	Arrendamento de fracções na Torre das Antas e Massarelos	18.017,46
	Prestação de serviços jurídicos, administrativos e informáticos	10.845,00
	Quota parte bilhetes Porto Tram City Tour, Vip Passport, Vintage City Tour	27.576,81
	Aluguer de Viaturas Ligeiras	7.230,00

4.4 Informação sobre outras transacções

4.4.1 Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços são efectuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente por questões técnicas específicas, sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste directo.

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, sempre que a lei o determine procede-se a concursos públicos para os quais o Conselho de Administração decide a abertura, aprova as peças concursais e nomeia um júri.

As compras de bens de investimento, após consulta ao mercado, são obrigatoriamente autorizadas por um membro do Conselho de Administração desde que se trate de investimentos incluídos no orçamento anual, ou deliberadas pelo Conselho de Administração se tal não ocorrer.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na sua matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho.

4.4.2 Universo de transacções fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

4.4.3 Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE's

5% FSE 2010 = 32.611.139,44 * 5%	1.630.556,97 €
----------------------------------	----------------

Nome	Localidade	Morada	Montante (*)
MAN VEICULOS INDUSTRIAIS (PORTUGAL) SOC. UNIP., LDA.	ALGÉS	ALAMEDA FERNÃO LOPES, 16 9º PISO	14.687.570,97
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, SA	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	6.765.688,00
GALP GÁS NATURAL, S.A.	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	4.948.046,00
BANCO BPI, S.A.	PORTO	RUA TENENTE VALADIM	1.818.553,85
VALPI BUS - ALBERTO PINTO E FILHOS, TRANSP. RODOVIÁRIOS SA.	PAREDES	AV. JOAQUIM RIBEIRO DA MOTA, 256	3.126.998,00
EMPRESA DE TRANSPORTES GONDOMARENSE, LDA	FÂNZERES	RUA MONTEZELO, 815	3.151.870,00
TIP- TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, ACE	PORTO	AVº FERNÃO DE MAGALHÃES, 1862 9º PISO	2.176.451,00
TOTAL			36.675.177,82

(*) Valores em euros e com IVA incluído

4.4.4 Contratação Pública

Em 2010 foram lançados e adjudicados quatro concursos, utilizando a plataforma Vortal:

- Concurso de Concepção para a Elaboração do Projecto de Requalificação do Edifício do Museu do Carro Eléctrico, a 5 de Janeiro de 2010
- Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Limpeza de Instalações e Viaturas a 20 de Maio de 2010
- Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Vigilância e Fiscalização Títulos de Transporte a 10 de Agosto de 2010
- Concurso Público Internacional para a Concessão da Exploração de Publicidade no Exterior dos Autocarros a 27 de Setembro de 2010

4.5 Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O Estado Português é o accionista único da STCP.

Os poderes de tutela estão atribuídos ao Ministério das Finanças e Administração Pública (Tutela Financeira) e ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Tutela Sectorial).

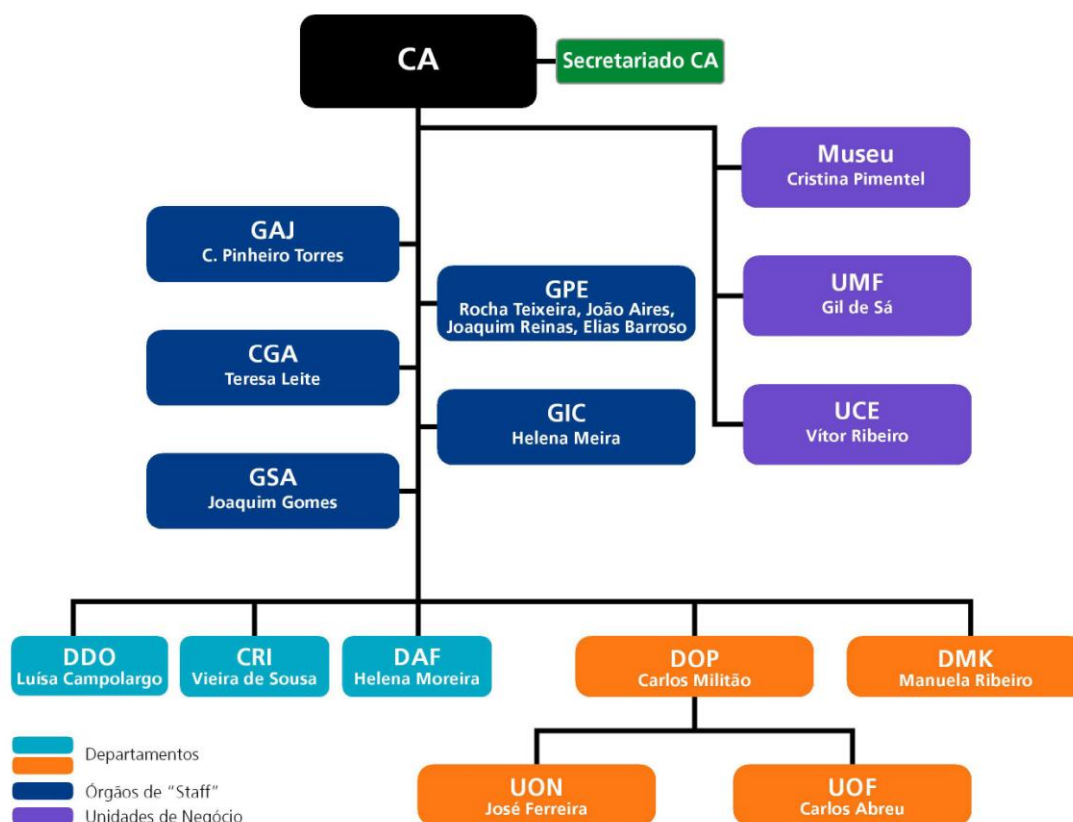
Órgãos Sociais

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira	06-04-2009	3 anos
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-04-2009	3 anos
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-04-2009	3 anos
Conselho de Administração			
Presidente	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	06-04-2009	3 anos
Vogal	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	06-04-2009	3 anos
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	06-04-2009	3 anos
Vogal	António Paulo da Costa Moreira de Sá	06-04-2009	3 anos
Vogal	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	06-04-2009	3 anos
Conselho Fiscal			
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-04-2009	3 anos
Vogal Efectivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-04-2009	3 anos
Vogal Efectivo	Maria Manuela Marques Lima	06-04-2009	3 anos
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-04-2009	3 anos
Revisor Oficial de Contas			
António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas		09-09-2009	3 anos
Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177			

Todos os membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

A Comissão de Fixação de Remunerações é composta por Sara Alexandra Duarte Ambrósio, da DGTF, que preside, e pelos vogais, Rita Maria Pereira da Silva, da Inspeção Geral de Finanças(IGF), e Cristina Freire, da DGTF.

Macroestrutura



4.5.1 Funções e Responsabilidades

Assembleia Geral

As competências da Assembleia-Geral da sociedade encontram-se definidas no Artigo 8º dos Estatutos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA:

1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
- Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;
- Deliberar sobre os projectos de expansão das linhas exploradas pela empresa;

- f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de Investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;*
- g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;*
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.*

Conselho de Administração

Ao Conselho de Administração cumpre a gestão da empresa nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da sociedade:

1 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;*
- b) Elaborar o relatório anual;*
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;*
- d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;*
- e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;*
- f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;*
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.*

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.

Quanto às atribuições específicas de cada membro:

Presidente – Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes

Exerce funções executivas, sendo responsável por dirigir a actividade do Conselho de Administração e pelo poder disciplinar. É ainda responsável pela coordenação directa do Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais e do Gabinete de Apoio Jurídico.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

- TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE: Presidente do Conselho de Administração
- Metro do Porto, SA: Vogal não Executivo do Conselho de Administração
- AUTOLOC –Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal – Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa

Exerce funções executivas, assegura a substituição da Presidente do Conselho de Administração e é responsável pela coordenação directa do Departamento de Operações e do Departamento de Desenvolvimento Organizacional.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda:
Gerente

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE: Vice-Presidente da Mesa da Assembleia
Geral do TIP

Vogal – Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação directa do Departamento Administrativo e Financeiro, do Gabinete de Projectos e Estratégia e da STCP Serviços.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA: Vogal do Conselho de
Administração

AUTOLOC –Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal - António Paulo da Costa Moreira de Sá

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação directa do Departamento de Marketing, da Unidade de Manutenção da Frota e do Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA: Presidente da Mesa da
Assembleia Geral

AUTOLOC –Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal – Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação directa do Gabinete de Segurança e Ambiente, do Gabinete de Informática e Comunicações e da Unidade de Carro Eléctrico e do Museu.

Exerce o seguinte cargo na empresa participada:

OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, SA: Vogal do Conselho de
Administração

Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

- 1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efectivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.
- 2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

4.5.2 Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração

Presidente – Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes

Data de Nascimento: 28 de Janeiro de 1941

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em Julho de 1963.

Curso de pós-graduação em Ciências Político Económicas pela mesma Faculdade em Novembro de 1964.

Certificado de capacidade profissional para transporte rodoviário nacional de passageiros em 2002

Actividade Profissional:

Desde Abril 2006 – STCP, SA – Presidente do Conselho de Administração

Metro do Porto, SA – Secretária-Geral desde Abril 2004 – encontrando-se com funções suspensas

Metro do Porto, SA - Consultora - Abril 2003 a Março 2004

STCP, SA – Vogal do Conselho de Administração – Outubro 1994 a Março 2003

COELIMA, SA – Vogal não executivo do Conselho de Administração de 1993 a 1994

NORCRÉDITO, SA – Presidente do Conselho de Administração – Setembro 1991 a Janeiro 1993

PARVIR, SA – Presidente Conselho de Administração – Dezembro 1990 a Agosto 1991

SOCIFA Investimento, SA – Vogal – Fevereiro 1990 a Julho 1991

Crédito Predial Português – Directora – Março 1976 a Dezembro 1989

Banco da Agricultura – Comissão de Gestão – Março a Dezembro 1975

Banco Borges & Irmão - Técnica – de Agosto 1967 a Março 1976

Gabinete de Estudos do Comissariado do Turismo – Técnica – Março 1966 a Julho 1967

Vogal – Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa

Data de Nascimento: 7 de Janeiro de 1956

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pela Universidade do Porto (1978).

Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (1989).

Doutor em Ciências da Engenharia pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1996)

Actividade Profissional:

Desde Abril de 2006, Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Professor Auxiliar da FEUP, desde 1996, com nomeação definitiva desde 2001. Tem leccionado disciplinas nas áreas de Investigação Operacional, Estatística, Gestão Industrial e Transportes e desenvolvido investigação, com ênfase na área de Apoio à Decisão aplicada ao Planeamento e Gestão de Sistemas de Transportes. Autor ou co-autor de mais de cinquenta comunicações e

artigos em Actas de Conferências, livros e revistas científicas. Foi co-autor da Proposta de Criação da Área de Doutoramento em Transportes na FEUP, aprovada pelo Plenário do Conselho Científico em Maio de 2005.

Investigador do INEGI desde 1987, onde tem participado em projectos de I&D, quer como colaborador quer como coordenador, nomeadamente na área de Transportes, e onde tem realizado vários Estudos de Diagnóstico Global e Análise Estratégica de empresas.

Professor na disciplina de Business Models and Contracts do Post-Graduation Course on Complex Transport Infrastructure Systems do MIT Portugal Program nas edições de 2008 e 2009.

Responsável pela organização e leccionação de Cursos de Especialização e de Curta Duração, nas áreas de Planeamento e Controlo de Projectos e de Apoio à Tomada de Decisão em diversas empresas e associações profissionais. No contexto do Serviço de Educação Contínua e Desenvolvimento da FEUP, tem sido coordenador e formador de Cursos de Gestão de Operações em Transporte Rodoviário de Passageiros.

Tem integrado diversas Comissões Organizadoras e Comissões de Programa de Congressos nacionais e internacionais nas áreas de Investigação Operacional e de Transportes.

Membro da Direcção da Associação Portuguesa de Investigação Operacional e do Instituto de Engenharia Mecânica (Pólo FEUP) 2005-2006.

Foi um dos fundadores do Working Group on Decision Support Systems da EURO (Organização Europeia de Investigação Operacional), em 1989, e é, desde 1999, membro do EURO Working Group on Transportation e, desde 2002, do EURO Working Group on Multiple Criteria Decision Aiding.

Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, 1998-2002.

Coordenador da Secção de Gestão e Engenharia Industrial do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1997-1998 e 2003-2005. Ainda no âmbito das actividades de gestão universitária, foi Membro eleito do Conselho Científico da FEUP, Membro do Conselho de Departamento – DEMEGI e Membro da Comissão Científica do Mestrado em Transportes.

Assistente na FEUP, 1987-1996.

Bolseiro do INIC, 1986-87.

Colaborador de dois gabinetes de estudos, onde participou em projectos de instalações eléctricas nos sectores de construção civil e abastecimento de águas (1980-85).

Iniciou a sua actividade profissional na indústria, na área de Manutenção em Máquinas Eléctricas (1978-79).

Vogal - Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Data de Nascimento: 4 de Julho de 1974

Habilitações Académicas:

Conclusão em 1999 do Curso de Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade Católica Portuguesa, no Centro Regional do Porto.

Actividade Profissional:

Desde Abril de 2006 é membro do Conselho de Administração da STCP, tendo coordenado directamente áreas de Marketing, Auditoria Interna, Ambiente Segurança, estando actualmente a coordenar a área Administrativa e Financeira, a área de Projectos e Estratégia e os novos negócios como a Publicidade e o turismo;

Desde Abril de 2006 é membro do Conselho de Administração da Transpublicidade,SA, empresa que gere o negócio da publicidade em transportes, por via da participação accionista por parte da STCP,SA.

Frequentou entre Outubro de 2006 e Maio de 2007 o Seminário 'Economia e Finanças da Descentralização' que teve lugar na Associação Comercial do Porto e é organizado pela Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa;

Publicou e apresentou em 2005 uma dissertação, no 1º Congresso Nacional dos Economistas, organizado pela Ordem dos Economistas, em Outubro de 2005, que se realizou no Edifício da Alfândega, na cidade do Porto. A Dissertação abordava a Gestão em Portugal e intitulava-se 'Gestão e Portugal – Propostas para uma União de Facto'.

De 2002 a 2006 – Desempenhou diversas funções na Unicer – Bebidas de Portugal, S.A., desde Gestor de Clientes, passando a coordenador da Área de Desenvolvimento, tendo finalmente a responsabilidade da Coordenação Nacional do Programa de Excelência;

De 2001 a 2002 - Desempenhou funções como Director Comercial na empresa 'Imediata Webssentials – Soluções Integradas de Comunicação, S.A., uma empresa do Grupo Imediata,SGPS,SA, unidade de negócio do Grupo Amorim, integrada na Amorim Desenvolvimento, SGPS,SA;

De 1999 a 2001 – Desempenhou várias funções na empresa 'Amadeu Monjardino, Herdeiros, Lda' – empresa do Grupo Monjardino, desde Delegado de Vendas a Assistente do Departamento de Marketing, passando a Responsável pelo Departamento de Retalho – Postos de Abastecimento. Foi ainda responsável pela concepção, elaboração e apresentação do projecto de Internet para as várias empresas do Grupo. Integrou grupo responsável pela concepção e implementação do cartão Frota 'Azoria'.

Em 1998 obteve um Certificado de Mérito conferido pela Universidade Católica Portuguesa pela participação em actividades extra-curriculares de cariz académico.

Desempenhou funções em 1998 no 'Finibanco, S.A.', ao abrigo do programa PEJENE – Programa de Estágios para Jovens Estudantes universitários Nas Empresas, promovido pela Fundação da Juventude, tendo estado envolvido na área de banca de retalho dirigido às PME's, tendo ainda desempenhado funções na sala de mercados de operações sobre estrangeiros, intervindo na negociação de compra e venda de moeda estrangeira, operações essas importantes para o desenvolvimento de operações de importações e exportações de bens.

É membro efectivo desde 2000 da Ordem dos Economistas, integrado no Colégio de Gestão.

É membro efectivo desde 2000 da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (ex-Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas)

Vogal – António Paulo da Costa Moreira de Sá

Data de Nascimento: 19 de Julho de 1974

Habilitações Académicas:

Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Licenciatura em Economia

Actividade Profissional:

Desde Abril 2006 – Administrador da STCP, SA

De Maio 2001 a Abril 2006 – Metro do Porto, SA – Assessoria à Administração, Planeamento Estratégico e Planeamento e Controlo de Gestão

De Março 2000 a Abril 2001- STCP, SA – Planeamento e Controlo de Gestão.

De Junho 1998 a Março 2000 – EFACEC Capital, SGPS, SA – Assessoria à Administração; Planeamento Estratégico; Coordenação do Relatório e Contas; Envolvimento no projecto de reestruturação da Empresa.

De Abril 1997 a Maio 1998 – EFACEC Motores Eléctricos, SA - Análise de crédito; Operações de tesouraria e financiamento.

Vogal – Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

Data de Nascimento: 29 de Julho de 1974

Habilitações Académicas:

Licenciada em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1998)

Mestre em Tecnologia do Ambiente pela Universidade do Minho (2002)

Actividade Profissional:

Administradora da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. desde Abril de 2009

Chefe de Gabinete da Governadora Civil do Porto (2008/2009)

Sócia gerente da empresa Diverespaço, actividades lúdicas e pedagógicas, unipessoal Lda. (1997/2009)

Vereadora da Câmara Municipal da Maia (2005/2008)

Consultora/Formadora em Gestão Ambiental e Gestão da Qualidade em diversas empresas do sector de Transportes, do sector Têxtil e Metalomecânico da Região Norte (2003/2006)

Formadora no Curso de Gestão Ambiental, nível V, na AIMinho (2005), na Associação da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (AESBUC) (2003) e no curso de Pós-graduação em Gestão Ambiental no Instituto de Soldadura e Qualidade (2003/2004)

Assessora no domínio de recursos hídricos, tratamento de efluentes líquidos e gasosos no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos (2000/2002)

Projectista na Empresa Goulds Pumps-Industrial Products, do grupo Multinacional ITT (1998/2000)

4.6 Remunerações dos membros dos órgãos sociais

4.6.1 Estatuto Remuneratório

Fixado pela Acta nº 1 de 29 de Junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

Tendo em atenção o determinado pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração o corte de 5% nas remunerações a partir do mês de Junho inclusive e, no início de Janeiro de 2011, nova redução de 10%, com base na Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Também em Janeiro de 2011 a empresa aplicou, com base no previsto no Artigo 19º da mesma Lei, a redução remuneratória a todos os trabalhadores que auferem remunerações ilíquidas mensais superiores a € 1.500 euros.

Mesa Assembleia Geral

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 344,14 euros (trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos).

Conselho Administração

Presidente

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.923, 26, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Vogais

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.028,52, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade:

- b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda de 1.000 euros mensais para o Presidente e de 900 euros para os restantes membros. O limite máximo para os encargos médios mensais com combustível foi fixado pelo Conselho de Administração em 250 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade;
- c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo para os encargos médios mensais foi fixado pelo Conselho de Administração em 150 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade.

A eventual utilização de cartão de crédito da Sociedade destina-se, exclusivamente, a fazer face a despesas, devidamente comprovadas, inerentes ao exercício das respectivas funções ao serviço da Sociedade.

Conselho Fiscal

Presidente:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração ilíquida fixada foi aplicada desde 21 de Abril de 2008, tendo sido considerada como base de incidência até 6 de Abril de 2009, a remuneração de € 5.675,94 euros.

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo accionista Estado em 9 de Setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respectivo contrato.

4.6.2 Remunerações e outras regalias

Mesa Assembleia Geral

Valores em €	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	Rui Carvalho Araújo Moreira	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Carlos Maria Pinheiro Torres
2010	616	467	334

Conselho de Administração

Valores em €	Presidente do Conselho de Administração	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Total
	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	António Paulo da Costa Moreira de Sá	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	
1. Remuneração						
1.1 Remuneração base/fixa a)	96.926	84.399	84.399	84.399	84.399	434.523
1.2 Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	2.769	2.731	2.731	2.731	2.731	13.695
1.3 Remuneração base/fixa efectiva (1.1-1.2)	94.156	81.668	81.668	81.668	81.668	420.828
1.4 Senha de presença						
1.6 Acumulação de funções de gestão						
1.7 Remuneração variável						
1.8 IHT (sub. de isenção horário de trabalho)						
2. Outras regalias e compensações						
2.1 Gastos de utilização de telefones	235	683	1.535	1.643	1.031	5.127
2.2 Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço	10.052 (2)	8.582 (2)	40.000 (3)	40.000 (3)	8.240 (2)	
2.3 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.725	2.670	2.870	1.415	1.811	10.491
2.4 Subsídio de deslocação						
2.5 Subsídio de refeição						
2.6 Outros (identificar detalhadamente)						
3. Encargos com Benefícios Sociais						
3.1 Regime convencionado	14.966	7.413	14.966	14.966	14.966	67.278
3.2 Seguros de Saúde						
3.3 Seguros de Vida						
3.4 Outros (Seguro de Acidentes Pessoais)	204	176	176	176	176	907
4. Parque Automóvel						
4.1 Marca	MERCEDES	LEXUS	SAAB	SAAB	MERCEDES	
4.2 Modelo	E-CLASS CDI	IS 220D 2.4 FDR	SS 07 VECTOR TID	SS 07 VECTOR TID	C-CLASS 220 CDI	
4.3 Matrícula	54-IE-71	17-IN-77	18-DI-59	18-DI-58	33-IR-57	
4.4 Valor da viatura	57.982,39 (1)	42.351,42 (1)			45.353,61 (1)	
4.5 Nº prestações b)	48 meses	48 meses			48 meses	
4.6 Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço	10.052 (2)	8.582 (2)	40.000 (3)	40.000 (3)	8.240 (2)	
4.7 Ano de aquisição de viatura (4)	2009	2009	2007	2007	2010	
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.725	2.670	2.870	1.415	1.811	10.491
5. Informações Adicionais						
5.1 Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	
5.2 Regime convencionado						
5.2.1 Segurança Social (S/N)	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	
5.2.2 Outro (S/N)	Não	Sim (CGA)	Não	Não	Não	
5.3 Ano de aquisição de viatura (4)	2009	2009	2007	2007	2010	
5.4 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não	Não	Não	
5.5 Outras (identificar detalhadamente)						

(1) Valor constante da nota de encomenda: Preço com desconto + opções . Não inclui IVA.

(2) Montante das rendas pagas em 2010 referentes ao contrato de ALD. Não inclui IVA.

(3) Valor de aquisição pago a pronto. Inclui IVA.

(4) Não há direito de opção para aquisição da viatura de serviço.

- a) Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem caso esta opção tenha sido autorizada.
- b) Caso a viatura tenha sido adquirida através de contratos Leasing, ALD, Renting, etc, deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas.

Conselho Fiscal

Valores em €		2010
Presidente	Pedro Romano Martinez	19.385
Vogal Efectivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	14.539
Vogal Efectivo	Maria Manuela Marques Lima	14.539
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	0

Revisor Oficial de Contas

Valores em €	2010
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Santos, ROC nº 177	15.600

Também auferi, pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.654€ anualmente.

4.6.2.1 Seguro de Caução

Nome Completo	Cargo	Companhia de Seguros	Nº da Apólice	Beneficiário	Cobertura	Capital Seguro
Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Presidente do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	008410087531	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	008410087532	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	008410087533	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
António Paulo da Costa Moreira de Sá	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	008410087527	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	008410087530	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €

Em cumprimento do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais e do Despacho do Senhor SETF nº 960/09 de 24 de Setembro de 2009

Em cumprimento do Despacho Conjunto do SET e do SETF, relativos à Assembleia Geral da STCP de 2010, constantes do ponto 2 alínea b)

1.250.000 €

Apólices subscritas e suportadas individualmente por cada um dos Administradores referidos

4.7 Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental

Grande parte da informação a referir no presente ponto encontra-se explanada no corpo do relatório de gestão e sustentabilidade, nomeadamente no ponto **2.3 Evolução da Actividade, Capítulo 3 Relatório de Actividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável** e no **Capítulo 5 Relatório de Gestão**, pelo que se fará agora apenas uma breve abordagem desses temas, ou a simples remissão dos mesmos.

Estratégias adoptadas e Grau de cumprimento das metas fixadas

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no **ponto 4.1.4 Objectivos e graus de cumprimento**.

Políticas prosseguidas com vista a garantir a a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A empresa prossegue uma política económica de análise à procura, à produção de transporte, ao mercado que serve, à adaptação da sua rede e dos recursos humanos, com o objectivo de prestação do melhor serviço, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de modo a salvaguardar normas de qualidade.

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente nos **Capítulos 3 Relatório de Actividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável** e no **Capítulo 5 Relatório de Gestão**.

Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa

- Inexistência de contratualização de Serviço Público
- Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro
- Instabilidade dos mercados financeiros,
 - Agravamento dos custos do endividamento
 - Redução da liquidez disponível

A STCP encontra-se exposta aos condicionalismos inerentes à sua actividade:

- Transporte público rodoviário de passageiros na área urbana do Grande Porto,
- Tarifário de carácter social determinado e imposto pelo Regulador,
- Compensação acessória da tutela materializada na atribuição de uma verba anual que se destinaria a remunerar o exercício das imposições de serviço público.

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Uma gestão orientada por princípios de **Responsabilidade Social**, **Desenvolvimento Sustentável** e de **Serviço Público e de satisfação das necessidades da colectividade**, vem

sendo prosseguida na STCP, como está claramente reflectido nos seus Relatórios de Gestão, elaborados desde 2006 numa óptica de desenvolvimento sustentável, nas vertentes de racionalidade económica, responsabilidade social interna e externa e responsabilidade ambiental, tendo como guião orientador a estrutura prevista no GRI.

Responsabilidade Social

- Garantia de promoção de igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e pela não discriminação: pontos **3.4 Responsabilidade Social pelos Trabalhadores** e **3.5 Responsabilidade perante a Comunidade**
- Gestão adequada do capital humano da empresa com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem estar e premeiem o mérito dos trabalhadores: ponto **3.4 Responsabilidade Social pelos Trabalhadores**
- Adopção de práticas ambientalmente correctas: pontos **3.5.2 Frota** e **3.6 Responsabilidade Ambiental**

Desenvolvimento Sustentável

- Criação de valor para o accionista: pontos **2.3 Evolução da Actividade, Capítulo 3 Relatório de Actividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável** e no **Capítulo 5 Relatório de Gestão**
- Promoção da protecção ambiental pontos **3.5.2 Frota** e **3.6 Responsabilidade Ambiental**
- Contribuição para a inclusão social (empregabilidade). ponto **3.4 Responsabilidade Social pelos Trabalhadores**

Serviço público e satisfação das necessidades da colectividade

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente nos pontos **2.3 Evolução da Actividade** e **Capítulo 3 Relatório de Actividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável**.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa – investigação, inovação, desenvolvimento, integração de novas tecnologias no processo produtivo

Pontos **3.3 Responsabilidade Social perante os Clientes** e **3.5. Desenvolver novos projectos**

Planos de Acção para o futuro

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no **Capítulo 6 Perspectivas para 2011**.

4.8 Avaliação de cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A STCP, empresa detida a 100% pelo Estado Português, desenvolveu a sua actividade ao longo do ano de 2010, em estrito respeito pelos **princípios de bom governo da sociedade**, dando cumprimento à legislação em vigor aplicável e, em particular, ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, como evidenciado nos relatórios da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC) de Auditorias Técnicas nº 642/09 – Cumprimento dos princípios de bom governo, das obrigações de informação decorrentes do regime jurídico do SEE e das normas do Estatuto Gestor Público (EGP) e nº 700/10 – Verificação do Cumprimento do Quadro Legal do Sector Empresarial do Estado.

O Relatório e Contas 2010 retrata, de forma clara e exhaustiva, como foi cumprida a sua política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de cumprimento do serviço público, bem como o seu esforço em inovação e desenvolvimento de novas tecnologias de apoio à sua actividade, nomeadamente no **Capítulo 3 Relatório de Actividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável**.

Os elementos mais significativos do cumprimento da sua missão, amplamente divulgada por todas as partes interessadas, encontram-se igualmente descritos neste capítulo.

De acordo com a prática habitual na empresa, o Plano de Actividades e Orçamentos do exercício em análise e o Plano de Investimentos foram desenvolvidos na perspectivados objectivos estratégicos fixados, tendo em conta os recursos e as fontes de financiamento disponíveis.

Desde Maio de 2004 que está instituída a figura do Provedor do Cliente da STCP, de livre acesso e gratuito para todos os cidadãos que a ele recorram.

Anualmente o Relatório do Conselho Fiscal inclui a avaliação de desempenho dos gestores, também objecto de avaliação nominal pela Tutela, através dos resultados do Contrato de Gestão do mandato.

4.9 Código de Ética e Conduta

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um Código de Ética e de Conduta próprio, que se encontra disponível tanto no site da empresa para consulta de todas as partes interessadas, bem como na sua Intranet para consulta dos seus trabalhadores.

Este Código constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da Empresa, nos diversos níveis que a integram, constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

4.10 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

A STCP, consciente de que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições e que constituiu, actualmente, uma das grandes preocupações não apenas dos diversos Estados mas também de organizações internacionais de âmbito global e regional, revelando-se como uma ameaça aos Estados de direito, bem como um obstáculo ao normal funcionamento dos mercados, deu cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção procedendo à elaboração do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, datado de Dezembro de 2009.

O Plano de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da STCP foi remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que tutela a empresa. Do mesmo plano foi dado conhecimento a todos os trabalhadores da empresa através da sua publicação na intranet da empresa.

4.11 Sistema de Controlo

Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e seus activos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa (Ponto 19 RCM 49/2007, de 28 de Março)

Em Dezembro de 2008 a empresa obteve a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança no Trabalho e Saúde (SIG-QAS).

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objectivos globais e departamentais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objecto de reflexão pelo Conselho de Administração e pelos responsáveis de primeira linha da Empresa. Trimestralmente é elaborado o relatório de controlo de execução dos objectivos e dos orçamentos global e sectoriais.

A estrutura de Governo da STCP, com os vários níveis de fiscalização sucessiva, assegura com eficiência a função de supervisão da empresa, definida no ponto 16 da norma em apreço. Prova disso é a existência de um órgão de estrutura interna que assegura as funções de auditoria, anualmente reforçada pela auditoria externa de acompanhamento à certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a actividade da empresa e emite os respectivos relatórios de controlo e fiscalização.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

4.12 Prevenção de Conflitos de Interesse

Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesse (Ponto 22 RCM 49/2007, de 28 de Março)

Nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de interesses, nem quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem tão pouco relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

4.13 Divulgação de informação

Prevista na RCM 49/2007, de 28 de Março

Informação no portal da empresa

Informação no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	NA	
Existência de Site	X			pela consulta ao Relatório e Contas ou www.dgtf.pt , ligações disponíveis no menu
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				a empresa publica o plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas
Identificação Órgãos Sociais	X			
Identificação áreas responsabilidade do CA	X			
Identificação das comissões existentes na sociedade			X	pela consulta ao Relatório e Contas ou www.dgtf.pt , ligações disponíveis no menu
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			pela consulta ao Relatório e Contas ou www.dgtf.pt , ligações disponíveis no menu
Transacções fora das condições de mercado	X			pela consulta ao Relatório e Contas ou www.dgtf.pt , ligações disponíveis no menu
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			pela consulta ao Relatório e Contas ou www.dgtf.pt , ligações disponíveis no menu
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			pela consulta ao Relatório e Contas ou www.dgtf.pt , ligações disponíveis no menu
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente	X			

Informação no site SEE

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	NA	
Estatutos actualizados (PDF)	X			história disponível no site da empresa
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha Síntese da Empresa	X			
Identificação da Empresa				
Missão, objectivos, políticas, obrigações de serviço público e modelo de financiamento	X			
Modelo de Governo / identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (identificação Órgãos Sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remuneração auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos internos e externos	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transacções	X			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento do PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Segundo o Relatório de 2009 da Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) a STCP obteve 100% no grau de cumprimento dos PBG. O relatório pode ser consultado em www.dgtf.pt.

4.14 Decisões mais relevantes do Conselho de Administração

No cumprimento da alínea i) do artigo 13º -A do Decreto-Lei nº 300/2007 de 23 de Agosto, informa-se que durante o ano de 2010 o Conselho de Administração reuniu periódica e regularmente, ao longo de 52 sessões e refere-se de seguida as decisões mais relevantes:

Nº de Acta e nº do ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta 2/10 - ponto 2	ALTERAÇÃO DA LINHA ZR	Aprovada a extensão da Linha ZR.	12.01.2010
Acta 2/10 - ponto 5.1	CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA	Aprovada a adjudicação dos fornecimentos de energia eléctrica de média tensão (MT) e de baixa tensão (BTE) à melhor proposta, da EDP Corporate, com uma redução significativa de preços.	12.01.2010
Acta 3/10 - ponto 2.2	CONTRATAÇÃO DE MOTORISTAS	Aprovada a admissão de sessenta motoristas de serviço público para cobertura de défice face à oferta.	19.01.2010
Acta 3/10 - ponto 9.	REGULAMENTO DE FORNECEDORES	Aprovado o Regulamento de Fornecedores com definição dos critérios mínimos, em termos legais e de boas práticas, para os prestadores de serviços e de fornecimento de bens à STCP, SA, no âmbito das condições de segurança e higiene no trabalho.	19.01.2010
Acta 8/10 - ponto 2	APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2009	Aprovados os documentos correspondentes ao Relatório de Gestão, que inclui a Sustentabilidade, e as Contas relativas ao exercício de dois mil e nove. Sugerida às Tutelas a data de trinta e um de Março para a realização da assembleia-geral da STCP, com a ordem de trabalhos constante do Aviso Convocatório anexo.	23.02.2010
Acta 8/10 - ponto 9	CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE ESTACIONAMENTO INDEVIDO	Aprovada a proposta de realização de uma campanha de sensibilização para o estacionamento indevido na via do eléctrico, através de uma acção conjunta da STCP com a Polícia Municipal do Porto e a colaboração das escolas EB 23 de Miragaia e de Ramalho Ortigão, com o apoio do Governo Civil do Porto.	23.02.2010
Acta 8/10 - ponto 11	PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO SIG/QAS REVISÃO DO SISTEMA DE GESTÃO	Aprovada a Revisão anual do Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, com a tomada de decisões no âmbito da melhoria da eficácia dos sistemas de gestão da Qualidade, de gestão do Ambiente e do sistema de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e respectivos processos, bem como medidas para a melhoria do produto relacionado com os requisitos do cliente, com a necessidade de recursos, com as alterações das políticas ambiental e de SST e respectivas metas, em coerência com o compromisso de melhoria contínua assumido.	23.02.2010
Acta 11/10 - ponto 2.1	CRIAÇÃO DA LINHA 208 E ALTERAÇÃO DA LINHA 501	Aprovada a criação da Linha 208 com término em Aldoar para servir o Centro de Saúde e a alteração do percurso da Linha 501, que continua a garantir a ligação a Matosinhos, com encurtamento do percurso e também do tempo total de viagem.	16.03.2010
Acta 13/10 - ponto 3.3	PROLONGAMENTO DE LINHA DE GONDOMAR AO HOSPITAL S. ANTÓNIO	Aprovada a alteração de percurso da Linha 801 (Sá da Bandeira <-> S. Pedro da Cova) prolongando o percurso para acesso à urgência e consultas e dando assim resposta às alterações de mobilidade de parte das freguesias do Concelho de Gondomar pela transferência do apoio hospitalar do Hospital de S. João para o Hospital de Santo António.	30.03.2010
Acta 15/10 - ponto 3.2	APOIO AO CLIENTE - LINHA AZUL	Aprovada a afectação de um número fixo, complementar à Linha Azul, para atendimento a clientes com simultâneo alargamento do horário de funcionamento ao sábado.	13.04.2010
Acta 17/10 - ponto 7	CAMPANHA DE PREVENÇÃO RODOVIÁRIA - QUEIMA DAS FITAS DO PORTO 2010	Em resposta a solicitação do Governo Civil do Porto, aprovada a subscrição de um protocolo com as várias entidades intervenientes e do protocolo com o Governo Civil do Porto e com a DIGITALFRAME, realizadora do spot publicitário de prevenção rodoviária e de divulgação da STCP com promoção do transporte público.	27.04.2010
Acta 18/10 - ponto 3.1	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO TÍTULOS DE TRANSPORTE	Aprovadas as peças concursais - programa e caderno de encargos - e designação do Júri para análise das propostas do concurso público.	4.05.2010
Acta 18/10 - ponto 4	SERVIÇOS ESPECIAIS NO DIA DA VISITA PAPAL	Aprovada a proposta relativa aos serviços especiais a realizar pela empresa no dia da visita papal ao Porto, nomeadamente o aumento das frequências das linhas para o centro da cidade e os vaivéns.	4.05.2010
Acta 19/10 - ponto 9	PARCERIA NO EVENTO SERRALVES EM FESTA	Aprovada a realização de um vaivém entre a Casa da Música e Serralves, o reforço de serviço da Linha 203, o aluguer para prestação de serviço de transporte entre o Queimódromo e Serralves, a divulgação do evento no interior dos autocarros e em mais duas retaguardas dedicadas a publicidade institucional da Fundação de Serralves e a colocação de uma tenda com promotores.	11.05.2010
Acta 20/10 - ponto 3.1	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA LIMPEZA DE INSTALAÇÕES E VIATURAS	Aprovada, na sequência da apresentação do relatório final de análise de propostas pelo Júri do concurso, a adjudicação da prestação de serviços de limpeza de instalações e viaturas, serviço de lavandaria e colocação de informação nas viaturas, à empresa CLIMEX, Controlo de Ambiente, S.A..	19.05.2010
Acta 24/10 - ponto 3	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MUSEU DO CARRO ELECTRICO DO PORTO	Deliberada a aprovação de prémios, de acordo com o relatório final de análise de propostas do Júri do Concurso público internacional de concepção para a elaboração do projecto de requalificação do edifício do Museu do Carro Eléctrico.	15.06.2010
Acta 24/10 - ponto 7	ON.2 NOVO NORTE - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA	Registada a confirmação, através de ofício da Comissão Directiva ON.2 – Novo Norte, da aprovação da candidatura ao financiamento, no valor de setecentos mil euros, para a Musealização do Edifício da Central Termo Eléctrica de Massarelos.	15.06.2010

Nº de Acta e nº do ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta 25/10 - ponto 2.1	AUMENTO DE TARIFÁRIO MONOMODAL	Registado o preço definitivo a praticar a partir de 1 de Julho, consoante comunicação do IMTT, no âmbito das propostas remetidas. O aumento tarifário decorre do Despacho Normativo dos Ministros das Finanças, da Economia, Inovação e Desenvolvimento e das Obras Públicas Transportes e Comunicações referente ao aumento tarifário em 1,2%, para cobertura do aumento da taxa do IVA, englobado no preço de venda ao público.	22.06.2010
Acta 25/10 - ponto 10.1	CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PNEUS	Deliberado que, nas presentes circunstâncias, considerando a opinião favorável dos gestores do contrato e atendendo ao custo, também ele favorável face às condições de mercado, proceder ao accionamento da prorrogação do contrato com a Roldão, Seica & Tavares, S.A. por mais um ano, a partir do dia 1 de Janeiro de 2011.	22.06.2010
Acta 26/10 - ponto 2.2	RECURSOS HUMANOS - PRÉMIO DE CONDUÇÃO EFECTIVA	Deliberada a prorrogação do Prémio de Condução Efectiva por mais três meses, com termo em final do próximo mês de Setembro, devendo ser analisado, com antecedência mínima de trinta dias relativamente ao termo desta prorrogação, os ganhos efectivos de produtividade alcançados com esta medida e a comparação com os custos suplementares incorridos.	2.07.2010
Acta 26/10 - ponto 4	PEDIDO DECLARAÇÃO EMPRESA EM REESTRUTURAÇÃO	Registo dos documentos que constituem o processo de requerimento de isenção da STCP ao limite de rescisões de vínculo laboral por mútuo acordo.	2.07.2010
Acta 27/10 - ponto 5.1	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NO EXTERIOR DOS AUTOCARROS	Deliberado contratar, pelo período de três anos com início 1/02/2011 e termo em 30/01/2014, a concessão da exploração de publicidade no exterior de autocarros de serviço público da frota da STCP, através de Concurso Público Internacional, com aprovação das peças concursais e designação do Júri do concurso.	6.07.2010
Acta 28/10 - ponto 3	LEI Nº 12-A/2010	Tendo em atenção o conteúdo da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, determinado que no processamento de salários do corrente mês de Julho seja praticada a redução de 5% relativamente ao salário de Julho e o acerto, em igual percentagem, do salário mensal de Junho de cada membro do Conselho.	13.07.2010
Acta 29/10 - ponto 2	CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	Aprovada a reformulação da proposta de contratualização de serviço público, a enviar às Secretarias de Estado dos Transportes e do Tesouro e Finanças, respeitando as instruções recebidas, em consequência das restrições orçamentais a vigorar até 2013.	20.07.2010
Acta 29/10 - ponto 3	CONTRATOS E PROTOCOLOS	Aprovada a formulação contratual bem como a conformidade do processo de adjudicação directa ao fornecedor do Sistema de Apoio à Exploração (SAEI), ao abrigo da alínea f) do nº1 do art. 27 do Código da Contratação Pública – “por se tratar de serviços informáticos de desenvolvimento de software e de manutenção de assistência técnica de equipamento” – dado ser a EFACEC o fabricante e o proprietário da solução, o que inviabiliza que possa ser efectuada por outro fornecedor a manutenção do equipamento que inclui mesmo a substituição e actualização graduais do software e dos equipamentos. Confirmada a deliberação de adjudicar os serviços integrados no contrato de manutenção.	20.07.2010
Acta 31/10 - ponto 3.1	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO TÍTULOS DE TRANSPORTE	Aprovada a proposta contida no relatório final do Júri e a adjudicação da prestação de serviços de vigilância nos Autocarros, Fiscalização e Controlo dos títulos de Transporte, pelo prazo de dois anos, à empresa EULEN Portugal de Segurança, S.A.	3.08.2010
Acta 31/10 - ponto 4	CONTRATOS E PROTOCOLOS - FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL	Decidida a denúncia do contrato, a comunicar à GALP Gás Natural, S.A., para o final do mês do seu termo, como contratualmente previsto, e a preparação das peças concursais para a realização de concurso público internacional, ficando nomeado o Júri do Concurso.	3.08.2010
Acta 33/10 - ponto 6.2.	CANDIDATURA AO PROMUSEUS 2010	Aprovada a apresentação pela STCP de candidatura na área da divulgação, no âmbito do Concurso aberto pelo Instituto Português de Museus e da Conservação.	17.08.2010
Acta 34/10 - ponto 5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	Aprovado o texto definitivo com a descrição das actividades atribuídas às áreas integrantes da macroestrutura da empresa, a formalizar por Ordenação do Conselho, devendo ser preparado o Manual de Estrutura que lhe corresponde.	24.08.2010
Acta 34/10 - ponto 12	CONCURSO DE CONCEPÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO	Deliberado adjudicar o contrato de aquisição de serviços para a Requalificação do Museu do Carro Eléctrico, ao Arquitecto Thomas Kroger, o qual, com vista a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deverá prestar uma caução no montante equivalente a 5% do valor do contrato.	24.08.2010
Acta 35/10 - ponto 2.2	LINHAS 706 E 707 - ALTERAÇÃO DE HORÁRIOS AO FIM DE SEMANA	Aprovada a proposta respeitante ao serviço de fim-de-semana das linhas 706 e 707, motivada por análise suscitada pela Câmara Municipal da Maia. A operacionalização desta alteração deverá ser encarada como um período experimental, findo o qual se reanalisará o horário do domingo de manhã.	31.08.2010
Acta 36/10 - ponto 2.2	LINHAS 200 - AUMENTO DE FREQUÊNCIA NOS DIAS ÚTEIS	Aprovada a proposta de aumento de frequência de passagem da linha 200, passando de dez em dez para oito em oito minutos, durante as horas de ponta da manhã e da tarde aos dias úteis.	7.09.2010
Acta 36/10 - ponto 4.2	ASSINATURA DE ACORDO DO TÍTULO SUB23@SUPERIOR.PT	Registado o texto do Acordo para implementação do título de assinatura Sub23@superior.pt que foi objecto de assinatura no dia 1 de Setembro de 2010 no MOPTC.	7.09.2010
Acta 38/10 - ponto 3	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NO EXTERIOR DOS AUTOCARROS	Aprovada a proposta do Júri com a adjudicação da Concessão de Exploração de Publicidade no Exterior dos Autocarros à concorrente MOP - Multimédia Outdoors Portugal.	21.09.2010
Acta 38/10 - ponto 6.2.1.	UITP SUSTAINABLE DEVELOPMENT CHARTER	Registada a realização da cerimónia de assinatura, pela STCP, da “Carta de Desenvolvimento Sustentável da U.I.T.P., como subscritor pleno, realizada no dia 18 de Setembro, em Bruxelas, durante a reunião semestral do Policy Board da Associação, integrada na Comemoração dos 125 anos da U.I.T.P.. Esta subscrição representa o reconhecimento do caminho que a empresa tem percorrido com determinação no sentido de um desenvolvimento sustentável	21.09.2010

Nº de Acta e nº do ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta 39/10 - ponto 4.1	RECURSOS HUMANOS - QUADRO DE INSPECTORES DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES	Aprovada a reformulação da função de enquadramento de motoristas e de controlo de execução do serviço, designadamente as alterações do efectivo global afecto e do modo de controlo a prestar na rua, revogando as anteriores decisões sobre esta função.	29.09.2010
Acta 41/10 - ponto 6.1	RECURSOS HUMANOS - MOTORISTAS	Após análise da situação do conjunto de doze motoristas com termo de contrato em Novembro, decidido proceder à renovação por novo período e nas condições remuneratórias actuais, de dez dos doze motoristas que apresentam avaliação positiva, terminando o contrato com os dois restantes no final do prazo respectivo.	12.10.2010
Acta 41/10 - ponto 6.2	REFORMA E ANTECIPAÇÃO DE REFORMA DE TRABALHADORES	Na sequência das medidas crescentemente restritivas dos custos das empresas do SEE, decidido revogar a decisão tomada pelo Conselho de Administração em 31 de Julho de 2003 relativa ao pagamento de uma gratificação suplementar aos trabalhadores na passagem à situação de reforma ou de reforma antecipada, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011.	12.10.2010
Acta 43/10 - ponto 5.1	RECURSOS HUMANOS - PRÉMIO DE CONDUÇÃO EFECTIVA	Ratificada a decisão de manter em vigor o “Prémio de Condução Efectiva” até 31 de Dezembro de 2010, deixando de vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2011, com comunicação imediata desta deliberação para garantir o seu conhecimento com a antecedência adequada.	26.10.2010
Acta 44/10 - ponto 5.1	CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA	Exposta a situação de rescisão do contrato de fornecimento de energia eléctrica declarada pela EDP Corporate a partir de 31 de Dezembro 2010, o grupo de trabalho constituído para análise da eficiência energética, optou por fazer uma consulta de preços ao mercado por sua iniciativa, com resposta obtida apenas da EDP Corporate e da IBERDROLA. Decidido que o Grupo alargue a consulta a todas as empresas fornecedoras que actuam no mercado português.	2.11.2010
Acta 44/10 - ponto 8	ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO DOS AUTOCARROS	Aprovada a fixação do período de amortização dos autocarros em treze anos, prazo correspondente à sua vida útil normal mínima, com início de aplicação nas contas do ano 2010.	2.11.2010
Acta 44/10 - ponto 11	PROGRAMA DE SEGURANÇA ANUAL 2011	Aprovado o Programa de Segurança para 2011.	2.11.2010
Acta 45/10 - ponto 3	PEDIDO DE AVAL DO ESTADO PARA CONTRATAÇÃO DE	Deliberado remeter à Tutela um pedido prévio de emissão de aval do Estado para concretização em Junho de 2011, em montante de cem milhões de euros, face aos limites das facilidades de curto prazo e à tendência restritiva da banca na concessão de crédito, bem como às necessidades de financiamento para substituição do empréstimo de médio/longo prazo a vencer e à cobertura do acréscimo de necessidades de endividamento de 2011.	10.11.2010
Acta 45/10 - ponto 7.3	NECESSIDADES DE EFECTIVOS PARA MANUTENÇÃO DE CARROS ELÉCTRICOS	Demonstrada a situação de quase ruptura do efectivo afecto à manutenção dos carros eléctricos, com aprovação da proposta para cobertura das necessidades de primeira prioridade, confirmando-se também o interesse no acolhimento de estagiários na área de manutenção do carro eléctrico.	10.11.2010
Acta 45/10 - ponto 8.1	CONTRATOS E PROTOCOLOS - FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL ACTUALIZAÇÃO DE PROPOSTA DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL	Analisada a proposta revista da GALP Gás Natural, após apresentação da contraproposta da STCP, e avaliadas as vantagens resultantes da redução do preço e da antecipação da sua aplicação, bem como a garantia de transferência da propriedade dos equipamentos e das licenças para a STCP até ao termo do prazo do contrato, na condição de a STCP não exercer o direito de denúncia com efeitos finais um de Março de dois mil e doze, e desde que o contrato passe a ter termo em 2013. Após obtenção de preços de mercado e pela análise comparativa do diferencial do preço proposto com o preço mais baixo obtido durante o prazo de dois anos, bem como as economias suplementares propostas, a par com a dificuldade da não propriedade das licenças nem dos equipamentos de abastecimento para a entrada de outro fornecedor, deliberado, face a razões de interesse público, concretizar a opção proposta.	10.11.2010
Acta 45/10 - ponto 9.1	CONCURSO - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	Na sequência da denúncia do contrato de fornecimento de combustíveis (gasóleo) e de lubrificantes, deliberada em 22 de Junho, aprovada a preparação das peças concursais – programa de concurso e caderno de encargos – e nomeado o Grupo de Trabalho para a respectiva elaboração.	10.11.2010
Acta 46/10 - ponto 13	CONCURSOS - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA DE BAIXA TENSÃO (BTE) E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA DE MÉDIA TENSÃO (MT)	Após consulta a seis empresas fornecedoras e recebidas propostas para os quatro fornecimentos de média tensão (MT) de apenas duas – EDP Corporate e IBERDROLA – e para os três fornecimentos de baixa tensão (BTE), sendo a proposta mais favorável, em ambos os casos, da IBERDROLA Portugal – Electricidade e Gás, Lda., com uma redução de custos, com deliberação da adjudicação a este fornecedor nos dois tipos de fornecimento em causa.	16.11.2010
Acta 47/10 - ponto 2	MEDIDAS DO PLANO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC) 2011 - PLANO STCP	Aprovadas as peças documentais que contêm o Plano da STCP para seguimento das medidas de austeridade definidas no âmbito do PEC para o ano de 2011, já remetidas à Tutela sectorial	26.11.2010

Nº de Acta e nº do ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta 48/10 - ponto 2	PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO E PLANO DE INVESTIMENTOS 2011	Análise dos documentos com a previsão para o ano de 2011 quer da orçamentação global quer do Plano de Investimentos, com a decisão de introduzir neste último algumas reduções por adiamento da sua concretização ou pelo seu faseamento, reduzindo assim o valor global. Relativamente ao Plano de Actividades e Orçamento foram contempladas as orientações recebidas quer no que toca ao limite ao endividamento quer no respeitante à redução dos Custos Operacionais para o ano de 2011, como especificado nos documentos a remeter às Tutelas sectorial e financeira. As previsões contemplam as medidas constantes da proposta da empresa no âmbito das orientações de contenção de custos e do endividamento e permitem cumprir a limitação do aumento do nível do endividamento, não só no corrente ano mas igualmente em 2011. Relativamente aos Custos Operacionais estima-se poder atingir, com grande esforço, uma redução da ordem dos 10% face a 2009 porque a redução de um corte de 15% obrigaria a fortes restrições da oferta com risco da actividade normal da empresa, tal como explicitado no exercício efectuado.	30.11.2010
Acta 48/10 - ponto 3	SIMPLIFICAÇÃO DE TARIFÁRIOS NA STCP	Deliberado remeter à Tutela sectorial, solicitando uma reunião de trabalho para o efeito, o estudo que fundamenta a proposta de redução dos títulos monomodais, conforme documento denominado "Simplificação de tarifários na STCP".	30.11.2010
Acta 48/10 - ponto 6	AUTOCARROS ARTICULADOS - PENALIDADES	Determinada pela STCP a valorização das contrapartidas em espécie propostas pelo fornecedor Auto Sueco relativamente às penalidades contratuais resultantes do excesso de peso das viaturas face ao indicado na proposta contratual, com necessidade de proposta de regularização do valor diferencial em aberto.	30.11.2010
Acta 49/10 - ponto 2.2.	MOTORISTAS COM CONTRATO A TERMO CERTO	Tendo por base o desempenho positivo registado por todos os doze motoristas em análise, aprovada a renovação do contrato individual com cada um dos trabalhadores por um novo período de um ano e meio.	7.12.2010
Acta 49/10 - ponto 8	PROJECTO DE INFRAESTRUTURA DO CARRO ELÉCTRICO - EXTENSÃO MOUZINHO DA SILVEIRA E RUAS DAS FLORES	Tomado conhecimento da posição transmitida pela Câmara Municipal do Porto à CCDRN (NovoNorte) sobre o processo de candidatura do projecto da Regeneração Urbana Mouzinho / Flores e a proposta da reformulação do Plano de Acção aprovado e do Protocolo de Parceria, que não contempla nesta fase a inserção da via do carro eléctrico prevista no projecto e incluída no processo de candidatura. Neste contexto deverá a STCP comunicar formalmente à CCDRN a inviabilidade de fornecimento imediato dos elementos adicionais que respeitam à inserção da via do carro eléctrico naquele espaço urbano, ficando pendente da evolução do processo.	7.12.2010
Acta 50/10 - ponto 2.6	REGULAMENTO DE CONTROLO ANTI-ÁLCOOL	Aprovadas as alterações ao Regulamento de Controlo Anti – álcool de acordo com as recomendações sugeridas pela ACT e também para adequação às alterações da estrutura orgânica entretanto introduzidas, devendo o novo texto ser enviado à Comissão de Trabalhadores para emissão de parecer, com posterior remessa à ACT.	14.12.2010
Acta 51/10 - ponto 4	AUMENTO DE TARIFÁRIO 2011	Aprovado o novo tarifário a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme proposta da STCP, aceite pelo IMTT. Registo da actualização do tarifário ANDANTE com início de vigência na mesma data, igualmente aceite pelo I.M.T.T.	21.12.2010
Acta 51/10 - ponto 9	FUNDO DE PENSÕES	Tomado conhecimento do relatório do BPI Pensões contendo a avaliação actuarial relativa às responsabilidades com os complementos de pensão de reforma da STCP, cujos resultados indicam um reforço do Fundo em 235. 371,00 € assim aprovado.	21.12.2010
Acta 51/10 - ponto 10	PROVISÕES PARA 2010	Aprovadas as variações dos montantes das provisões relativas a 2010, com redução para Processos Judiciais em Curso de 219.021,14 € e para Responsabilidades com Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais ocorridos até Fevereiro de 1998 no valor de 23.555,08 €; e com aumento para Riscos e Encargos com Sinistros em 246.026,49 €.	21.12.2010
Acta 52/10 - ponto 3	HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCARROS DE DOIS PISOS - NOVA LEGISLAÇÃO	Registada, com satisfação, a publicação no DR nº 246, I série, de 22 de Dezembro, o Decreto-Lei nº 133/2010, que altera o Regulamento que fixa os pesos e as dimensões máximos autorizados para os veículos em circulação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 99/2005, de 21 de Junho, ultrapassando assim as dificuldades surgidas com a homologação dos autocarros de dois pisos.	28.12.2010

4.15 Associações e Parcerias

A STCP é membro da UITP – Union Internationale des Transports Publics

A STCP é associada de:

ADEPORTO – Agência de Energia do Porto

ADETURN – Associação de Turismo do Norte de Portugal

ADFER – Associação para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro

APH2 – Associação Portuguesa para a promoção do Hidrogénio

APNCF - Associação Portuguesa Normalização Certificação Ferroviária

APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade

ATC – Associação dos Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na região

Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto

Associação “Amigos do Coliseu do Porto”

Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto

Associação Comercial do Porto

Associação Porto Histórico

APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural

Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Energia

Fundação de Serralves

Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida

INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

IEP - Instituto Electrotécnico Português

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

PRP – Prevenção Rodoviária Portuguesa

5 Relatório de Gestão

5.1 Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2010 foi caracterizado pela recuperação da actividade económica a nível mundial. Após a forte contracção marcada pelos efeitos da crise financeira em 2007 e que se repercutiu posteriormente por todo o sistema económico, levando os bancos centrais dos EUA, da Zona Euro e de todas as outras principais economias a nível mundial, a adoptarem medidas no domínio da política monetária, acompanhadas por outras medidas de ordem fiscal, de carácter absolutamente excepcional. O ritmo de crescimento da economia mundial foi superior no primeiro semestre de 2010, tendo vindo a desacelerar durante o segundo semestre, mantendo-se positivo, apesar do retorno de alguma turbulência nos mercados financeiros. O nível de crescimento foi diferenciado entre as várias regiões mundiais, tendo as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, revelado uma maior dinâmica, impulsionando o comércio mundial.

A melhoria da conjuntura internacional em 2010 contribuiu para o relançamento da economia da Zona Euro, tendo a Alemanha registado o maior crescimento dos países que compõem esta zona. A taxa de crescimento do PIB na zona euro, rondou os 2% em 2010. O principal contributo para o crescimento teve origem na procura interna, permanecendo no entanto fraco o consumo privado, para o qual contribuiu o contexto desfavorável do mercado de trabalho, como abrandamento da taxa de crescimento dos salários e continuação da quebra do emprego. O crescimento do investimento no segundo semestre de 2010 e a melhoria registada nos indicadores de confiança, poderá indiciar uma recuperação mais sustentada da actividade económica.

No ano de 2010 verificou-se um aumento dos preços do petróleo, se bem que atenuados pela depreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar. Registou-se um ligeiro aumento das taxas de juro face a 2009, ainda que as taxas tenham permanecido a níveis historicamente baixos.



A recuperação económica dos principais parceiros de Portugal traduziu-se numa recuperação significativa da procura externa dirigida a Portugal.

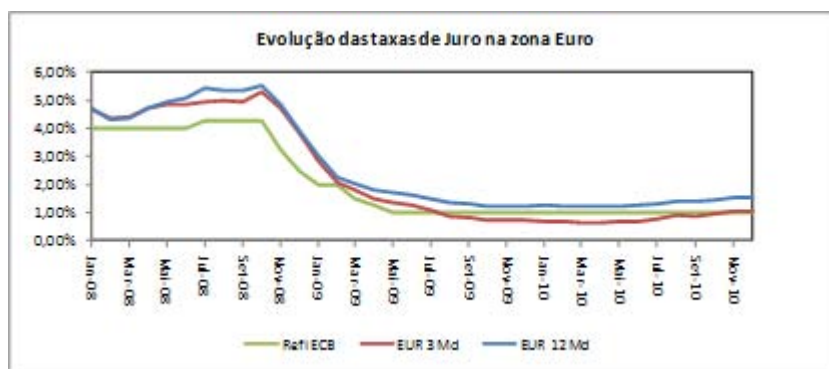
Em Portugal a taxa de crescimento do PIB, em 2010, situou-se um pouco acima de 1%, apresentando uma ligeira recuperação face a 2009. Para este resultado contribuiu uma desaceleração do consumo privado, o aumento das exportações de bens e serviços e um ligeiro aumento do investimento. No final do primeiro trimestre de 2010, a divulgação do resultado do défice orçamental de 2009, de 9,3%, bastante superior ao previsto, teve como consequência a necessidade de reforço do ajustamento orçamental, com implicações desfavoráveis sobre o consumo e o investimento.

A adensar este panorama, registou-se no final do mês de Abril uma turbulência nos mercados financeiros internacionais, caracterizada essencialmente pela introdução de uma forte diferenciação do risco dos diferentes países europeus. Na zona euro, iniciou-se a crise na Grécia, que se foi estendendo aos outros países com nível de endividamento externo elevado e que enfrentavam dificuldades em acelerar o crescimento da economia e reduzir os desequilíbrios financeiros.

Ao longo do ano de 2010, e à medida que foram sendo divulgadas as contas da execução orçamental da nação, foram sendo evidenciadas as insuficiências de correcção do défice, o que aumentou o risco atribuído à dívida portuguesa, com a consequente dificuldade de acesso do mercado bancário português às fontes de financiamento a que recorria.

Apesar da desaceleração do recurso ao crédito bancário, em Portugal este cresceu mais do que o da maioria dos parceiros europeus.

No que respeita ao sistema bancário, a intervenção do Banco Central Europeu foi suportando a pressão de aumento das taxas de financiamento da dívida soberana e da banca nacional.



Para garantir a sustentabilidade económica no âmbito da actual crise da dívida soberana, foram tomadas medidas excepcionais de consolidação orçamental contidas no Pacto de Estabilidade e Crescimento, as quais terão efeitos contracionistas na actividade económica, nomeadamente no consumo, privado e público, que no terceiro trimestre de 2010 começou a mostrar sinais de abrandamento.

Para 2011, as previsões do FMI apontam para um ligeiro abrandamento da economia mundial, embora se perspetive um crescimento do Produto Interno Bruto mundial acima dos 4%, com

os EUA a crescerem 2,3%, o Japão a subir 1,5% e as economias emergente, em particular no continente asiático, com taxas de crescimento na ordem dos 8 a 9%, embora em desaceleração face a 2010. Para a Zona Euro no seu conjunto, a evolução prevista é muito mais modesta, projectando-se para 2011 um crescimento do PIB de 1,5%, sensivelmente abaixo do de 2010, diferenciado entre os vários países que compõem a Zona Euro, dos quais se destaca com crescimento previsto mais acentuado, a Alemanha.

No que diz respeito à economia portuguesa prevê-se a estagnação económica para 2011, em resultado do enquadramento macroeconómico internacional e das medidas de combate ao défice orçamental nacional.

5.2 Balanço do Ano

Evolução da Actividade

A STCP continua a ser o maior operador de transporte público urbano de passageiros do Grande Porto, assegurando cerca de 60% da mobilidade urbana coberta pelos operadores públicos, mantendo-se assim como uma empresa de referência na prestação do serviço público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto.

A STCP tem vindo a realizar uma reestruturação profunda ao longo dos últimos dez anos, apresentando um efectivo que diminuiu cerca de 1.300 pessoas desde 1998, sobretudo nas áreas de manutenção e administrativa e em tarefas complementares, contando actualmente com aproximadamente 1.500 colaboradores.

O enorme esforço de racionalização de processos que paralelamente ocorreu e a ainda recente reformulação profunda da oferta fizeram com que se transformasse numa empresa competitiva e versátil, com níveis de desempenho superiores aos das empresas congéneres.

Em 2010 a procura cresceu 1%, tendo a STCP transportado 109 milhões de passageiros, mais 1 milhão de que em 2009. Sinais evidentes desta recuperação de clientes e da primordial importância da STCP na promoção da intermodalidade e do transporte público são a adesão crescente dos clientes ao tarifário intermodal (quase 40% do total em 2010), o aumento dos clientes jovens, que tem sido o segmento que mais tem aderido ao transporte público, o efeito positivo das criação dos títulos [4 18@escola.tp](#) e [sub23@superior.tp](#), e o acréscimo significativo do número de clientes de assinatura, maioritariamente clientes intermodais que triplicaram desde 2007 passando de 30 mil para 90 mil por mês.

STCP e MOP assinaram o Contrato de Concessão de Publicidade Exterior nos Autocarros

A STCP e a Multimédia Outdoors Portugal, SA (MOP) assinaram em 15 de Dezembro de 2010 o novo Contrato de Concessão de Publicidade no Exterior dos Autocarros da frota de Serviço Público.



Este novo Contrato de Concessão de Publicidade permitirá à STCP a obtenção uma receita total de 1,2 milhões de euros nos próximos 3 anos.

Com a assinatura deste contrato a STCP consegue aumentar em mais de 30% as receitas anuais provindas do negócio da publicidade, quando comparadas com a totalidade das receitas de publicidade obtidas no ano de 2010.

Balanced ScoreCard

Na sequência da revisão anual do Sistema Integrado de Gestão e na óptica da melhoria contínua, foi decidido introduzir, em 2010, alterações profundas à forma de monitorização dos indicadores com o recurso à ferramenta de gestão Balanced ScoreCard (BSC), já utilizada, em 2009, na elaboração do Plano de Actividades. Durante o ano de 2010 esta ferramenta de controlo de gestão e avaliação de desempenho encontrou-se ainda numa fase experimental, prevendo-se a sua consolidação em 2011.

Novo Enterprise Resource Planning: Primavera

Em 1 de Janeiro de 2010 entrou em serviço o novo sistema operativo para os serviços da natureza administrativa de todas as áreas da empresa.

A dimensão do projecto, que implicou alterações significativas em relação ao anterior sistema, exigiu ao longo do ano um forte esforço de consolidação por parte de todas as áreas da empresa.

Esta empreitada vai permitir uma importante redução de custos e uma optimização dos meios disponíveis.

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

Calculada nos termos da RCM nº 34/2008 com a alteração introduzida Despacho 9870/2009 de 30 Abril, o prazo médio de pagamento a fornecedores em 2010 foi de 54 dias, registando uma diminuição de 23 dias face a 2009, cerca de 30%.

De acordo com a meta fixada para 2010 no contrato de gestão, que era de 65 dias, este indicador apresenta desta forma uma taxa de execução de 116%.

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2009. As recomendações do accionista (cf. Folha 40, acta AG nº 49) foram:

- a) ***"Cumprimento da redução do prazo médio pagamento (PMP), nos termos da RCM 34/2008 de 14 de Fevereiro"***. Em 2010 o PMP foi de 54 dias, com uma diminuição de 23 dias face a 2009 e um grau de execução de 116% quando comparado com a meta prevista no contrato de gestão de 65 dias.
- b) ***"Regularização da prestação de seguro de caução, nos termos do nº 1 do artigo 396º CSC"***. Este assunto já se encontrava negociado e contratado, não obstante as dificuldades do mercado nesse tipo de cobertura de risco e garantiu a caução exigida.
- c) ***"Reformulação do Plano de Actividades e Investimentos (...) de forma a contemplar um valor de Indemnizações compensatórias de 24,3 M€, obtendo-se um crescimento do endividamento não superior a 6%"***. Foi presente às tutelas a reformulação do Plano de Actividades e Investimentos em Junho 2010, contemplando já o previsto no Despacho nº 510/10 – SETF, de 1 de Junho, aumentado o limite de endividamento para 7%. As Indemnizações Compensatórias atribuídas à STCP foram (líquidas de IVA) de 18,975 M€ (RCM 96/2010), -22% do que o mencionado na Assembleia Geral.
- d) ***"Proposta de Contrato de Serviço Público"***. Votada favoravelmente a sua deliberação mas remetida para data posterior, após negociação do contrato entre a Empresa e o Estado. Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais: deliberado que esta matéria não fosse objecto de decisão na Assembleia Geral, para decisão pelo accionista na sequência da decisão sobre a proposta de prestação de serviço público apresentada pela STCP.

Durante o ano de 2010, em resultado das medidas no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento Económico (PEC), a STCP indica:

- Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas (EP) nos termos do ofício nº 1730, de 25 de Fevereiro de 2010 da DGTF: *"...não actualização dos salários nominais para o corrente ano..."*

Em 2010 a STCP não actualizou as tabelas salariais ou o valor das restantes rubricas pecuniárias.

- Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças (MEF), comunicado através do ofício circular nº 2590 de 26 de Março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011, aos membros do órgão de administração.

Não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração em 2010 pelo grau de cumprimento dos objectivos alcançados em 2009.

- Cumprimento da orientação constante no Despacho nº 438/10-SETF de 10 de Maio, transmitida através do ofício circular nº 6132 de 6 de Agosto de 2010, desta Direcção Geral, relativamente às normas da contratação pública.

Foi dado cumprimento às orientações recebidas. Todos os contratos de prestação de serviços e aquisições de bens de valor superior a 125.000 € sem IVA são objecto de análise e decisão em reuniões do Conselho de Administração, através de notas técnicas, que justificam a necessidade de contratar, através uma avaliação devidamente fundamentada. Os concursos públicos lançados em 2010 encontram-se referidos no ponto 4.4.4..

- Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC e aprovado pela RAR nº 29/2010 de 12 de Abril e explicitados pelo despacho nº 510/10 SETF de 1 de Junho, comunicado pelo Ofício Circular nº 4348 de 1 de Junho de 2010 da DGTF.

A STCP apresentou um crescimento do endividamento em 2010 de 8,3% face ao valor da dívida no final de 2009. Este aumento representa um valor de 4,08M€ acima dos 21,68 M estimados em Maio de 2010, correspondente às previstas necessidades adicionais de endividamento. Este valor, calculado aquando da previsão de cumprimento do limite de 7%, imposto pelo PEC, comunicado às Tutelas em 20 de Maio de 2010, teve por base os seguintes pressupostos que não tiveram concretização:

- a) Montante das Indemnizações Compensatórias atribuídas – Pela primeira vez o seu montante foi fixado objectivamente na Assembleia Geral de 2010 com o valor de 24,3 M €. Em 16 de Dezembro, o montante atribuído foi de 20,1 M€, valor adicionalmente prejudicado pelo aumento do IVA em um ponto percentual. Daí resultou uma redução do valor líquido transferido para a STCP face ao previsto que provocou necessidades adicionais de 4,4 M€ no recurso a endividamento.
 - b) Redução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores – O esforço de cumprimento da meta definida no Contrato de Gestão permitiu atingir, no final de 2010, um prazo médio de pagamento de 54,41 dias, com reflexos no incremento das necessidades de endividamento em 1,392 M€
 - c) PAII, Tarifário Social Andante, 4_18@escola.tp e Sub_23@superior.tp - Também o não recebimento atempado de verbas referentes ao Subsídio do Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), no montante de 1,012 M€, e da comparticipação do Estado no preço dos títulos do tarifário social Andante, do 4_18@escola.tp e do Sub_23@superior.tp determinaram o recurso temporário a endividamento, por utilização das contas disponíveis de curto prazo contratadas.
- Implementação da medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa efectuou a revisão dos seus contratos de aprovisionamento que se espera que produza resultados no decorrer do ano de 2011.

- Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 Junho " a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos incluindo os pertencentes ao sector público local e regional e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excepcional em 5%."

Foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração o corte de 5% nas remunerações a partir do mês de Junho, inclusive.

- Cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho, ao nível do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual "... as entidades que integram o SEE... devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, IP..."

A STCP diligenciou a abertura de uma conta no IGCP, IP.

5.3 Investimentos

Em 2010 o investimento totalizou cerca de 12,3 milhões de euros, sendo as principais rubricas a aquisição de viaturas, 20 articulados e 15 de 2 pisos num total de 11,6 milhões de euros, as obras de requalificação do Edifício de Massarelos, num total de 202 mil euros e recuperação de Carros Eléctricos, em cerca de 81 mil euros.

Investimentos (m€)	2007	2008	2009	2010
Material Circulante	23.162	4.874	163	11.754
Infra estruturas	836	29	381	220
Outros	689	696	962	281
Total	24.688	5.600	1.506	12.255

A STCP adquiriu dois lotes de viaturas constantes do plano de investimentos de 2009.

O primeiro destes lotes, 20 viaturas articuladas marca Volvo, cujo valor global ascendeu a 6,8 milhões euros, foi financiado por um operação de leasing financeiro, escolhida de entre um conjunto de propostas recebida em que a melhor foi proveniente do Barclays Bank com quem se contratou a operação. A liquidação ocorreu em Setembro e o serviço da dívida foi iniciado em Dezembro.

Um segundo lote de viaturas de serviço público foi objecto de aquisição também durante o ano findo, após serem ultrapassados alguns entraves colocados pela interpretação da legislação comunitária. Este lote, 15 autocarros de 2 pisos, marca MAN, foi adquirido por compra directa em finais do ano, dada a impossibilidade temporal de assinar um contrato de leasing financeiro, com o Banco Bilbao e Viscaya Argentaria, banco onde tinha recaído a escolha para financiar esta operação, em Outubro.

A aquisição ao fornecedor MAN veio a ser financiada, no âmbito do processo de escolha já referido, por uma operação de lease-back, concretizada em inícios de 2011.

5.4 Financiamento

O financiamento dos défices decorrentes da actividade de serviço público e do investimento decorreu, como sempre, com recurso a capitais alheios.

O ano foi marcado por subidas do spread de crédito bastante acentuadas por parte dos financiadores, repercutindo as dificuldades de obtenção de recursos em mercados exteriores. O Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas directoras em baixo nível, mas as condições de crédito foram fortemente penalizadas em Portugal.

O projecto de contratualização de serviço público, apresentado às Tutelas sectorial e financeira em finais de 2009, teria permitido clarificar e facilitar o financiamento da actividade.

Tal não se veio a verificar e, de novo, o equilíbrio financeiro ficou dependente do desempenho da actividade, das Indemnizações Compensatórias atribuídas como cobertura de serviço público e do apoio bancário.

As Indemnizações Compensatórias foram disponibilizadas em finais do ano e o montante, para além de insuficiente, repartiu-se de acordo com critérios não conhecidos.

As fortes restrições de liquidez obrigaram a compromissos de princípio e à renegociação permanente com a banca. Foram inevitáveis os ajustamentos de spreads de forma contínua e a introdução de novos custos pela disponibilização de alguns destes recursos financeiros em permanência.

5.4.1 Operações de financiamento do ano

1. Leasing financeiro, por 5 anos, a taxa variável indexada à euribor 3 meses, no montante de 6,8 milhões de euros, para aquisição de 20 autocarros articulados, com rendas trimestrais cuja liquidação ocorreu em Setembro.
2. Aquisição de 15 autocarros de 2 pisos por utilização de recursos de curto prazo, cuja liquidação ocorreu em Dezembro, num total de 7,2 milhões euros. Em Fevereiro 2011 esta operação passou a lease-back por 5 anos e com taxa fixa, por deliberação após consulta ao mercado.
3. Disponibilização parcelar do montante das Indemnizações Compensatórias por meio de uma operação de curto prazo: conta corrente específica, com condições especiais.

5.4.2 Gestão do Risco Financeiro

De acordo com o despacho nº 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro

Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão do risco financeiro

A política de gestão financeira da empresa é exercida de forma coordenada e concilia os fluxos gerados da actividade com as necessidades financeiras de funcionamento e de financiamento, para que a abordagem ao mercado bancário e de capitais – principal apoio da empresa –

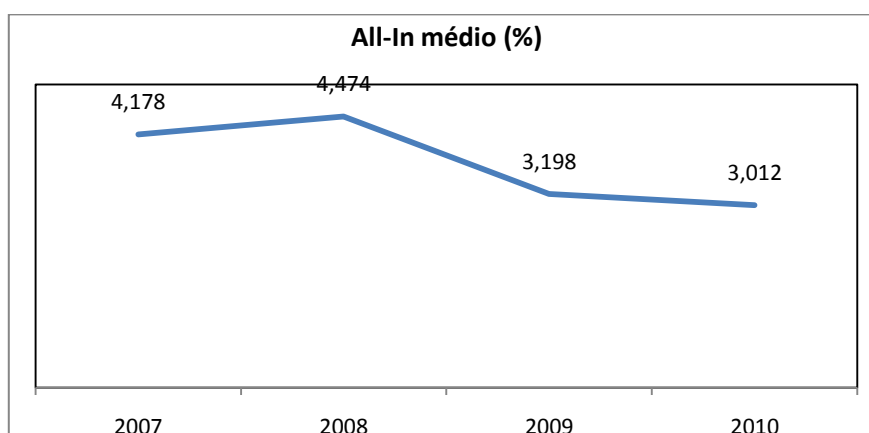
permita a obtenção da melhor performance em termos de financiamento: tipo de operação, momento da colocação e condições de obtenção.

Os riscos de actividade e de mercado são monitorizados numa perspectiva de princípio de continuidade do seu objecto social.

Operações de cobertura do risco de taxa de juro

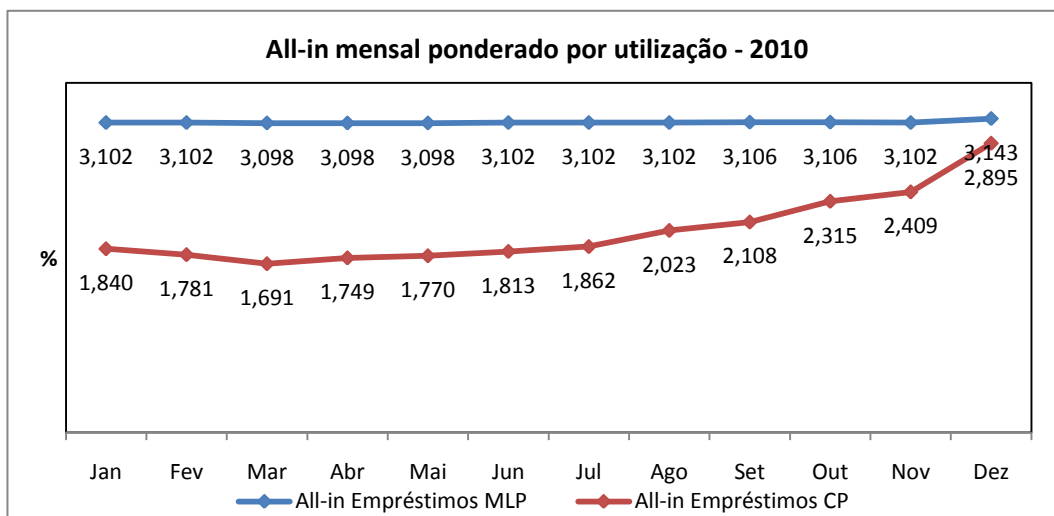
A empresa procedeu, em Novembro de 2007, à contratação de operações de cobertura do risco de taxa de juro. Estas operações foram efectuadas tendo por base o empréstimo obrigacionista emitido no ano. A cobertura incide sobre 50 milhões de euros e foi repartida por duas operações de 25 milhões de euros cada, qualquer uma delas a vigorar até ao final da operação coberta, Junho de 2022. São operações de taxa fixa nos três primeiros anos, passando a variáveis pelos restantes onze anos e meio. Estas operações swap de taxa de juro estão relevadas nas contas da empresa pela aplicação do justo valor como critério de mensuração dos instrumentos financeiros.

Evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos



A taxa média anual de financiamento teve um comportamento positivo em 2010, apesar do aumento dos spreads.

Evolução da taxa média de financiamento



Em 2010, o custo dos empréstimos de curto prazo foi inferior aos de longo prazo mas registou-se uma clara aproximação das duas taxas partir de meados do ano.

Juros suportados com o passivo remunerado e outros encargos financeiros

(10 ³ €)	2007	2008	2009	2010
Juros suportados	10.624	14.178	8.326	7.521
Outros encargos	613	731	889	837

Nota:

Juros suportados: até 2008 inclusive, conta 681 (POC). A partir 2009: conta 691 (SNC).

Outros encargos: até 2008 inclusive, conta 688 outros custos e perdas financeiras excepto conta 6884 perdas justo valor swap's (POC). A partir 2009: conta 6981 Outros Gastos e Perdas relativas a financiamento obtidos (SNC).

Gestão do Risco Financeiro - Despacho nº 101/2009-SETF, de 30 Janeiro	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			A empresa escolhe dentro das propostas de mercado o produto adequado às suas necessidades financeiras
Diversificação das modalidades de taxas de juro disponíveis	X			A empresa decide, sempre que possível, sobre os indexantes a contratar
Diversificação das entidades credoras	X			A empresa dialoga com um leque de contrapartes credíveis e seu suporte financeiro há longos anos
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco em função das condições de mercado	X			A empresa tem cobertura do risco de taxa de juro para 50 milhões do seu passivo, contratada em 2007
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo em condições favoráveis	X			A empresa consolida passivo às condições de mercado possíveis
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			A empresa decide com racionalidade e transparência as suas escolhas
Minimização da prestação de garantias reais	X			A empresa procura que apenas as operações de medio e longo prazo tenham garantias de suporte
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)				A empresa negocia cláusulas contratuais até ao seu limite não deixando de aceitar o standard de mercado
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	Financeiramente insuficiente a empresa investe por recurso a capital alheio
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social / empresarial, beneficiam de FC e CP	X			Num valor total de 12,3M€ de investimento em 2010, 11,6M€ foram para renovação da frota (96% total). O projecto de Musealização da Central Eléctrica de Massarelos, a realizar em 3 anos, teve aprovado um FC no total de 700 mil euros.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	As receitas de serviço público são insuficientes para a exploração e o desinvestimento é marginal
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			No R&C de 2009 foram 4 anos, no de 2010 seguem 5 anos
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Incluído no R&C 2010
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão do risco financeiro	X			Incluído no R&C 2010
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			Já o R&C 2009 foi elaborado com esta alteração de política contabilística

Legenda: FC - Fundos comunitários, CP - Capital próprio, S – Sim, N –Não, N.A. – Não Aplicável

5.5 Resultados do Exercício

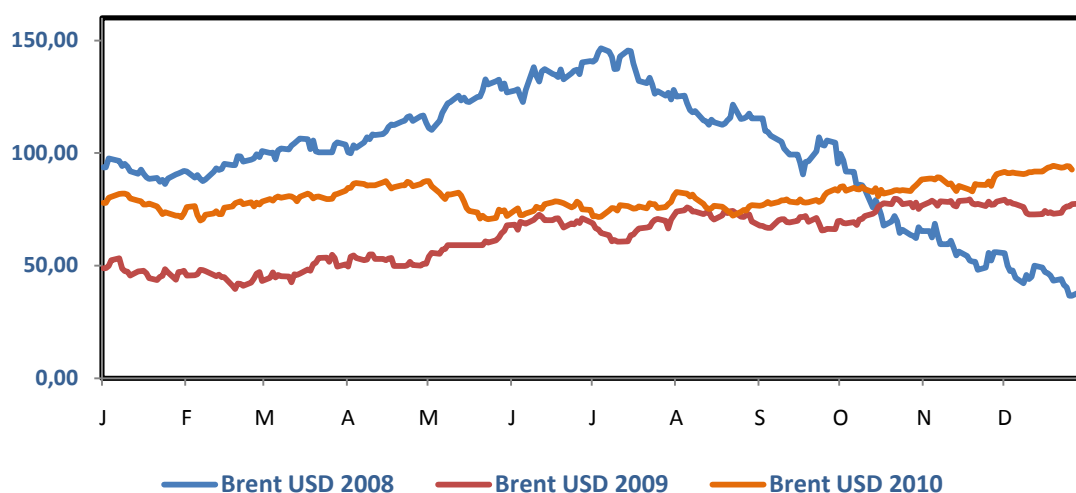
Até 31 de Dezembro de 2009, a STCP elaborou e publicou as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. A partir do exercício económico de 2010, a preparação das demonstrações financeiras é efectuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Assim, no sentido de garantir a comparabilidade de valores, a informação relativa a 2009 foi reexpressa de forma a estar de acordo com o SNC

Gastos

Verifica-se uma diminuição de 5,9 M euros, o que representa menos 6,7%, nos gastos operacionais. Esta evolução favorável é explicada pela redução dos gastos com o pessoal, das amortizações e pela diminuição significativa de outros gastos operacionais, o que reflecte o resultado de um conjunto de políticas continuadas de reestruturação da empresa.

A redução não foi mais forte devido ao comportamento adverso dos combustíveis. A rubrica FSE regista um aumento de 1 M €.

Evolução comparativa da cotação do Brent USD - 2010 vs 2009 vs 2008



Gastos (10 ³ €)	2007	2008	2009	2010	10/09
FSE+CMVMC	36.137	37.371	33.178	34.032	2,6%
Gastos com Pessoal	38.440	38.777	40.731	39.999	-1,8%
Gastos/reversões depreciação amortização e provisões	8.287	8.917	8.385	6.531	-22,1%
Outros	658	724	5.593	1.400	-75,0%
Operacionais	83.523	85.788	87.887	81.963	-6,7%

nota: até 2008, inclusive, referencial POC

Rendimentos

A receita de títulos de transporte aumentou 3,4%, em resultado do aumento da procura e do ajustamento tarifário.

As indemnizações compensatórias líquidas de IVA registaram uma redução de 1%.

Rendimentos (10³ €)	2007	2008	2009	2010	10/09
Prestação de Serviços	47.329	49.589	47.732	49.346	3,4%
Subsídios à Exploração	17.767	18.759	20.138	19.930	-1,0%
Outros Rendimentos Operacionais	3.350	3.308	4.114	3.432	-16,6%
Rendimentos Operacionais	68.446	71.656	71.984	72.709	1,0%

nota: até 2008, inclusive, referencial POC

Resultados – O Resultado Líquido do Exercício (antes do efeito da variação do justo valor das operações de cobertura do risco de taxa de juro) melhorou 28% face ao ano anterior (menos negativo 7 milhões de euros), reflectindo a melhoria dos Resultados Operacionais em 42%.

Resultados (10³ €)	2007	2008	2009	2010	10/09
Rendimentos Operacionais	68.446	71.656	71.984	72.709	1,0%
Gastos Operacionais	83.523	85.788	87.887	81.963	-6,7%
Resultados Operacionais	-15.077	-14.132	-15.903	-9.254	42%
Rendimentos Financeiros	54	1.626	2.718	0	-100%
Gastos Financeiros	11.297	25.694	10.437	28.383	172%
Resultados Financeiros	-11.243	-24.068	-7.719	-28.383	-268%
Resultados Extraordinários	-342	-645	NA	NA	-
Imposto do exercício	18	33	31	40	28%
Resultado Líquido (RL)	-26.680	-38.879	-23.653	-37.677	-59%
RL antes de IC's	-43.578	-56.691	-42.809	-56.653	-32%
RL antes de SWAP's Variação Justo Valor		-28.189	-24.625	-17.612	28%

No último triénio o Resultado Líquido sem variação de justo de valor swap desagravou em cerca de 10,6 M€.

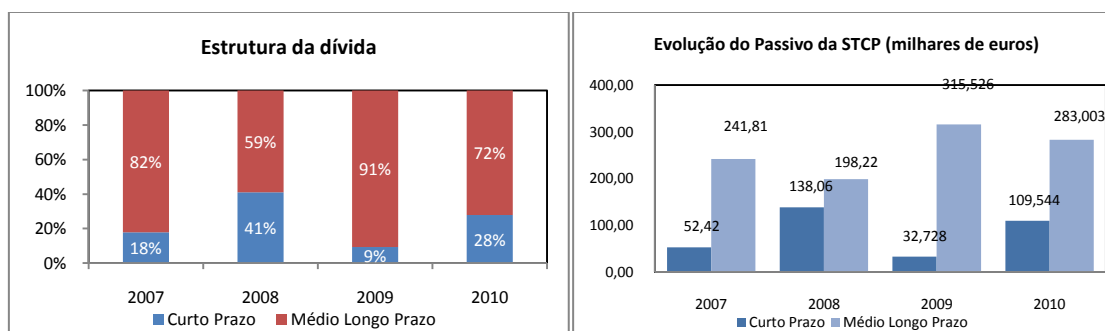
5.6 Evolução Patrimonial

Capital Próprio da Empresa – É crescentemente negativo, atingindo cerca de 276 milhões de euros em 2010.

Estrutura do Balanço (10 ³ €)	2007	2008	2009	2010	10/09
Activo	90.138	92.151	110.950	114.746	3,4%
Não Corrente			96.948	102.624	5,9%
Corrente			14.002	12.122	-13,4%
Capital Próprio e Passivo	71.392	90.138	110.950	114.746	3,4%
Capital Próprio	-175.498	-201.889	-237.305	-275.747	-16,2%
Passivo	246.890	292.027	348.254	390.493	12,1%

Activo – Existe um reforço do activo em virtude do investimento em viaturas de serviço público.

Passivo – O agravamento do passivo em cerca de 12%, decorre da acumulação de défices sucessivos. A actual estrutura da dívida justificará de novo a necessidade de reestruturação do passivo. A dívida a médio e longo prazo, no final do exercício, representava cerca de 72% da dívida total.



Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

5.7 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 37.677.163,38 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 01 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Presidente:

(Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes)

Vogais:

(Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa)

(Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva)

(António Paulo da Costa Moreira de Sá)

(Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras)

5.8 Anexo ao Relatório de Gestão

Accionistas em 31 de Dezembro de 2010

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Accionista	Número de Acções	% do Capital Social
Estado Português	15.929.800	100%

O Conselho de Administração

Presidente:

(Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes)

Vogais:

(Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa)

(Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva)

(António Paulo da Costa Moreira de Sá)

(Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras)

6 Perspectivas para 2011

2011 deverá ser um ano de mudança na vida do País e também, mais uma vez, na actividade da STCP. Será um ano de grandes oportunidades: oportunidade para aumentar a rendibilidade, oportunidade para crescer em número de clientes e oportunidade para reforçar a coesão interna.

As limitações orçamentais e as reduções de salários não devem desmobilizar a vontade e o engenho para fazer melhor. A empresa que hoje somos vai continuar a honrar os 140 anos de história de que se orgulha ao prestar um serviço de qualidade à comunidade onde se integra.

Em 2011, será dada continuidade à política de gestão decorrente da estratégia actual da Empresa, nos domínios da qualidade do serviço, da eficiência dos sistemas e dos processos e economia da exploração.

Após as recentes aquisições de novas viaturas de grande capacidade, fica assegurada a prossecução da política de renovação da frota e, por esta via, de reforço de uma importante componente da qualidade do serviço prestado.

Serão concluídos o projecto de implementação do ERP – Primavera e consolidada a utilização de algumas ferramentas de apoio às áreas de operações e marketing.

Será feita uma reestruturação do serviço de autocarros, nomeadamente nas linhas com menor rentabilidade e com pouca utilização pelos clientes. Também o serviço de carro eléctrico sofrerá alterações profundas de forma a rentabilizar o espólio da empresa.

Será um ano com uma política muito criteriosa de investimentos, consolidando os avanços do projecto do Museu do Carro Eléctrico e da musealização da central eléctrica e onde se rentabilizarão os activos actuais com algumas novas fontes de receita.

Será mantida a política de ajustamento do quadro de efectivos, a concretizar, simultaneamente, através do seu redimensionamento, sempre com recurso a soluções concertadas, e da requalificação dos efectivos ao serviço.

Finalmente, a STCP manterá e intensificará a sua colaboração com os demais agentes de transporte público, nomeadamente com a recém-criada Autoridade Metropolitana de Transportes.

STCP

Contas do Exercício 2010 e Anexos

7 Contas do Exercício

Balanço de 31 de Dezembro de 2010

(Valores em euros)

	Notas	2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente		102.624.296,41	96.947.782,43
Activos fixos tangíveis	8	96.254.611,42	90.518.295,06
Propriedades de investimento	12	4.534.300,00	4.534.300,00
Goodwill			
Activos intangíveis	7	666.137,20	706.401,67
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalencia patrimonial	5, 14	434.247,79	453.785,70
Participações financeiras - Outros métodos	5, 15	25.000,00	25.000,00
Accionistas/Sócios			
Outros activos financeiros	28.1.2	710.000,00	710.000,00
Activos por impostos diferidos			
Activo corrente		12.121.540,42	14.002.109,85
Inventários	19	698.968,54	683.516,33
Activos biológicos			
Clientes	28.2.3	1.454.204,13	7.801.927,56
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	32	3.045.642,10	892.605,98
Accionistas/Sócios			
Outras contas a receber	28.2.3, 33	5.410.028,68	4.028.419,32
Diferimentos	34	343.710,48	400.073,57
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	28.1.2	59.461,61	
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	1.109.524,88	195.567,09
Total do activo		114.745.836,83	110.949.892,28

O Técnico Oficial de Contas n 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

	Notas	2010	2009
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	28.4.1	79.649.000,00	79.649.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	28.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	28.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		-365.307.988,74	-342.042.468,39
Ajustamentos em activos financeiros	28.4.4	122.096,76	96.111,87
Excedentes de revalorização	28.4.3	45.960.129,43	46.373.157,83
Outras variações no capital próprio	23, 28.4.5	1.406.102,91	2.171.618,37
Resultado líquido do período		-37.677.163,38	-23.652.563,86
Total do capital próprio		-275.747.187,80	-237.304.508,96
Passivo			
Passivo não corrente		283.003.362,30	315.526.491,41
Provisões	22	4.599.763,02	4.596.312,75
Financiamentos obtidos	28.1.1,10	241.258.602,25	293.914.170,67
Responsabilidades por benefícios pós-reforma	29	929.257,00	865.021,00
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Outros passivos financeiros	28.1.3	36.215.740,03	16.150.986,99
Passivo corrente		107.489.662,33	32.727.909,83
Fornecedores	31	4.634.972,13	7.008.228,36
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	32	977.855,64	1.394.209,60
Accionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos	28.1.1,10	94.144.001,96	15.740.885,94
Outras contas a pagar	31, 33	6.779.328,66	7.640.586,05
Diferimentos	34	882.612,00	897.716,54
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros	28.1.3	70.891,94	46.283,34
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		390.493.024,63	348.254.401,24
Total do capital próprio e do passivo		114.745.836,83	110.949.892,28

O Técnico Oficial de Contas n 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores em euros)

	Notas	2010	2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	21	49.346.138,90	47.732.156,26
Subsídios à exploração	23	19.930.282,93	20.137.879,86
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	14	-19.537,91	18.576,37
Variação nos inventários da produção	19	-193,09	-3.582,24
Trabalhos para a própria entidade	7-8	33.294,45	136.311,80
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-1.421.071,04	-1.575.103,40
Fornecimentos e serviços externos	35	-32.611.139,44	-31.603.203,89
Gastos com o pessoal	36, 29	-39.999.492,59	-40.731.026,86
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	19	-12.362,50	171.919,16
Imparidade das dívidas a receber (Perdas / reversões)			
Provisões (Aumentos / reduções)	22	-3.450,27	-358.288,94
Imparidade de investimentos não depreciações/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/ reduções de justo valor	12		-2.491.077,27
Outros rendimentos e ganhos	38	3.399.112,85	3.791.121,74
Outros gastos e perdas	37	-1.367.897,18	-1.291.907,40
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.726.314,89	-6.066.224,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7-8	-6.527.901,47	-8.026.423,27
Imparidade de investimentos depreciações/amortizáveis (perdas/reversões)	13		-1.809.910,65
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9.254.216,36	-15.902.558,73
Juros e rendimentos similares obtidos	11, 28.1.3	4,02	2.717.699,34
Juros e gastos similares suportados	11, 28.1.3	-28.383.141,88	-10.436.501,11
Resultados antes de impostos		-37.637.354,22	-23.621.360,50
Imposto sobre o rendimento do período		-39.809,16	-31.203,36
Resultado líquido do período	28.4.6	-37.677.163,38	-23.652.563,86

O Técnico Oficial de Contas n 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Demonstração dos resultados por funções

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores em euros)

	2010	2009
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	69.276.421,83	67.870.036,12
Custo das vendas e dos serviços prestados	-66.407.389,99	-67.136.802,61
Resultado bruto	2.869.031,84	733.233,51
Outros rendimentos	3.674.790,43	4.714.096,15
Gastos de distribuição	-4.843.796,71	-5.069.040,41
Gastos de administrativos	-7.921.731,52	-9.199.586,72
Gastos de investigação e desenvolvimento	-4.583,28	-9.916,38
Outros gastos	-3.027.927,12	-7.071.344,88
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)	-9.254.216,36	-15.902.558,73
Gastos de financiamento (líquidos)	-28.383.137,86	-7.718.801,77
Resultados antes de impostos	-37.637.354,22	-23.621.360,50
Imposto sobre o rendimento do período	-39.809,16	-31.203,36
Resultado líquido do período	-37.677.163,38	-23.652.563,86

O Técnico Oficial de Contas n 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2010

(valores em euros)

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2010	6	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-342.042.468,39	96.111,87	46.373.157,83	2.171.618,37	-23.652.563,86	-237.304.508,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	28.4.3				413.028,40		-413.028,40			
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4.3									
Ajustamentos por impostos diferidos					-23.678.548,75	25.984,89		-765.515,46	23.652.563,86	-765.515,46
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-23.265.520,35	25.984,89	-413.028,40	-765.515,46	23.652.563,86	-765.515,46
	7	0,00	0,00	0,00	-23.265.520,35	25.984,89	-413.028,40	-765.515,46	23.652.563,86	-765.515,46
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								-37.677.163,38	-37.677.163,38
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								-14.024.599,52	-38.442.678,84
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2010	6+7+8+10	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-365.307.988,74	122.096,76	45.960.129,43	1.406.102,91	-37.677.163,38	-275.747.187,80

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2009

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2009	1	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-298.205.466,71	26.464,11	16.264.033,10	3.209.860,07	-28.189.013,94	-227.144.488,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00
Alterações de políticas contabilísticas	2.4.2				-16.022.748,57		21.566.349,32	-482,59		5.543.118,16
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	28.4.3				397.552,26		-397.552,26			0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4.3						8.940.327,67			8.940.327,67
Ajustamentos por impostos diferidos					-28.211.805,37	69.647,76		-1.037.759,11	28.189.013,94	-990.902,78
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-43.837.001,68	69.647,76	30.109.124,73	-1.038.241,70	28.189.013,94	13.492.543,05
	2	0,00	0,00	0,00	-43.837.001,68	69.647,76	30.109.124,73	-1.038.241,70	28.189.013,94	13.492.543,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								-23.652.563,86	-23.652.563,86
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								4.536.450,08	-10.160.020,81
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2009	6=1+2+3+5	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-342.042.468,39	96.111,87	46.373.157,83	2.171.618,37	-23.652.563,86	-237.304.508,96

O Técnico Oficial de Contas n 6622

 O Conselho de Administração
 Presidente
 Vogais

Demonstração de fluxos de caixa

(Valores em euros)

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de clientes		59.579.337,67	49.971.495,29
Pagamentos a fornecedores		-39.335.751,11	-40.453.433,87
Pagamentos ao pessoal		-32.867.649,34	-33.614.857,38
Caixa gerada pelas operações		-12.624.062,78	-24.096.795,96
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		34.943,53	68.137,96
Outros recebimentos/pagamentos		10.609.223,34	19.374.402,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1.979.895,91	-4.654.255,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-8.030.815,18	-1.085.622,95
Activos intangíveis		-108.673,45	-318.839,64
Investimento financeiros		-260.056,12	-400.000,00
Outros activos		0,00	0,00
		-8.399.544,75	-1.804.462,59
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		15.815,00	71.561,68
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimento financeiros		0,00	0,00
Outros activos		112.102,48	0,00
Subsídios ao investimento		3.754,72	0,00
Juros e rendimentos similares		2,91	180.550,11
Dividendos		0,00	47.090,69
		131.675,11	299.202,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-8.267.869,64	-1.505.260,11
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		48.610.000,00	351.187.000,00
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		48.610.000,00	351.187.000,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-40.810.000,00	-320.325.006,37
Juros e gastos similares		-8.395.320,00	-8.843.340,97
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-2.646.830,86	-2.076.957,65
		-51.852.150,86	-331.245.304,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-3.242.150,86	19.941.695,01
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-13.489.916,41	13.782.178,96
Caixa e seus equivalentes no início do período		-4.962.966,14	-18.745.145,10
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	-18.452.882,55	-4.962.966,14
Caixa e equivalentes de Caixa			
		2010	2009
Numerário		54.204,36	60.069,72
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		1.055.320,52	135.497,37
Aplicações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no balanço		1.109.524,88	195.567,09
Descobertos bancários		-19.562.407,43	-5.158.533,23
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa		-18.452.882,55	-4.962.966,14

O Técnico Oficial de Contas n 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

Notas relativas às Demonstrações Financeiras

Período findo em 31.12.2010

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo Decreto-Lei 202/94 de 23 de Julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de Dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA assegura o transporte colectivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro eléctrico.

No âmbito da implementação em 2008 de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho (SIG-QAS), tendo a STCP obtido as respectivas certificações nas Normas NP EN ISO 9001:2008-Qualidade, NP EN ISO 14001:2004-Ambiente e OHSAS 18001:2007- Segurança e Saúde do Trabalho, decorreram, no ano de 2009 e 2010, as Auditorias Anuais de Acompanhamento da Certificação do Sistema Integrado de Gestão, realizadas por uma equipa de auditores da APCER. Na sequência das Auditorias anuais foi mantida a certificação atribuída em 2008.

Em 2009 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., iniciou todos os preparativos com vista à instalação de um novo sistema de gestão integrado para os serviços de natureza administrativo de todas as áreas da empresa. O novo sistema, adjudicado à empresa PRIMAVERA, substituiu o Sistema de gestão SAP em Janeiro de 2010. Em 2010, continuaram os trabalhos de implementação deste sistema em simultâneo com o início de utilização do mesmo, pelo que foi um projecto de melhorias continuas, à medida que foram sendo detectadas deficiências e ou funcionalidades em falta, no decurso do uso do mesmo. Prevê-se que este projecto fique concluído em 2011.

Em 2009, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. assinou contratos para a aquisição de 35 novas viaturas de serviço público, 15 autocarros de 2 pisos e 20 autocarros articulados, num investimento que ultrapassa os 11 milhões de euros. As viaturas estão equipadas com motor diesel, segundo as normas Euro V – para autocarros articulados – e EEV – para os dois de pisos.

Em 2010, foram recepcionados os 20 autocarros articulados que entraram em funcionamento em Setembro. Os 15 autocarros de 2 pisos foram recepcionados no final de 2010, entrando em funcionamento no início de 2011.

Em Abril de 2009 a STCP amortizou um empréstimo Schuldschein de 25.000 milhares de euros e, em Novembro, amortizou um empréstimo obrigacionista de 29.000 milhares de euros. Ambos os financiamentos tiveram início em 2002 e tinham o aval do Estado Português.

Em Outubro de 2009, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. emitiu um empréstimo obrigacionista de 120.000 milhares de euros a cinco anos, com garantia do Estado Português. As obrigações foram admitidas à negociação na Euronext Lisbon. Este empréstimo responde ao objectivo de reequilibrar a estrutura de endividamento da empresa, consolidando parte do passivo de curto prazo.

Em 2010, foi concretizado o financiamento da aquisição das 20 viaturas articuladas no montante de 5.698 milhares de euros, através de um contrato de leasing financeiro.

As demonstrações financeiras anexas são preparadas em euros. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 3.8.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Normativo contabilístico adoptado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (rectificado), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adoptado

Não aplicável.

2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF : Divulgações transitórias

A adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (doravante designadas como NCRF), implicou o ajustamento das seguintes políticas contabilísticas:

- Valorização dos activos fixos tangíveis: procedeu-se à anulação das revalorizações de activos fixos tangíveis efectuadas de acordo com critérios fiscais para que a valorização inicial dos activos seja o seu custo histórico puro. De seguida, efectuou-se a revalorização do grupo dos edifícios e terrenos, com data de referência de 01.01.2009, para o seu justo valor, com base na avaliação efectuada por peritos independentes e credenciados (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) e que se encontrava refletida nas contas separadas da STCP em relato IAS/IFRS;
- Desreconhecimento de activos fixos tangíveis e intangíveis: foram anulados, por contrapartida de resultados acumulados, todos os activos tangíveis e intangíveis que não cumpriam os critérios de reconhecimento previstos na Estrutura Conceptual e NCRF 6 e 7;
- Subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis: procedeu-se à sua reclassificação para capitais próprios, de acordo com o previsto na NCRF 22;
- Empréstimos obtidos: de acordo com a NCRF27 os empréstimos passaram a ser valorizados pelo seu custo amortizado, pelo que se procedeu aos ajustamentos e reclassificações necessárias para cumprimento do disposto pela norma;
- Resultados extraordinários: as rubricas de gastos e rendimentos extraordinários, previstas no POC, foram reclassificadas de acordo com a sua natureza para gastos perdas e rendimentos e ganhos operacionais;
- Participações financeiras em associadas: a aplicação do método de equivalência patrimonial, de acordo com as disposições da NCRF13, conduziu a alterações no valor contabilístico das associadas, pelo que se procedeu aos respectivos ajustamentos de valorização;
- Demonstração de fluxos de caixa: os ajustamentos efectuados não foram significativos uma vez que se resumem à reclassificação das rubricas de pagamentos e recebimentos extraordinários para pagamentos e recebimentos operacionais.

Os ajustamentos de transição efectuados encontram-se em conformidade com a NCRF 3 e detalham-se da seguinte forma:

2.4.1. Balanço

ACTIVO	1-Jan-09			31-Dez-09		
	SNC	Ajust. de transição	POC	SNC	Ajust. de transição	POC
Activo não corrente	98.445.291,94	22.677.113,00	75.768.178,94	96.947.782,43	27.396.680,03	69.551.102,40
Activos fixos tangíveis	97.656.203,63	22.675.805,78	74.980.397,85	90.518.295,06	22.861.076,54	67.657.218,52
Propriedades de investimento				4.534.300,00	4.534.300,00	
Activos intangíveis	18.878,98		18.878,98	706.401,67	-3,73	706.405,40
Participações financeiras - método da equiv. pa	435.209,33	1.307,22	433.902,11	453.785,70	1.307,22	452.478,48
Participações financeiras - Outros métodos	25.000,00		25.000,00	25.000,00		25.000,00
Outros activos financeiros	310.000,00		310.000,00	710.000,00		710.000,00
Activo corrente	16.325.459,48	-10.342,25	16.335.801,73	14.002.109,85	14.164,15	13.987.945,70
Inventários	738.916,64	-10.342,25	749.258,89	683.516,33	14.164,15	669.352,18
Clientes	5.920.137,08		5.920.137,08	7.801.927,56		7.801.927,56
Estado e outros entes públicos	2.695.726,64		2.695.726,64	892.605,98		892.605,98
Accionistas/Sócios	47.090,69		47.090,69			
Outras contas a receber	6.427.190,92		6.427.190,92	4.028.419,32		4.028.419,32
Diferimentos	160.868,90		160.868,90	400.073,57		400.073,57
Outros activos financeiros	50.537,50		50.537,50			
Caixa e depósitos bancários	284.991,11		284.991,11	195.567,09		195.567,09
Total do activo	114.770.751,42	22.666.770,75	92.103.980,67	110.949.892,28	27.410.844,18	83.539.048,10

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1-Jan-09			31-Dez-09		
	SNC	Ajust. de transição	POC	SNC	Ajust. de transição	POC
Capital realizado	79.649.000,00		79.649.000,00	79.649.000,00		79.649.000,00
Reservas legais	74.907,42		74.907,42	74.907,42		74.907,42
Outras reservas	25.727,80		25.727,80	25.727,80		25.727,80
Resultados transitados	-314.228.215,28	-16.022.748,57	-298.205.466,71	-342.042.468,39	1.350.932,16	-343.393.400,55
Ajustamentos em activos financeiros	26.464,11		26.464,11	96.111,87		96.111,87
Excedentes de revalorização	37.830.382,42	21.566.349,32	16.264.033,10	46.373.157,83	30.233.857,42	16.139.300,41
Outras variações no capital próprio	3.209.377,48	-482,59	3.209.860,07	2.171.618,37	-5.537,23	2.177.155,60
Resultado líquido do período	-28.189.013,94		-28.189.013,94	-23.652.563,86	-4.152.456,68	-19.500.107,18
Total do capital próprio	-221.601.369,99	5.543.118,16	-227.144.488,15	-237.304.508,96	27.426.795,67	-264.731.304,63
Passivo						
Passivo não corrente	198.274.226,48	17.057.533,98	181.216.692,50	315.526.491,41	16.077.516,34	299.448.975,07
Provisões	4.238.023,81		4.238.023,81	4.596.312,75		4.596.312,75
Financiamentos obtidos	176.075.954,08	-66.118,61	176.142.072,69	293.914.170,67	-73.470,65	293.987.641,32
Responsabilidades por benefícios pós-reforma	836.596,00		836.596,00	865.021,00		865.021,00
Outros passivos financeiros	17.123.652,59	17.123.652,59		16.150.986,99	16.150.986,99	
Passivo corrente	138.097.894,93	66.118,61	138.031.776,32	32.727.909,83	-16.093.467,83	48.821.377,66
Fornecedores	9.590.564,31		9.590.564,31	7.008.228,36		7.008.228,36
Adiantamento de clientes						
Estado e outros entes públicos	990.742,70		990.742,70	1.394.209,60		1.394.209,60
Financiamentos obtidos	118.249.679,29	66.118,61	118.183.560,68	15.740.885,94	57.519,16	15.683.366,78
Outras contas a pagar	8.309.555,42		8.309.555,42	7.640.586,05		7.640.586,05
Diferimentos	957.353,21		957.353,21	897.716,54		897.716,54
Outros passivos financeiros				46.283,34	-16.150.986,99	16.197.270,33
Total do passivo	336.372.121,41	17.123.652,59	319.248.468,82	348.254.401,24	-15.951,49	348.270.352,73
Total do capital próprio e do passivo	114.770.751,42	22.666.770,75	92.103.980,67	110.949.892,28	27.410.844,18	83.539.048,10

2.4.2. Resultados transitados

CONTA 56 - RESULTADOS TRANSITADOS	1-Jan-09	31-Dez-09
Saldo de acordo com o referencial contabilístico POC	-298.205.466,71	-343.393.400,55
Utilização do ano da reserva revalorização SNC para cobert. prejuízos		397.552,26
Anulação da reserva de revalorização POC	1.727.182,23	1.602.449,54
Imparidade reconhecida com activos fixos tangíveis	-617.725,77	-617.725,77
Desreconhecimento de activos fixos tangíveis	482,59	482,59
Ajustamentos adopção do método do custo amortizado	0,00	46.856,33
Ajustamentos adopção justo valor instrumentos financeiros	-17.123.652,59	0,00
Ajustamentos método equivalência patrimonial	1.307,22	-68.340,54
Ajustamento imparidade de inventários	-10.342,25	-10.342,25
Total dos ajustamentos efectuados	-16.022.748,57	1.350.932,16
Saldo de acordo com o referencial contabilístico actual (SNC)	-314.228.215,28	-342.042.468,39

2.4.3. Demonstração dos resultados por natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	31-Dez-09		
	SNC	Ajust. de transição	POC
Vendas e serviços prestados	47.732.156,26		47.732.156,26
Subsídios à exploração	20.137.879,86		20.137.879,86
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	18.576,37		18.576,37
Variação nos inventários da produção	-3.582,24		-3.582,24
Trabalhos para a própria entidade	136.311,80		136.311,80
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-1.575.103,40		-1.575.103,40
Fornecimentos e serviços externos	-31.603.203,89	-1.725,78	-31.601.478,11
Gastos com o pessoal	-40.731.026,86	1.725,78	-40.732.752,64
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	171.919,16	24.506,40	147.412,76
Imparidade das dívidas a receber (Perdas / reversões)			
Provisões (Aumentos / reduções)	-358.288,94		-358.288,94
Imparidade de investimentos não depreciações/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/ reduções de justo valor	-2.491.077,27	-2.491.077,27	
Outros rendimentos e ganhos	3.791.121,74	-298.170,36	4.089.292,10
Outros gastos e perdas	-1.291.907,40	462.603,99	-1.754.511,39
Resultados antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	-6.066.224,81	-2.302.137,24	-3.764.087,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-8.026.423,27	80.227,38	-8.106.650,65
Imparidade de investimentos depreciações/amortizáveis (perdas/reversões)	-1.809.910,65	-1.809.910,65	
Resultados operacionais	-15.902.558,73	-4.031.820,51	-11.870.738,22
Juros e rendimentos similares obtidos	2.717.699,34	372.872,76	2.344.826,58
Juros e gastos similares suportados	-10.436.501,11	-493.508,93	-9.942.992,18
Resultados antes de impostos	-23.621.360,50	-4.152.456,68	-19.468.903,82
Imposto sobre o rendimento do período	-31.203,36		-31.203,36
Resultado líquido do período	-23.652.563,86	-4.152.456,68	-19.500.107,18

2.4.4. Demonstração dos resultados por funções

RENDIMENTOS E GASTOS	31-Dez-09		
	SNC	Ajust. de transição	POC
Vendas e serviços prestados	67.870.036,12		67.870.036,12
Custo das vendas e dos serviços prestados	-67.136.802,61		-67.136.802,61
Resultado bruto	733.233,51		733.233,51
Outros rendimentos	4.714.096,15	270.955,94	4.443.140,21
Gastos de distribuição	-5.069.040,41		-5.069.040,41
Gastos de administrativos	-9.199.586,72	-726.379,17	-8.473.207,55
Gastos de investigação e desenvolvimento	-9.916,38	-0,01	-9.916,37
Outros gastos	-7.071.344,88	-3.576.397,27	-3.494.947,61
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)	-15.902.558,73	-4.031.820,51	-11.870.738,22
Gastos de financiamento (líquidos)	-7.718.801,77	-120.636,17	-7.598.165,60
Resultados antes de impostos	-23.621.360,50	-4.152.456,68	-19.468.903,82
Imposto sobre o rendimento do período	-31.203,36		-31.203,36
Resultado líquido do período	-23.652.563,86	-4.152.456,68	-19.500.107,18

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontre registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

3.3. Concentração de actividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- justo valor dos activos entregues ou a entregar;
- justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- custos directamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transacção. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente goodwill.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato, em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

3.4. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os activos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objecto de depreciação ou amortização.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

3.6. Contratos de construção

Não aplicável.

3.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras: se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação, ou como;
- locações operacionais: se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.8. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transacções.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transacções da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis como tal (activos fixos tangíveis em curso) são capitalizados,

sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e quando estiverem em curso as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do governo relacionados com activos fixos tangíveis e activos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respectivos activos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

3.11. Benefícios pós-reforma

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projectada, sendo as respectivas avaliações actuariais efectuadas em cada data de relato.

A responsabilidade com o pagamento de complementos de reforma, reconhecida à data de balanço, representa o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustada de ganhos ou perdas actuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e reduzida do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito. Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

3.12. Pagamentos com base em acções

Não aplicável.

3.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer activo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

3.14. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o activo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efectuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) à data de 31 de Dezembro de 2009 (a avaliação anterior reportava-se a 1 de Janeiro de 2004) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os activos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de activos fixos, excepto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente na rubrica Excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado

é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao activo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de valorização de activos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do activo e a depreciação baseada no custo original do activo.

Os restantes activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha recta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

(anos de vida útil)				
Rubricas do activo fixo tangível	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 10
Edifícios e outras Construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como: Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

3.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento, são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efectuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.). As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

3.16.Intangíveis

Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa os puder controlar, e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com actividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um activo intangível gerado internamente resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projecto apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é susceptível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do activo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de activo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os activos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então, sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

3.17. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- o justo valor deduzido de custos para vender e,
- o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflectam as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por

imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associado custos que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, e inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.20. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes activos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Todos os activos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de activos financeiros:

- Os activos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados. Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.
- Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados, na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efectuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com

base no método do juro efectivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

3.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a swaps de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumento de cobertura.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um activo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objectivos e estratégia de gestão do risco, e
- a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transacção futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afectar resultados, sendo apresentados na linha afectada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afectar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transacção futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

3.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

3.23. Agricultura

Não aplicável.

3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações

financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de activos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos activos fixos tangíveis.

3.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Numerário	54.204,36	60.069,72
Depósitos bancários	1.055.320,52	135.497,37
Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	1.109.524,88	195.567,09
Descobertos bancários	-19.562.407,43	-5.158.533,23
Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	-18.452.882,55	-4.962.966,14

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correcção de erros materiais de períodos anteriores.

Em 2010, procedeu-se a uma revisão da estimativa da vida útil dos autocarros de serviço público, passando a sua vida útil de 10 anos para 13 anos. A alteração da estimativa permitiu uma redução nos gastos de amortizações dos activos fixos tangíveis, no ano de 2010, no montante de 1.040 milhares de euros.

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a STCP apresentava as seguintes participações financeiras:

Designação Social	Sede	% Part.	Actividade
Subsidiárias			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Actividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE	Porto	90%	Aquisição e locação de autocarros.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,6%	Transporte urbano e local por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	12%	Desenvolvimento de projectos de I&D na área dos transportes colectivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e optimização de sistemas de transportes.

As remunerações do pessoal chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2010 e 2009, encontram-se descritos no ponto 4.6 (Remunerações dos membros dos órgãos sociais) deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2010 e 2009, foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

Descrição das transacções	2010				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de inventários					
Compras de activos fixos				56.264,00	56.264,00
Serviços obtidos	418,43	1.916.407,18		83.724,92	2.000.550,53
Juros suportados					
Vendas de inventários					
Venda activos fixos					
Serviços prestados	218.804,06	40.113.332,50		310.023,44	40.642.160,00
Juros obtidos					

Descrição das transacções	2009				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de inventários					
Compras de activos fixos	7.291,85			140.608,30	147.900,15
Serviços obtidos		1.946.758,35		82.651,33	2.029.409,68
Juros suportados					
Vendas de inventários					
Venda activos fixos					
Serviços prestados	288.438,50	40.074.847,03		356.207,11	40.719.492,64
Juros obtidos					

Em 2010 e 2009, a STCP apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Saldos	2010				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	318.221,62	1.492.794,15		70.251,15	1.881.266,92
Contas a receber não correntes					
Ajustamentos de dívidas a receber					
Contas a receber líquidas	318.221,62	1.492.794,15		70.251,15	1.881.266,92
Contas a pagar correntes	321.625,68	63.073,00		44.461,35	429.160,03
Contas a pagar não correntes					
Total contas a pagar	321.625,68	63.073,00		44.461,35	429.160,03

Saldos	2009				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	335.377,02	8.562.996,17		43.784,67	8.942.157,86
Contas a receber não correntes					
Ajustamentos de dívidas a receber					
Contas a receber líquidas	335.377,02	8.562.996,17		43.784,67	8.942.157,86
Contas a pagar correntes	330.153,10	2.278.815,48		78.862,08	2.687.830,66
Contas a pagar não correntes					
Total contas a pagar	330.153,10	2.278.815,48		78.862,08	2.687.830,66

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a STCP apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

Saldos	2010				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Total dos empréstimos obtidos					
Empréstimos concedidos com garantias					
Empréstimos concedidos sem garantias	59.461,61				59.461,61
Total dos empréstimos concedidos	59.461,61				59.461,61

Saldos	2009				
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Total dos empréstimos obtidos					
Total dos empréstimos concedidos					

7. Activos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Activos intangíveis	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2010	6.492,95	150.430,42	0,00		549.478,30	706.401,67
Activo bruto						
Saldo a 01.01.2010	88.749,10	4.328.891,75	96.639,49		549.478,30	5.063.758,64
Movimentos de 2010						
Adições		17.555,38			43.000,00	60.555,38
Abates/vendas						
Regularizações e transferências		7.616,00			-7.616,00	
Saldo a 31.12.2010	88.749,10	4.354.063,13	96.639,49		584.862,30	5.124.314,02
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2010	-82.256,15	-4.178.461,33	-96.639,49			-4.357.356,97
Movimentos de 2010						
Gastos de amortização	-4.583,28	-96.236,57				-100.819,85
Saldo a 31.12.2010	-86.839,43	-4.274.697,90	-96.639,49			-4.458.176,82
Valor líquido a 31.12.2010	1.909,67	79.365,23	0,00		584.862,30	666.137,20

Activos intangíveis	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2009 POC	16.409,33		2.469,65			18.878,98
Valor líquido a 01.01.2009 SNC	16.409,33	2.469,65				18.878,98
Activo bruto						
Saldo a 01.01.2009 - POC	88.749,10		1.098.489,91	752.112,68		1.939.351,69
Ajustamentos SNC		951.970,63	-951.970,63	-752.112,68		-752.112,68
- Ajustamentos para o custo histórico puro						
- Desreconhecimento de activos				-752.112,68		-752.112,68
- Reclassificações/transferências		951.970,63	-951.970,63			
Saldo a 01.01.2009 - SNC	88.749,10	951.970,63	146.519,28			1.187.239,01
Movimentos de 2009						
Adições		61.809,45			391.923,30	453.732,75
Abates/vendas		-498,80	-49.879,79			-50.378,59
Regularizações e transferências		3.315.610,47			157.555,00	3.473.165,47
Saldo a 31.12.2009 - SNC	88.749,10	4.328.891,75	96.639,49		549.478,30	5.063.758,64
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2009 - POC	-72.339,77		-1.096.020,26	-752.112,68		-1.920.472,71
Ajustamentos SNC		-949.500,98	949.500,98	752.112,68		752.112,68
- Desreconhecimento de activos				752.112,68		752.112,68
- Reclassificações/transferências		-949.500,98	949.500,98			
Saldo a 01.01.2009 - SNC	-72.339,77	-949.500,98	-146.519,28			-1.168.360,03
Movimentos de 2009						
Gastos de amortização	-9.916,38	-107.290,80				-117.207,18
Abates/Vendas		498,80	49.879,79			50.378,59
Regularizações e transferências		-3.122.168,35				-3.122.168,35
Saldo a 31.12.2009 - SNC	-82.256,15	-4.178.461,33	-96.639,49			-4.357.356,97
Valor líquido a 31.12.2009 SNC	6.492,95	150.430,42	0,00		549.478,30	706.401,67

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação e as despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem com os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos activos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do activo fixo intangível	anos de vida útil
Projectos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 5
Propriedade Industrial	3

O movimento ocorrido nos exercícios de 2010 e 2009 nos activos intangíveis em curso foi o seguinte:

	Saldo 01.01.2010	Aquisições	TPPE(*)	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2010
Programas de computador	549.478,30	43.000,00		-7.616,00		584.862,30
	549.478,30	43.000,00		-7.616,00		584.862,30

	Saldo 01.01.2009	Aquisições	TPPE(*)	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2009
Programas de computador		391.923,30		157.555,00		549.478,30
		391.923,30		157.555,00		549.478,30

(*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

8. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Activos Tangíveis em curso	Adiantament o por conta de activos tangíveis	Total de activos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2010	36.959.451,90	20.861.329,44	28.879.948,61	337.839,65	427.117,91	1.112.975,39	1.914.906,16	24.726,00	90.518.295,06
Activo bruto									
Saldo a 01.01.2010	39.081.005,75	28.634.093,39	78.053.379,91	1.976.438,48	4.335.733,63	1.332.854,01	1.914.906,16	24.726,00	155.353.137,33
Movimentos de 2010									
Adições		18.598,34	11.715.794,60	93.768,36	83.199,84		283.576,82		12.194.937,96
Abates/vendas		-12.323,25	-933.246,93	-59.711,51	-41.206,71				-1.046.488,40
Regularizações e transferências		328.233,21					-358.533,21		-30.300,00
Saldo a 31.12.2010	39.081.005,75	28.968.601,69	88.835.927,58	2.010.495,33	4.377.726,76	1.332.854,01	1.839.949,77	24.726,00	166.471.286,89
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2010		-7.589.524,54	-49.173.431,30	-1.638.598,83	-3.908.615,72	-219.878,62			-62.530.049,01
Movimentos de 2010									
Gastos de depreciação e amortização		-1.244.638,91	-4.878.251,97	-139.856,76	-156.378,97	-7.955,01			-6.427.081,62
Abates/vendas		12.323,25	932.624,96	59.711,51	40.588,70				1.045.248,42
Regularizações e transferências									
Saldo a 31.12.2010		-8.821.840,20	-53.119.058,31	-1.718.744,08	-4.024.405,99	-227.833,63			-67.911.882,21
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2010	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Saldo a 31.12.2010	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Valor líquido a 31.12.2010	36.959.451,90	19.963.522,08	35.716.869,27	291.751,25	353.320,77	1.105.020,38	1.839.949,77	24.726,00	96.254.611,42

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Activos Tangíveis em curso	Adiantament o por conta de activos tangíveis	Total de activos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2009 POC	15.473.636,89	20.505.664,41	34.795.773,02	315.623,56	744.915,42	1.140.126,91	1.965.531,64	39.126,00	74.980.397,85
Valor líquido a 01.01.2009 SNC	41.704.185,06	16.952.467,06	34.794.227,98	315.623,56	744.915,42	1.140.126,91	1.965.531,64	39.126,00	97.656.203,63
Activo bruto									
Saldo a 01.01.2009 - POC	15.473.636,89	40.144.543,13	83.991.150,19	2.065.631,56	8.593.783,31	1.648.975,62	1.965.531,64	39.126,00	153.922.378,34
Ajustamentos SNC	26.385.714,72	-16.886.389,31	-5.472.203,66	-104.550,50	-580.837,33	-250.419,01			3.091.314,91
- Ajustamentos para o custo histórico purc	-3.587.273,47	-22.868.500,59	-5.472.203,66	-104.550,50	-580.837,33	-250.419,01			-32.863.784,56
- Desreconhecimento de activos		-277.075,96							-277.075,96
- Revalorizações	29.972.988,19	6.259.187,24							36.232.175,43
Saldo a 01.01.2009 - SNC	41.859.351,61	23.258.153,82	78.518.946,53	1.961.081,06	8.012.945,98	1.398.556,61	1.965.531,64	39.126,00	157.013.693,25
Movimentos de 2009									
Revalorização	3.112.741,12	8.148.327,04							11.261.068,16
Adições		165.938,11	247.359,05	116.253,14	113.758,70		408.517,74		1.051.826,74
Abates/Vendas		-1.041.455,83	-1.265.660,17	-115.295,72	-483.640,58	-65.702,60	-8.378,61		-2.980.133,51
Regularizações e transferências	-5.891.086,98	-1.896.869,75	552.734,50	14.400,00	-3.307.330,47		-450.764,61	-14.400,00	-10.993.317,31
Saldo a 31.12.2009 - SNC	39.081.005,75	28.634.093,39	78.053.379,91	1.976.438,48	4.335.733,63	1.332.854,01	1.914.906,16	24.726,00	155.353.137,33
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2009 - POC		-19.638.878,72	-49.195.377,17	-1.750.008,00	-7.848.867,89	-508.848,71			-78.941.980,49
Ajustamentos SNC		13.795.751,18	5.470.658,62	104.550,50	580.837,33	250.419,01			20.202.216,64
- Ajustamentos para o custo histórico purc		11.920.468,23	5.470.658,62	104.550,50	580.837,33	250.419,01			18.326.933,69
- Desreconhecimento de activos		277.075,96							277.075,96
- Revalorizações		1.598.206,99							1.598.206,99
Saldo a 01.01.2009 - SNC		-5.843.127,54	-43.724.718,55	-1.645.457,50	-7.268.030,56	-258.429,70			-58.739.763,85
Movimentos de 2009									
Gastos de depreciação e amortização		-912.142,69	-6.636.513,14	-108.437,05	-241.959,87	-10.163,34			-7.909.216,09
Revalorização		-2.320.740,49							-2.320.740,49
Abates/Vendas		1.040.229,51	1.264.471,79	115.295,72	480.190,41	48.714,42			2.948.901,85
Regularizações e transferências		446.256,67	-76.671,40		3.121.184,30				3.490.769,57
Saldo a 31.12.2009 - SNC		-7.589.524,54	-49.173.431,30	-1.638.598,83	-3.908.615,72	-219.878,62			-62.530.049,01
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2009 - POC									
Ajustamentos SNC	-155.166,55	-462.559,22							-617.725,77
- Imparidades de activos	-155.166,55	-462.559,22							-617.725,77
Saldo a 01.01.2009 - SNC	-155.166,55	-462.559,22							-617.725,77
Movimentos de 2009									
Aumentos	-2.121.553,85								-2.121.553,85
Reversões	124.646,78	186.996,42							311.643,20
Abates/Vendas		1.226,32							1.226,32
Regularizações e transferências	30.519,77	91.097,07							121.616,84
Saldo a 31.12.2009 - SNC	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Valor líquido a 31.12.2009 SNC	36.959.451,90	20.861.329,44	28.879.948,61	337.839,65	427.117,91	1.112.975,39	1.914.906,16	24.726,00	90.518.295,06

A coluna das adições de 2009, inclui 135.115,77 euros de trabalhos para a própria entidade.

À data da transição para o novo normativo contabilístico (01.01.2009) a empresa procedeu à adopção do custo histórico puro procedendo à anulação de todas as revalorizações efectuadas ao abrigo de diplomas legais. Por outro lado, procedeu à adopção do modelo de justo valor para a classe de edifícios e terrenos como critério de mensuração subsequente.

O justo valor dos edifícios e terrenos à data de 01.01.2009 foi determinado de acordo com o justo valor em uso pela empresa, no seu relato contabilístico em IAS/IFRS, e que resulta de uma avaliação efectuada por uma entidade credenciada e independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.).

Procedeu-se ainda ao desreconhecimento de activos fixos tangíveis, cujos critérios de reconhecimento já não se cumpriam, cujo impacto foi nulo dado o seu valor líquido ser zero.

O impacto destes ajustamentos de transição encontram-se espelhados no mapa acima.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração decidiu alterar o uso de determinados edifícios e terrenos, que não se encontravam em uso pela empresa, para valorização de capital ou para obtenção de rendas, pelo que foram transferidos para a rubrica de Propriedades de investimento. Assim, a rubrica de Regularizações e transferências do activo bruto, nas classes de Terrenos e Edifícios e outras construções, e das depreciações acumuladas na classe de Edifícios e outras construções, e respectivas perdas por imparidade acumuladas reflectem, essencialmente, a reclassificação desses activos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a empresa solicitou nova avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como activos fixos tangíveis.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais factores determinantes como sendo: localização, acessos, dimensões existentes, características e o actual estado de conservação da construção, bem como a visita efectuada ao exterior de cada local;
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- Nos montantes utilizados, não foi considerada qualquer incidência de IRS ou IRC.

Importa ainda realçar que neste processo de avaliação não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou actividades a exercer nas instalações, sendo o imóvel avaliado tal como se encontrava, e com os usos actuais.

A valorização das infra-estruturas afectas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de electricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

Para os imóveis que têm actualmente funções operacionais - os considerados como activos fixos tangíveis - foi determinado o seu valor em uso continuado.

Para o imóvel - pisos de escritórios da Torre das Antas em uso operacional pela empresa - foram utilizados os critérios de comparação de mercado e de rendimento, numa perspectiva de continuidade do uso.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido excepto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o Justo Valor, usando uma abordagem pelo custo de reposição depreciado.

Assim, para os restantes imóveis dos activos fixos tangíveis foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado.

Resultante da revalorização efectuada, o justo valor global dos terrenos e edifícios e outras construções teve, em 31 de Dezembro de 2009, uma variação positiva no montante líquido de 7.130.417,02 euros.

Caso os terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções tivessem sido reconhecidas de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respectivamente, de:

Rubrica	2010	2009
Terrenos e recursos naturais	4.637.280,62	4.637.280,62
Edifícios e outras construções	7.275.836,70	7.689.376,55
	11.913.117,32	12.326.657,17

Não procedemos à divulgação das restrições de titularidade de activos, e nem de activos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 73 da NCRF 7 não é aplicável.

No ano de 2010, não foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de activos fixos tangíveis, pelo que nada temos a divulgar ao abrigo da alínea c) do parágrafo 73 da NCRF 7.

O movimento ocorrido, nos exercícios de 2010 e 2009, nos valores dos activos tangíveis em curso foi o seguinte:

	Saldo 01.01.2010	Aquisições	TPPE(*)	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2010
Edifícios e outras construções	544.767,41	201.499,00		-358.533,21		387.733,20
Equipamento básico	1.370.138,75	48.783,37	33.294,45			1.452.216,57
Equipamento administrativo						
Outras imobilizações corpóreas						
	1.914.906,16	250.282,37	33.294,45	-358.533,21		1.839.949,77

	Saldo 01.01.2009	Aquisições	TPPE(*)	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2009
Edifícios e outras construções	210.751,23	334.408,21		-392,03		544.767,41
Equipamento básico	1.587.385,41	72.913,50	1.196,03	-282.977,58	-8.378,61	1.370.138,75
Equipamento administrativo	167.395,00			-167.395,00		
Outras imobilizações corpóreas						
	1.965.531,64	407.321,71	1.196,03	-450.764,61	-8.378,61	1.914.906,16

(*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

Os movimentos nos adiantamentos para activos fixos tangíveis, nos anos de 2010 e 2009, foram os seguintes:

	Saldo 01.01.2010	Aquisições	TPPE(*)	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2010
Terrenos e recursos naturais	24.726,00					24.726,00
Edifícios e outras construções						
Equipamento de Transporte						
	24.726,00					24.726,00

	Saldo 01.01.2009	Aquisições	TPPE(*)	Transferências	Abates	Saldo 31.12.2009
Terrenos e recursos naturais	24.726,00					24.726,00
Edifícios e outras construções						
Equipamento de Transporte	14.400,00			-14.400,00		
	39.126,00			-14.400,00		24.726,00

(*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

9. Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A empresa não possui activos nestas condições.

10. Locações

10.1. Locações financeiras - locatários

No exercício de 2010 e 2009, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante 3.150.562,56 euros (inclui 503.731,70 euros de juros) e 3.029.417,32 euros (inclui 952.459,67 euros de juros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 26.643.854,22 euros e 23.122.458,60 euros, respectivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Anos	2010			2009		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2010				1.928.547,68	394.334,33	2.322.882,01
2011	3.030.933,17	485.954,73	3.516.887,90	1.966.139,10	356.742,87	2.322.881,97
2012	3.094.231,80	422.656,13	3.516.887,93	2.004.469,66	318.412,31	2.322.881,97
2013	3.122.323,36	358.151,61	3.480.474,97	2.007.101,08	279.437,92	2.286.539,00
2014	3.182.225,95	292.786,01	3.475.011,96	2.040.931,40	240.144,59	2.281.075,99
2015	3.106.288,22	226.090,19	3.332.378,41	2.119.786,90	200.114,50	2.319.901,40
Após 2015	8.874.458,02	447.755,03	9.322.213,05	8.849.213,18	417.083,08	9.266.296,26
Total	24.410.460,52	2.233.393,70	26.643.854,22	20.916.189,00	2.206.269,60	23.122.458,60

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a quantia escriturada líquida para cada categoria de activo em regime de locação financeira era a seguinte:

Descrição	2010			2009		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85	2.460.351,85		2.460.351,85
Equipamento básico	28.555.850,78	6.678.033,53	21.877.817,25	22.858.150,78	4.776.125,57	18.082.025,21
Total	31.016.202,63	6.678.033,53	24.338.169,10	25.318.502,63	4.776.125,57	20.542.377,06

10.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2010 e 2009, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 5.988.720,83 euros e 6.166.078,52 euros, respectivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2010	2009
2010		5.765.346,81
2011	5.663.916,05	5.763.754,61
2012	5.663.916,05	5.763.754,57
2013	4.658.758,24	4.722.136,07
2014	3.089.165,59	3.113.648,87
2015	1.612.518,00	1.626.851,89
Total	20.688.273,93	26.755.492,82

11. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efectiva dos mesmos.

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos, nos exercícios de 2010 e 2009, foram os seguintes:

	2010	2009
Juros suportados	7.486.445,32	8.326.437,55
Juros inst. crédito e inst. financeiras	920.400,04	2.515.335,70
Empréstimos bancários	343.533,16	1.250.658,04
Descobertos Bancários	166.420,66	484.364,22
Leasing	410.446,22	780.313,44
Juros de financiamentos por Valores mobiliários - Obrigações	5.379.332,44	4.178.190,43
Juros outros financiamentos	459.382,02	1.347.027,37
Juros de outros instrumentos financeiros	727.330,82	285.884,05
Outros gastos e perdas de financiamento - Rel. a financiamentos obtidos	831.943,52	888.619,49
Despesas e descontos c/emissão financiamentos	47.087,06	35.927,44
Taxa de aval	556.920,66	436.877,77
Comissões e outros encargos	79.429,13	33.339,42
Imp. Selo utilização capital	148.506,67	382.474,86
Juros e gastos similares suportados prop. Ditos	8.318.388,84	9.215.057,04
Perdas por reduções de justo valor - Em instrumentos financeiros	20.064.753,04	1.221.444,07
Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados	28.383.141,88	10.436.501,11

Os juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2010 e 2009, foram os seguintes:

	2010	2009
Juros obtidos	2,91	523.584,16
De depósitos	2,91	220.359,16
De outros instrumentos financeiros	0,00	303.225,00
Outros rendimentos e ganhos de financiamento	1,11	5,51
Juros e rendimentos similares obtidos prop. Ditos	4,02	523.589,67
Ganhos por aumentos de justo valor - Em instrumentos financeiros	0,00	2.194.109,67
Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados	4,02	2.717.699,34

A empresa não procedeu à capitalização no custo de activos de encargos financeiros por não ter activos qualificáveis para tal.

12. Propriedades de investimento

Conforme já referido na nota 8, o Conselho de Administração entendeu, a 31 de Dezembro de 2009, alterar a finalidade de alguns imóveis passando-os a destinar para a obtenção de rendas e para valorização de capital. Assim, nesta data, foram transferidos dos activos fixos tangíveis um conjunto de nove imóveis.

Foi também adoptado o modelo de justo valor na valorização subsequente dos edifícios e terrenos catalogados em propriedades de investimentos, a exemplo da política de mensuração seguida para os terrenos e edifícios catalogados em activos fixos tangíveis.

A empresa procedeu, a 31 de Dezembro de 2009, a uma revalorização das propriedades de investimento, tendo sido o justo valor dos imóveis determinado através de uma avaliação efectuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda.).

À data de 31 de Dezembro de 2010, não foi efectuado novo pedido de avaliação dos imóveis, porque o Conselho de Administração entendeu não ser necessário a elaboração de uma nova avaliação. Os motivos deste entendimento prendem-se como o facto de ter sido efectuada uma avaliação do justo valor em final de 2009 e não se ter registando, desde então, alterações relevantes nas cotações de mercado nem nos planos urbanísticos onde os imóveis estão situados. Por outro lado, o Conselho de Administração entendeu não existir qualquer disposição no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística que determine a realização anual de avaliações para a determinação do justo valor das propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 2010 e 2009, o detalhe e movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais			Edifícios e outras construções			Total
	Arrendados	Para valorização	Total	Arrendados	Para valorização	Total	
Valor líquido a 01.01.2010	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	732.760,00	531.800,00	1.264.560,00	4.534.300,00
Quantia bruta							
Saldo a 01.01.2010	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	1.046.000,33	653.728,89	1.699.729,22	4.969.469,22
Saldo a 31.12.2010	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	1.046.000,33	653.728,89	1.699.729,22	4.969.469,22
Amortizações acumuladas							
Saldo a 01.01.2010				-261.445,45	-121.928,89	-383.374,34	-383.374,34
Saldo a 31.12.2010				-261.445,45	-121.928,89	-383.374,34	-383.374,34
Perdas por imparidade acumuladas							
Saldo a 01.01.2010				-51.794,88		-51.794,88	-51.794,88
Saldo a 31.12.2010				-51.794,88		-51.794,88	-51.794,88
Valor líquido a 31.12.2010	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	732.760,00	531.800,00	1.264.560,00	4.534.300,00

Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais			Edifícios e outras construções			Total
	Arrendados	Para valorização	Total	Arrendados	Para valorização	Total	
Valor líquido a 01.01.2009 POC							
Valor líquido a 01.01.2009 SNC							
Quantia bruta							
Saldo a 01.01.09 POC							
Movimentos de 2009							
Adições							
Regularizações e transferências	307.489,77	5.583.597,21	5.891.086,98	1.042.840,33	581.668,02	1.624.508,35	7.515.595,33
Variação justo valor	6.550,23	-2.627.897,21	-2.621.346,98	3.160,00	72.060,87	75.220,87	-2.546.126,11
- Ganhos	6.550,23	99.739,00	106.289,23	3.160,00	72.060,87	75.220,87	181.510,10
- Perdas		-2.727.636,21	-2.727.636,21				-2.727.636,21
Saldo a 31.12.09 SNC	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	1.046.000,33	653.728,89	1.699.729,22	4.969.469,22
Amortizações acumuladas							
Saldo a 01.01.09 POC							
Movimentos de 2009							
Gastos de depreciação e amortização							
Regularizações e transferências				-258.917,46	-109.683,76	-368.601,22	-368.601,22
Variação justo valor				-2.527,99	-12.245,13	-14.773,12	-14.773,12
- Ganhos				-2.527,99	-12.245,13	-14.773,12	-14.773,12
- Perdas							
Saldo a 31.12.09 SNC				-261.445,45	-121.928,89	-383.374,34	-383.374,34
Perdas por imparidade acumuladas							
Saldo a 01.01.09 POC							
Movimentos de 2009							
Adições							
Regularizações e transferências	-30.519,77		-30.519,77	-91.097,07		-91.097,07	-121.616,84
Reversões por perda imparidade	30.519,77		30.519,77	39.302,19		39.302,19	69.821,96
Saldo a 31.12.09 SNC				-51.794,88		-51.794,88	-51.794,88
Valor líquido a 31.12.2009 SNC	314.040,00	2.955.700,00	3.269.740,00	732.760,00	531.800,00	1.264.560,00	4.534.300,00

À data de 31 de Dezembro de 2009, segundo o indicado pela entidade avaliadora, o trabalho de avaliação realizado consistiu na determinação do valor dos imóveis, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências das NCRF e os termos de referência indicados pela STCP. A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa óptica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível (mesmo para os imóveis arrendados) e, nos imóveis devolutos, este valor corresponde ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projecto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projectos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor actual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e de rendimento, nuns casos pelo método de capitalização directa e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 38, como "o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre as mesmas".

O justo valor é geralmente o valor de mercado determinado por peritos avaliadores qualificados.

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Os ganhos e perdas resultantes da actualização do justo valor das propriedades de investimento, à data de 31 de Dezembro de 2009, no montante de -236.558,94 euros e de 2.727.636,21 euros, respectivamente, foram reflectidas na demonstração dos resultados na rubrica de Aumentos/reduções de justo valor:

	2010	2009
Perdas por redução de justo valor		
Em propriedades de investimento		2.727.636,21
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em propriedades de investimento		-236.558,94
		2.491.077,27

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2010, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento (no ano de 2009 estes imóveis estavam catalogados como activos fixos tangíveis):

Propriedades investimento	Arrendados	Para valorização	Total
Rendimentos			
Rendimentos de rendas	252.644,91		252.644,91
Gastos			
Gastos directos	-8.313,89	-12.328,96	-20.642,85
Outras perdas			
Total líquido	244.331,02	-12.328,96	232.002,06

13. Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, cujo objectivo principal não é o lucro, mas também a prestação de um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada por essa quota significativa de serviço que lhe é imposto assegurar, o que se espera venha a ficar clarificado com a contratualização do serviço público, cujo processo está em curso.

Neste contexto, é nosso entendimento que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflecte um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das actividades sociais que impõe. Com as propostas de contratualização apresentadas pela STCP, em final de 2009 e início de 2010, às suas tutelas técnicas – Secretaria de Estado dos Transportes e financeira e Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças – para serem contratualizadas as Obrigações de Serviço Público e adoptadas medidas para o reequilíbrio económico financeiro da empresa. Este será o caminho que possibilitará à STCP reequilibrar a exploração e resolver o problema estrutural histórico de uma situação de capitais próprios negativos.

Para qualquer activo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, gostaríamos de chamar atenção que no exercício de 2009 obtivemos avaliações de mercado, efectuadas por avaliadores independentes, para a classe de Edifícios e terrenos classificados como activos fixos tangíveis e propriedades de investimento, tendo sido, nos casos identificados, registada a corresponde perda por imparidade.

O movimento ocorrido, nos exercícios de 2010 e 2009, na rubrica de imparidades acumuladas de activos fixos tangíveis encontram-se detalhadas na nota 8.

As perdas por imparidade e respectivas reversões, registadas no exercício de 2010 e 2009, são as seguintes:

	Activos fixos tangíveis	
	2010	2009
Demonstração dos resultados		
Perdas por imparidade		1.809.910,65
- Aumentos		2.121.553,85
- Reversões		-311.643,20
Capital próprio - Excedentes de revalorização		
- Excedentes de revalorização		
		1.809.910,65

14. Participações financeiras valorizadas pelo método de equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as participações financeiras em subsidiárias e associadas, todas elas valorizadas ao método de equivalência patrimonial, eram as seguintes:

	2010					
	Activo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	160.482,64	567.988,55	-407.505,91	475.899,29	-329.974,04	100,00%
AUTOLOC	324.021,97	2.000,00	322.021,97		-6.150,00	90,00%
Empresas associadas						
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	10.873.171,00	12.639.429,00	-1.766.257,00	4.893.732,00	278.608,00	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	1.270.907,22	548.767,12	722.140,10	1.158.540,76	-63.478,47	20,00%

	2009					
	Activo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	961.081,19	1.038.613,06	-77.531,87	507.206,20	-465.375,92	100,00%
AUTOLOC	331.621,97	3.450,00	328.171,97		-8.231,75	90,00%
Empresas associadas						
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	24.313.258,00	25.677.091,00	-1.363.833,00	4.724.191,00	224.309,00	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	1.651.399,53	865.780,96	785.618,57	1.714.398,70	129.924,70	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de Dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores. Consequentemente, no decurso do exercício de 2010 e 2009, a parte correspondente nas perdas e ganhos das duas participadas não foram reconhecidas pela empresa.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as participações financeiras em subsidiárias e associadas nas demonstrações financeiras da STCP tiveram os seguintes movimentos:

	2010	2009
Participações financeiras		
Saldo inicial	453.785,70	433.902,11
Ajustamento de transição SNC		1.307,22
Regularizações – Método de equiv. Patrimonial	-19.537,91	18.576,37
Saldo final	434.247,79	453.785,70
Perdas por imparidade		
Activos líquidos	434.247,79	453.785,70

15. Participações financeiras valorizadas por outros métodos

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado activo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação no Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método de equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2010		2009	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Participações financeiras:				
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade:				
Activos líquidos				

16. Concentração de actividades empresariais

Não aplicável.

17. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

18. Agricultura

Não aplicável.

19. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Inventários apresenta o seguinte detalhe:

	Quantia Bruta	2010 Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	2009 Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	820.466,02	-123.011,08	697.454,94	792.458,22	-110.648,58	681.809,64
Produtos e trabalhos em curso	1.513,60		1.513,60	1.706,69		1.706,69
	821.979,62	-123.011,08	698.968,54	794.164,91	-110.648,58	683.516,33

O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	2010	2009
Inventário Inicial	792.458,22	1.016.195,45
Compras	1.450.477,89	1.349.181,21
Regularizações	-1.399,05	2.184,96
Inventário final	820.466,02	792.458,22
Custo das matérias consumidas	-1.421.071,04	-1.575.103,40

A variação dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2010 e 2009, foi a seguinte:

	2010	2009
Saldo Inicial	1.706,69	5.288,93
Regularizações	0,00	0,00
Saldo final	1.513,60	1.706,69
Variação dos inventários da produção	-193,09	-3.582,24

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios findos em 2010 e 2009, é detalhada conforme se segue:

Ano de 2010	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	110.648,58	12.362,50	0,00	123.011,08
Produtos e trabalhos em curso				

Ano de 2009	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	282.567,74	0,00	171.919,16	110.648,58
Produtos e trabalhos em curso				

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários, dos exercícios de 2010 e 2009, foram registados na rubrica de imparidade de inventários:

	2010	2009
Aumentos de perdas por imparidade	-12.362,50	
Perdas por imparidade em inventários	-12.362,50	
Reversões de perdas por imparidade		171.919,16
Reversões de perdas por imparidade em inventários		171.919,16
	-12.362,50	171.919,16

20. Contratos de construção

Não aplicável.

21. Réditos

O detalhe do rédito reconhecido, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, todo realizado em território nacional, era o seguinte:

	2010	2009
Prestação de Serviços	49.346.138,90	47.732.156,26
Transporte público de passageiros	49.247.246,57	47.640.268,35
Aluguer de autocarros	62.425,00	44.500,00
Aluguer de carros eléctricos	36.467,33	47.387,91
Rendimentos suplementares	1.751.311,99	1.992.935,63
Serviços sociais		2.547,01
Aluguer de equipamento	9.608,00	17.312,00
Estudos, projectos e assistência tecnológica		
Royalties	995,18	
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	78.881,25	45.499,93
Outros rendimentos suplementares	1.661.827,56	1.927.576,69
Serviços de manutenção	528.599,44	515.239,12
Publicidade	296.390,52	287.446,38
Cedências de trabalhadores	32.706,60	85.375,35
Renda e cedência espaço	98.561,77	281.801,76
Prestação serviços Assessoria e outros	164.635,91	
Venda sucata e outros bens	52.698,36	27.980,47
Vendas e serviços do Museu	92.263,60	
Outros	395.971,36	729.733,61
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	252.644,91	
Juros obtidos	2,91	527.846,95
	51.350.098,71	50.252.938,84

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de Agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efectuados com verbas do orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do referido Decreto-Lei). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou dois acordos com o Estado que não são indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem com a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social.

O Estado reembolsa a STCP pela redução do preço pelas tarifas praticadas nestas circunstâncias.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29/06/2006 e o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp, foi celebrado em 29/01/2009.

Assim, a empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rêdito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros .

22. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de Dezembro de 2010. Até Fevereiro de 1998, a empresa foi auto-seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de Março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de Março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de Dezembro de 2010.

O movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	2010			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.116.807,55		219.021,14	1.897.786,41
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	551.646,69		23.555,08	528.091,61
Outras Provisões	1.927.858,51	246.026,49	0,00	2.173.885,00
	4.596.312,75	246.026,49	242.576,22	4.599.763,02
Aumentos e (redução)s de provisões			3.450,27	

	2009			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.159.232,03		42.424,48	2.116.807,55
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	553.360,81		1.714,12	551.646,69
Outras Provisões	1.525.430,97	402.427,54		1.927.858,51
	4.238.023,81	402.427,54	44.138,60	4.596.312,75
Aumentos e (redução)s de provisões			358.288,94	

A empresa tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo Judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, SA e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de Março de 2003, que atribui àqueles operadores, no ano de 2003, as Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respectivamente na sua qualidade de accionista e de responsável pela compensação do serviço público.

O facto de a STCP não ter efectuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade última das matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros activos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então ainda designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os activos em causa lhe pertencem e que, em diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na PI: pagar uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao (s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer (em) a este último. Esta acção encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expectável desfecho definitivo nos próximos anos.
- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto, realizado nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objecto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP e poderia ser nomeadamente como aumento de capital, na sua qualidade de accionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% bem como não é possível estimar o montante dos reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

23. Subsídios

Durante o exercício findo, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos mais relevantes em subsídios foram os seguintes:

Subsídios	2010				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito Acumulado
Subsídios à exploração:	19.930.282,93	18.975.463,21	954.819,72	19.930.282,93	
Orçamento do estado	18.975.463,21	18.975.463,21		18.975.463,21	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAII	954.819,72		954.819,72	954.819,72	
Subsídios relacionados com activos	7.038.055,92	3.754,72		769.270,18	5.913.001,64
Activos tangíveis	6.949.986,98	2.842,86		769.122,91	5.833.550,99
- Edifícios e outras construções	330.531,01			6.960,59	142.815,99
- Equipamento básico	6.342.532,44			757.641,39	5.600.721,32
- Equipamento administrativo	73.989,91	2.842,86		810,90	70.304,64
- Outros activos fixos tangíveis	26.201,50			3.710,03	19.709,04
- Activos tangíveis em curso	176.732,12				
Propriedades investimento	15.397,52				7.543,82
- Edifícios	15.397,52				7.543,82
Activos intangíveis	72.671,42	911,86		147,27	71.906,83
Programas de computador	72.671,42	911,86		147,27	71.906,83
	26.968.338,85	18.979.217,93	954.819,72	20.699.553,11	5.913.001,64

Subsídios	2009				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito Acumulado
Subsídios à exploração:	20.137.879,86	19.156.181,23	981.698,63	20.137.879,86	
Orçamento do estado	19.156.181,23	19.156.181,23		19.156.181,23	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAII	981.698,63		981.698,63	981.698,63	
Subsídios relacionados com activos	7.114.108,88			1.037.759,11	5.223.539,14
Activos tangíveis	7.026.951,80			1.036.523,55	5.144.235,76
- Edifícios e outras construções	330.531,01			12.944,19	215.663,08
- Equipamento básico	6.422.340,12			1.016.474,01	4.843.079,93
- Equipamento de transporte					
- Equipamento administrativo	71.147,05			2.301,68	69.493,74
- Outros activos fixos tangíveis	26.201,50			4.803,67	15.999,01
- Activos tangíveis em curso	176.732,12				
Propriedades investimento	15.397,52			307,44	7.543,82
- Edifícios	15.397,52			307,44	7.543,82
Activos intangíveis	71.759,56			928,12	71.759,56
Programas de computador	71.759,56			928,12	71.759,56
	27.251.988,74	19.156.181,23	981.698,63	21.175.638,97	5.223.539,14

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

24. Alterações em taxas de câmbio

No exercício de 2010 e 2009 não ocorreram operações em moeda estrangeira.

25. Acontecimentos após a data do balanço

Não temos nada a relatar.

26. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efectuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer activo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de Dezembro de 2010, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 133.146.711,37 euros, conforme detalhe abaixo

Anos	Prejuizos fiscais
2004	25.984.946,82
2005	19.629.563,03
2006	20.309.815,49
2007	24.714.364,80
2008	22.643.194,03
2009	19.864.827,20
	133.146.711,37

27. Matérias ambientais

No exercício de 2010 e 2009 não temos informação relevante a relatar.

28. Instrumentos financeiros

28.1 Identificação dos activos e passivos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são detalhadas conforme se segue:

Ano de 2010				
Activos Financeiros	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Activos não correntes		735.000,00		735.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros activos financeiros		710.000,00		710.000,00
Activos correntes	4.891.278,89		3.141.940,41	8.033.219,30
Clientes	1.454.204,13			1.454.204,13
Outras contas a receber	2.268.088,27		3.141.940,41	5.410.028,68
Outros activos financeiros	59.461,61			59.461,61
Caixa e depósitos bancários	1.109.524,88			1.109.524,88
	4.891.278,89	735.000,00	3.141.940,41	8.768.219,30

Passivos Financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	219.879.074,90	36.215.740,03	21.379.527,35	277.474.342,28
Financiamentos obtidos	219.879.074,90		21.379.527,35	241.258.602,25
Outros passivos financeiros		36.215.740,03		36.215.740,03
Passivos correntes	96.565.994,24	70.891,94	8.992.308,21	105.629.194,39
Fornecedores	4.634.972,13			4.634.972,13
Financiamentos obtidos	91.105.336,40		3.038.665,26	94.144.001,66
Outras contas a pagar	825.685,71		5.953.642,95	6.779.328,66
Outros passivos financeiros		70.891,94		70.891,94
	316.445.069,14	36.286.631,97	30.371.835,56	383.103.536,67

Ano de 2009				
Activos Financeiros	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Activos não correntes		735.000,00		735.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros activos financeiros		710.000,00		710.000,00
Activos correntes	10.950.773,00		1.075.140,97	12.025.913,97
Clientes	7.801.927,56			7.801.927,56
Outras contas a receber	2.953.278,35		1.075.140,97	4.028.419,32
Outros activos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	195.567,09			195.567,09
	10.950.773,00	735.000,00	1.075.140,97	12.760.913,97

Passivos Financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	274.926.529,35	16.150.986,99	18.987.641,32	310.065.157,66
Financiamentos obtidos	274.926.529,35		18.987.641,32	293.914.170,67
Outros passivos financeiros		16.150.986,99		16.150.986,99
Passivos correntes	22.216.692,88	46.283,34	8.172.707,58	30.435.683,80
Fornecedores	7.008.228,36			7.008.228,36
Financiamentos obtidos	13.808.198,16		1.932.387,89	15.740.586,05
Outras contas a pagar	1.400.266,36		6.240.319,69	7.640.586,05
Outros passivos financeiros		46.283,34		46.283,34
	297.143.222,23	16.197.270,33	27.160.348,90	340.500.841,46

Em 2010 e 2009, a STCP apenas dispunha de activos e passivos financeiros catalogados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessário a divulgação do seu justo valor. Em 2010 e 2009, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado activo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (excepção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Resta os instrumentos financeiros derivados, incluindo na rubrica Outros passivos financeiros, que já se encontram escriturados ao justo valor.

2.8.1.1. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe do financiamento era o seguinte:

Conta 25- Financiamentos obtidos	Ano de 2010					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
251 - Inst. Crédito e sociedades financeiras	59.400.947,57	38.021.420,22	21.379.527,35	59.272.867,95	37.893.340,60	21.379.527,35
Emprést. Bancários	15.339.868,42	15.339.868,42		15.300.000,00	15.300.000,00	
Emprést. Descobertos bancários	19.642.886,54	19.642.886,54		19.562.407,43	19.562.407,43	
Locação Financeira	24.418.192,61	3.038.665,26	21.379.527,35	24.410.460,52	3.030.933,17	21.379.527,35
252 - Mercado de Valores Mobiliários	220.987.002,81	1.107.927,91	219.879.074,90	220.000.000,00		220.000.000,00
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	220.987.002,81	1.107.927,91	219.879.074,90	220.000.000,00		220.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	100.057.857,74	97.426,70	99.960.431,04	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 09	120.929.145,07	1.010.501,21	119.918.643,86	120.000.000,00		120.000.000,00
258- Outros Financiadores	55.014.653,83	55.014.653,83		55.000.000,00	55.000.000,00	
Schuldschein II	55.014.653,83	55.014.653,83		55.000.000,00	55.000.000,00	
	335.402.604,21	94.144.001,96	241.258.602,25	334.272.867,95	92.893.340,60	241.379.527,35

Conta 25- Financiamentos obtidos	Ano de 2009					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
251 - Inst. Crédito e sociedades financeiras	33.613.919,65	14.626.278,33	18.987.641,32	33.574.722,23	14.587.080,91	18.987.641,32
Emprést. Bancários	7.518.646,41	7.518.646,41		7.500.000,00	7.500.000,00	
Emprést. Descobertos bancários	5.175.244,03	5.175.244,03		5.158.533,23	5.158.533,23	
Locação Financeira	20.920.029,21	1.932.387,89	18.987.641,32	20.916.189,00	1.928.547,68	18.987.641,32
252 - Mercado de Valores Mobiliários	221.045.212,40	1.111.327,26	219.933.885,14	220.000.000,00		220.000.000,00
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	221.045.212,40	1.111.327,26	219.933.885,14	220.000.000,00		220.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	100.024.289,74	72.327,22	99.951.962,52	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 09	121.020.922,66	1.039.000,04	119.981.922,62	120.000.000,00		120.000.000,00
258- Outros Financiadores	54.995.924,56	3.280,35	54.992.644,21	55.000.000,00		55.000.000,00
Schuldschein II	54.995.924,56	3.280,35	54.992.644,21	55.000.000,00		55.000.000,00
	309.655.056,61	15.740.885,94	293.914.170,67	308.574.722,23	14.587.080,91	293.987.641,32

As condições de financiamento para os empréstimos e descobertos bancários correntes foram negociados dia a dia, sendo a utilização dependente dos menores spreads.

Em 2009, a negociação fixou o spread mais alto em 2%. Manteve-se a Euribor a 30 dias como a mais usada, com periodicidade de pagamento de juros mensal.

Em 2010, a negociação fixou o spread mais alto em 3%. Manteve-se a Euribor a 30 dias como a mais usada, com periodicidade de pagamento de juros mensal.

Este grupo de empréstimos, em vigor a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, caracteriza-se como se segue:

- Em Setembro de 2004 a STCP contraiu um empréstimo no mercado Schuldschein, a 7 anos, no montante de 55.000 milhares de euros. O reembolso do empréstimo efectuar-se-á ao par, integralmente no final da sua vida. A empresa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, em cada data do vencimento do cupão, sem qualquer penalização.

- Em Junho de 2007, a empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e directa. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe Call-Option, a partir do 5º ano, total ou parcial.
- Em Outubro de 2009, a empresa contraiu um empréstimo obrigacionista a 5 anos no montante de 120.000 milhares de Euros. O reembolso do empréstimo efectuar-se-á ao valor nominal, no final do prazo da emissão. Este empréstimo foi admitido à negociação em mercado regulamentado.

Estes três financiamentos usufruem da garantia pessoal do Estado Português.

Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de “covenants” habitual, e que prevê as situações de default, cross default, negative pledge e pari passu. O incumprimento do serviço da dívida, o cruzamento da informação no sistema financeiro e o eventual vencimento antecipado de obrigações futuras estão acordados e aceites pelas contrapartes. Há a assinalar também a existência de cláusulas de ownership do Estado Português.

Os covenants acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com excepção das cláusulas de ownership que obrigam à detenção do capital de empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

As condições de financiamento dos empréstimos vigentes, em 2010 e 2009, são as seguintes:

Empréstimo	Vencimento	Taxa juro	Periodicidade
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis			
Obrigacionista 2002	28-Nov-09	Euribor6M+0,06%	Semestral
Obrigacionista 2007	05-Jun-22	Euribor6M+0,0069%	Semestral
Obrigacionista 2009	09-Out-14	3,61%	Semestral
Outros financiadores			
Schuldschein I	09-Abr-09	Euribor 6M	Semestral
Schuldschein II	20-Set-11	Euribor3M+0,04%	Trimestral
Empréstimo FETT	31-Dez-09	3%	Semestral

Em 31 de Dezembro, data do balanço, a empresa não tem situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

2.8.1.2. Outros activos financeiros

A rubrica Outros activos financeiros não correntes inclui as prestações suplementares concedidas à participada STCP Serviços.

Na rubrica Outros activos financeiros correntes estão contabilizados o empréstimo de mútuo concedido à participada STCP Serviços.

2.8.1.3. Outros passivos financeiros

A empresa tem procedido à cobertura do risco da variação da taxa de juro de alguns dos empréstimos de médio e longo prazo, contratando swaps para minimização do risco de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a empresa tinha contratado os seguintes instrumentos derivados:

Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	2010			2009		
			Justo valor	Corrente	Não corrente	Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-33.955.530,95	-48.548,18	-33.906.982,77	-15.966.873,33	-20.516,67	-15.946.356,66
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-2.331.101,02	-22.343,76	-2.308.757,26	-230.397,00	-25.766,67	-204.630,33
Outros passivos financeiros			-36.286.631,97	-70.891,94	-36.215.740,03	-16.197.270,33	-46.283,34	-16.150.986,99

Os dois Swap's de taxa de juro, em vigor a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para cobertura de 50% do valor nominal do empréstimo obrigacionista, contratado no ano de 2007, vigorarão até à maturidade deste empréstimo. Para ambas as estruturas, e durante o período inicial de 3 anos que terminou em Dezembro de 2010, a empresa trocou o recebimento da taxa euribor a 6m pelo pagamento fixo de taxa de juro. Estas fixações situaram-se para ambas as estruturas, em níveis um pouco superiores a 2%.

Após o período inicial de 3 anos, as estruturas de cobertura passaram a incluir um termo variável. Este, directamente relacionado com as flutuações da euribor e da taxa mid swap, evolui do seguinte modo:

- Um floor a 2% para variações da euribor a 3 meses e um cap a 6% para variações da euribor a 6 meses. Sempre que a euribor esteja fora dos limites do intervalo, resulta um spread adicional acrescido à taxa fixada no início da cobertura. O acréscimo registado num determinado cupão traduz um efeito cumulativo para o cupão seguinte, ou seja, efeito cumulativo de memória de spreads. Quando a euribor voltar a situar-se dentro do intervalo, a estrutura de cobertura tem um DigiCoupon de 50bps, que mais não é do que um “efeito acelerador” de anulação dos efeitos cumulativos dos cupões anteriores.
- Observações diárias das taxas mid swap 2y e 10Y. A taxa mid swap 10Y não poderá situar-se a um nível inferior a 2,75%, ou, o spread entre a taxa mid swap 2Y e 10Y não poderá ser inferior a -0,25%. Sempre que a midswap esteja abaixo dos limites fixados, acresce à taxa fixada no início da estrutura uma componente percentual de observação diária, o que traduz um spread adicional. Se a midswap estiver sempre acima dos limites então a estrutura mantém-se inalterável. Não há efeitos cumulativos.

Esta estrutura esteve inicialmente indexada, para além do atrás descrito, à condicionante de uma fx-option, com níveis determinados para as cotações EURUSD em momentos específicos de vida da estrutura. Por se reunirem as condições em Dezembro de 2008, ocorreu o exercício automático da opção Knockout EURUSD @ 1.35, parte integrante da estrutura em carteira e desta forma, a estrutura deixou de ter a componente de risco EURUSD, mantendo-se inalteráveis todos os restantes termos da operação.

Conclui-se que as estruturas estão hoje a níveis acima das recentes condições de mercado no que se refere à componente fixa das coberturas.

O mark-to-market a 31 de Dezembro de 2010 destas operações apresenta valores significativamente negativos traduzindo deste modo a evolução das diversas variáveis do mercado, tais como as taxas de juro 3M Euribor, 6M Euribor e as taxas de Swap para 2 anos e 10 anos. A incerteza temporal, associada à longevidade da maturidade destas operações também explicam a evolução negativa do mark-to-market.

Estes instrumentos derivados estão valorizados ao justo valor.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pela empresa, foi efectuado pelas respectivas contrapartes, as instituições financeiras com quem celebramos tais contratos.

A valorização ao justo valor do swap de taxa de juro tem por base modelos de avaliação de Opções (Option Pricing Models) e de Desconto de Fluxos de Caixa Futuros (Discount Cash-Flow Model) adequados a instrumentos derivados não cotados em bolsa de valores (instrumentos derivados OTC).

Para a determinação do justo valor do swap contratado, o modelo de avaliação estima os fluxos futuros com base nas variáveis críticas de valorização dos instrumentos financeiros embebidos no swap (isto é, das várias componentes incorporadas no swap), utilizando para o efeito a curva de taxa de juro e volatilidades implícitas mais representativas do mercado. Presente, para além da tendência de volatilidade, a tendência de correlação, para o prazo.

A valorização do swap de taxa de juro é indicativa e representativa das condições de mercado existentes à data de referência. O swap pode incorrer em ajustes significativos no justo valor em resultado de relativamente pequenas variações das variáveis críticas, risco de mercado, como também pela verificação de condições anormais da liquidez do mercado, risco de liquidez, ou pela sensibilidade, directa ou indirecta, a outro tipo de factores, riscos de natureza diversa (risco crédito ou risco sistémico).

São consideradas credíveis e consensuais as fontes usadas no sentido de assegurar a fiabilidade dos parâmetros de mercado que estão na base da valorização.

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Desta forma, as variações líquidas no justo valor, ocorridas no exercício de 2010 e 2009, no montante de -20.064.753,04 euros e de 972.666,60 euros destes instrumentos financeiros foram reconhecidas directamente em resultados, nas rubricas Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11) e Ganhos por aumento de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza nas rubricas Juros e rendimentos similares obtidos/concedidos.

O detalhe das variações de justo valor, em 2010 e 2009, é o seguinte:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2010	2009
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-17.960.626,11	-1.221.444,07
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-2.104.126,93	2.194.109,67
			-20.064.753,04	972.665,60

28.2. Gestão do risco financeiro

A empresa está, à semelhança da generalidade das empresas, exposto aos riscos de mercado: de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

Não há a exposição ao risco cambial.

28.2.1. Risco de taxa de juro - política e análise de sensibilidade

A empresa está naturalmente exposta ao risco de taxa de juro. A dívida é composta por uma parcela flutuante e por uma componente estável.

Em termos de dívida flutuante, o risco de taxa de juro é patente nas linhas contratadas a taxas variáveis, revisíveis por prazos curtos, conforme contratualmente estabelecido.

A componente estável da dívida, médio e longo prazo, está dividida do seguinte modo:

- Taxa variável, onde uma parcela está coberta com um instrumento de gestão do risco de taxa de juro e,
- Taxa fixa.

A política de gestão do risco de taxa de juro está orientada para a minimização dos encargos financeiros e para a diversificação das variáveis subjacentes. Parte da exposição ao risco da variabilidade de taxa de juro está mitigado por 2 operações de derivados, contratadas em 2007. Os derivados contratados replicam a exposição parcial (50%) de uma operação de financiamento e respeitam os prazos de vencimento de juros da operação que lhe deu origem.

A performance das operações é acompanhada ao longo do tempo, no sentido de ser encontrada uma melhor estrutura tendente a minorar o baixo valor de mercado que apresentam. Em termos de futuro é também encarada a contratação de novas estruturas com o objectivo de diminuir ou limitar os encargos financeiros, sempre numa perspectiva de preço global do endividamento.

A dívida de prazo mais longo está indexada a variações da euribor, de 3 e de 6 meses. Esta, é composta por 2 operações: uma emissão de obrigações de 100 milhões de euros por 15 anos e uma colocação no mercado schuldschein de 55 milhões de euros pelo prazo de 7 anos. Efectuada uma análise de sensibilidade à exposição destes dois empréstimos a variações dos indexantes, os encargos situar-se-ão, face á previsão de 2011, em mais 788 mil euros para uma variação de mais 1% na taxa de juro.

A emissão de obrigações de 120 milhões euros pelo prazo de 5 anos tem a taxa de juro de cupão fixada, não estando por isso exposta ao risco de flutuação de taxa.

Em 2011, a empresa reembolsará o empréstimo schuldschein de 55 milhões de euros e emitirá nova dívida de prazo semelhante, para além do financiamento da sua actividade corrente.

Financiamento de operações a curto prazo

A dívida de curto prazo está exposta a variações de taxa, euribor de 1 e de 3 meses, e a variações de spread, no contexto actual mais gravosos, variáveis e significativos que os próprios indexantes. É composta por várias linhas de contas correntes, algumas caucionadas por livranças, cujo montante no momento ascende a cerca de 90 milhões de euros.

Assim, uma variação do nível de taxa de 1% traduz-se num aumento de 336mil euros face aos encargos previstos pelas necessidades de financiamento determinadas para 2011.

Fluxos financeiros dos swap's

Para colmatar parte da exposição ao risco de taxa de juro, na sua maioria de taxa variável conforme contratos celebrados, a empresa contratou 2 operações com derivados, cujo objectivo foi a mitigação e a diversificação do risco.

As operações de cobertura, aquando da sua contratação seguem os seguintes princípios básicos: são objecto de análise comparativa entre várias outras propostas, as contrapartes são instituições financeiras idóneas e que apoiam habitualmente a empresa, e o suporte contratual é o standard do mercado – ISDA.

Não são operações detidas para especulação ou negociação.

É acompanhado o estudo comportamental da estrutura conjuntamente com a operação financeira de raiz – um mix da dívida , sendo determinada a sua taxa implícita, em termos de cash flows reais, no momento presente.

Em termos futuros, as operações de cobertura realizadas são objecto de proposta de novas coberturas no sentido de melhorar a performance global. Regularmente, têm o acompanhamento de cenários de stress-test de avaliação do seu impacto, como uma medida de tomada de consciência da sensibilidade da estrutura à evolução, a prazo, do mercado.

Estima-se um montante de 1,03 milhões de euros para os fluxos destas coberturas em 2011.

As variações da taxa euribor de 3 meses no sentido da subida e para além dos 2% melhoram o desempenho de um dos swap's, na medida em que a parte recebedora recupera positivamente e a parte pagadora deixa de acumular spread's anteriores.

Para a outra cobertura o cenário é idêntico, em termos de componente fixa, a subida da euribor a 6 meses permitirá incrementar a parte recebedora, e a atenção centra-se no nível das taxas de mid swap.

Uma análise à sensibilidade destas estruturas com variações de taxas euribor no sentido da subida, em 1%, melhoram as performances das duas operações e uma variação de taxas no sentido da descida, em 1%, não é comportável com as actuais taxas, o que as situaria em 0%.

28.2.2.Risco de liquidez

O planeamento financeiro da empresa assenta numa plataforma de estabilidade que se caracteriza por: condições estáveis e normais de mercado; desempenho estável dos parceiros financeiros de apoio e o seu interesse pelo SEE e pelo seu razoável nível de risco; cumprimento do serviço da dívida assumida; capacidade de análise e antecipação do risco de incumprimento com reporte imediato à Tutela no caso das operações com garantia do Estado; possibilidade de recurso, em última instância, ao accionista para solvência de compromisso pontual evitando dessa forma a abrangência do cross-default.

Este risco é sempre analisado pela empresa, estando estabelecido que a diversificação das contrapartes tem como objectivo obviar à denuncia de alguma delas e à retirada do seu crédito. A empresa elege os instrumentos que melhor se coadunam com as suas contas, os seus capitais próprios e a especificidade da sua necessidades financeiras.

A assumpção de uma posição corporativista dos parceiros no que se refere ao incumprimento ou à retirada de liquidez massiva, em limite, teria resposta, exclusivamente, na ajuda do accionista, dado que os montantes gerados no serviço público que a empresa presta não têm dimensão para a auto-subsistência.

Repetindo o parágrafo anterior, a empresa promove uma política de diversificação das suas fontes de financiamento e das instituições onde contrata, monitoriza a exposição a cada tipo de operação e a cada instituição, e escolhe contrapartes com nível de confiança demonstrada por relação recíproca de negócios ao longo de anos. Dispersa maturidades em função do

horizonte temporal de escolha, dos momentos de menor concentração de responsabilidades, e das condições vigentes no mercado aquando da negociação.

A procura de operações de consolidação de passivo de curto prazo tem, para além de outras razões, o objectivo de alongar a maturidade da dívida, libertando linhas de suporte à actividade, de per si deficitária.

O leque de liquidez permanente, como tal considerado em momentos normais de mercado, dispõe de um portfolio de linhas cuja reposição se reequaciona sempre que cerca de 50% deste recurso já está utilizado. Este coeficiente de conforto permite a empresa iniciar um processo sempre necessário aquando da emissão de dívida de prazo mais longo e que passa por autorizações várias e demoradas.

Os cash flow futuros relativos ao empréstimos de médio e longo prazo, são os seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2011	6.061.070,28	55.000.000,00	61.061.070,28
2012	5.619.181,66		5.619.181,66
2013	5.615.668,05		5.615.668,05
2014	5.615.668,05	120.000.000,00	125.615.668,05
2015	1.282.468,05		1.282.468,05
2016	1.285.981,66		1.285.981,66
2017	1.282.468,05		1.282.468,05
2018	1.282.468,05		1.282.468,05
2019	1.282.468,05		1.282.468,05
2020	1.285.981,66		1.285.981,66
2021	1.282.468,05		1.282.468,05
2022	639.477,22	100.000.000,00	100.639.477,22

Reportado a 31 de Dezembro de 2010, a empresa possuía cerca de 50 milhões de euros de linhas de curto prazo, disponíveis para utilização.

28.2.3. Risco de crédito

É feito regularmente um acompanhamento dos montantes em dívida por clientes e outros devedores, quanto aos montantes de crédito concedido, sua mora e análise do risco de incobrabilidade associado.

O Conselho de Administração entende que, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, reflectem a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

O detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade é o seguinte:

	2010	2009
Sem registo de imparidade		
Clientes c/c	1.454.204,13	7.801.927,56
Não vencido	1.423.166,94	2.179.248,22
Vencido	31.037,19	5.622.679,34
<30	12.053,50	1.328.558,31
<60	2.952,40	1.307.843,12
<90	4.102,50	1.212.510,02
<120	1.280,75	984.507,03
<180	1.999,35	788.440,91
>180	8.648,69	819,95

	2010	2009
Outros devedores	2.869.624,84	3.567.354,55
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	1.959.982,30	2.657.712,01
Não vencido	445.682,18	440.725,45
Vencido	1.514.300,12	2.216.986,56
<30	213.983,64	126.270,46
<60	333,32	9.647,82
<90	62.631,58	78.867,65
<120	126.661,48	87.106,28
<180	69.757,61	123.433,54
>180	1.040.932,49	1.791.660,81
Com registo de imparidade		
Outros devedores	909.642,54	909.642,54
Não vencido	0,00	0,00
Vencido	909.642,54	909.642,54
>180	909.642,54	909.642,54

Na rubrica de outros devedores correntes são de referir os seguintes valores:

- 813 milhares de euros relativos a despesas suportadas por conta da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto e que deverão ser reembolsadas pelo Estado:

O Conselho de Administração entende que à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida em causa, apesar da sua mora, não apresenta risco de incobrabilidade pelo que não procedemos ao reconhecimento de qualquer perda de imparidade. Os motivos que justificam tal decisão são:

- A STCP suportou despesas com a Comissão Instaladora a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, devendo ser ressarcida pela AMTP logo que efectivamente nomeada e empossada. Apenas com a publicação da Lei nº 1/2009 e com a recente nomeação dos órgãos de Direcção da Autoridade Metropolitana de Transportes (Despacho 17026/2010 de 11.11.2010) foram criadas as condições para recebimento da verba em causa, encontrando-se confirmado e reconhecido o saldo em aberto, para regularização a curto prazo.
- 910 milhares de euros relativos a indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos directos sofridos pela STCP com a remoção da via-férrea de tracção eléctrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

As dívidas em mora há mais de 90 dias são essencialmente de entidades de capitais exclusivamente públicos. As análises do risco de incobrabilidade foram efectuadas pelo Conselho de Administração que entendeu que apenas a dívida do Município do Porto se encontrava em imparidade. Desta forma foi reconhecida a respectiva imparidade no montante de montante de 909.642,54 euros. Esta imparidade transita de exercícios anteriores.

28.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas bem como os ganhos e rendimentos relativos aos empréstimos obtidos bem como aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 11.

28.4. Instrumentos de capital próprio

28.4.1. Capital social

A quantia escriturada do capital social emitido pela empresa, em 2010 e 2009, corresponde apenas à rubrica Capital social, montante de 79.649 milhares de euros, e encontra-se totalmente realizada. O capital social é representado por 15.929.800 acções em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros.

No exercício de 2010 e 2009 não ocorreram quaisquer movimentos no capital social. O Estado Português é detentor de 100% do capital social.

28.4.2. Reservas

A rubrica de Reservas, à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentava o seguinte detalhe:

Reservas	2010	2009
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxilio ao pessoal	470,85	470,85

28.4.3. Excedente de revalorização

O movimento do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis, em 2010 e 2009, teve o seguinte detalhe:

	Activos intangíveis	Activos fixos tangíveis 2010	Total
Saldo a 01.01.2010	0,00	46.373.157,83	46.373.157,83
Amortizações		-413.028,40	-413.028,40
Saldo a 31.12.2010	0,00	45.960.129,43	45.960.129,43
2009			
Saldo a 01.01.2009 POC		16.264.033,10	16.264.033,10
Ajustamentos SNC		21.566.349,32	21.566.349,32
- Ajustamento para o custo histórico puro		-16.264.033,10	-16.264.033,10
- Revalorização		37.830.382,42	37.830.382,42
Saldo a 01.01.2009 SNC	0,00	37.830.382,42	37.830.382,42
Movimento 2009			
Revalorização		8.940.327,67	8.940.327,67
Amortizações		-397.552,26	-397.552,26
Saldo no fim do periodo	0,00	46.373.157,83	46.373.157,83

28.4.4. Ajustamentos em activos financeiros

A rubrica de Ajustamentos em activos financeiros, à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Ajustamentos de transição	-32.699,86	-32.699,86
STCP Serviços	-5.000,00	-5.000,00
Autoloc	-139,83	-139,83
Transpublicidade	-27.560,03	-27.560,03
Lucros não distribuídos	154.796,62	128.811,73
Transpublicidade	154.796,62	128.811,73
Ajustamentos em activos financeiros - Relativos ao MEP	122.096,76	96.111,87

28.4.5. Outras variações nos capitais próprios

A rubrica de Outras variações nos capitais próprios, à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Subsídios	1.125.054,28	1.890.569,74
Bens amortizáveis - Valor atribuído	7.038.055,92	7.114.108,88
Bens amortizáveis - Transf. resultados	-5.913.001,64	-5.223.539,14
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras Variações no capital próprio	1.406.102,91	2.171.618,37

28.4.6. Resultado por acção

Os resultados por acção no ano de 2010 e 2009 foram determinados da seguinte forma:

	2010	2009
Resultados líquidos do período	-37.677.163,38	-23.652.563,86
Nº médio ponderado de acções	15.929.800	15.929.800
Resultado por acção básico	-2,37	-1,48

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

29. Benefícios dos Empregados

A empresa possui, desde 1 de Maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, que é calculado com base numa fórmula fixada, e é pago desde que o somatório da pensão atribuída e pla Segurança Social com esses complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em Dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI-Aberto, procedendo, com a assinatura do contrato de Adesão, a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com o estudo actuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2010	2009
Custo com serviços passados de reformados	3.267.798,00	3.459.296,00
Custo com serviços passados activos	0,00	31.999,00
Responsabilidade do fundo	3.267.798,00	3.491.295,00

Os pressupostos financeiros e actuariais utilizados na avaliação actuarial das responsabilidades, em 2010 e 2009, foram os seguintes:

Pressupostos	2010	2009
Taxa de desconto	4,75%	6,00%
Taxa de rendimento esperado	5%	5%
Taxa de crescimento do tecto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros	
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	2%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do tecto e a pensão da Seg. Social	
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	1% acima da taxa de crescimento das pensões
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	
Tábua de invalidez	Não aplicável	Tábua suíça EKV-80

(*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(**) Nos anos anteriores a 2001 o tecto era de 548, 68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos no fundo de pensões foi o seguinte:

	2010	2009
Valor dos activos no fundo no início do exercício	2.626.274,00	3.045.472,00
Contribuições empresa	235.371,00	0
Pensões pagas	-575.250,00	-612.169,00
Rendimento efectivo :	52.146,00	192.970,00
Rentabilidade esperada no fundo líquida de comissões	115.877,00	136.317,00
Ganhos / (Perdas) de rendimento	-63.731,00	56.653,00
Valor dos activos no fundo no final do exercício	2.338.541,00	2.626.274,00

A data do encerramento das contas não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições que se espera para o ano de 2010, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e complementos de pensões de reforma e invalidez foram as seguintes:

	2010	2009
Responsabilidades no início do exercício	3.491.295,00	3.882.068,00
Custo com serviços correntes	23.337,00	27.603,00
Custo dos juros	192.354,00	215.432,00
Pensões previstas	-617.452,00	-638.270,00
Perdas e (Ganhos) actuarias de experiência	-139.713,00	4.462,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	317.977,00	0,00
Responsabilidades no final do exercício	3.267.798,00	3.491.295,00

No decurso dos exercícios findos em 2010 e em 2009 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica Gastos com o pessoal, decorrentes de responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez:

	2010	2009
Custos com serviços correntes	23.337,00	27.603,00
Custo dos juros	192.354,00	215.432,00
Rentabilidade esperada	-115.877,00	-136.317,00
Perdas e (Ganhos) actuarias	199.793,00	-78.292,00
Perdas e (Ganhos) actuarias de experiência	-139.713,00	4.462,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	63.731,00	-56.653,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-42.202,00	-26.101,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	317.977,00	0,00
	299.607,00	28.426,00

A evolução dos ganhos e perdas decorrentes dos ajustamentos de experiência foram os seguintes:

	2010	2009	2008	2007	2006
Passivos do plano					
Ganhos / (Perdas) de experiência	139.713,00	-4.462,00	62.774,00	-66.329,00	38.028,00
% Resp. por serviços passados	4,3%	-0,1%	1,6%	-1,5%	1,0%
Activos do plano					
Ganhos / (Perdas) de rendimento	-63.731,00	56.653,00	-501.369,00	-44.129,00	53.111,00
% Activos do plano	-2,7%	2,2%	-16,5%	-1,1%	1,3%

As taxas de rendimento efectivo do Fundo de Pensões que nos últimos 5 anos foram as seguintes:

	2010	2009	2008	2007	2006
Taxa de rendimento efectivo	2.8%	8.22%	-8.05%	4.07%	7.20%

Não é aplicável o parágrafo 104.A. da IAS19.

A evolução nos últimos 5 anos no valor presente da obrigação de benefícios definidos, no justo valor de activos do plano e do excedente ou défice do plano foi o seguinte:

Ano	Responsabilidades do Fundo	Valor dos Activos no Fundo	Défice/Superavit do Fundo	Taxa de Cobertura do Fundo
2006	3.796.726,00	4.224.049,00	427.323,00	111%
2007	4.306.315,00	3.997.361,00	-308.954,00	93%
2008	3.882.068,00	3.045.472,00	-836.596,00	78%
2009	3.491.295,00	2.626.274,00	-865.021,00	75%
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%

A composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 era a seguinte:

Composição	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Acções	43.724.678	33,7%	43.410.671	34,3%
Imobiliário	2.828.076	2,2%	2.823.860	2,2%
Obrigações Taxa Indexada	48.751.537	37,5%	47.190.685	37,3%
Obrigações Taxa Fixa	8.470.393	6,5%	12.539.026	9,9%
Retorno Absoluto	5.640.592	4,3%	8.452.588	6,7%
Liquidez	20.464.740	15,8%	12.211.693	9,6%
	129.880.016		126.628.523	

A 31 de Dezembro de 2010, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era de 2.338.541,00 euros, o que representava 1,82% do valor total do Fundo de Pensões. A 31 de Dezembro de 2009, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era de 2.626.274 euros, o que representava 2,07% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem na sua composição activos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

30. Divulgação Exigidas Por Diplomas Legais

Nada a relatar.

31. Fornecedores e Outros credores

As dívidas a fornecedores, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentavam o seguinte detalhe e mora:

	2010	2009
Fornecedores c/c	4.634.972,13	7.008.228,36
Não vencido	2.803.600,70	3.853.396,90
Vencido	1.284.997,44	2.830.859,87
<30	1.094.013,63	822.849,45
<60	83.545,83	209.683,64
<90	28.756,87	73.232,48
<120	8.176,18	35.643,38
<180	23.095,00	35.719,50
>180	47.409,93	1.653.731,42
Em recepção e conferência	546.373,99	323.971,59

Fornecedores de investimento	459.558,08	764.353,51
Não vencido	290,40	187.725,92
Vencido	459.267,68	576.627,59
<30	30.254,48	161.072,64
<60	9.855,45	
<90	532,40	
<120	15.707,70	79.222,15
<180		2.010,00
>180	402.917,65	334.322,80
Outros credores	243.118,76	491.019,13
Não vencido	243.118,76	238.133,23
Vencido		252.885,90
<30		3.222,00
<60		30.529,37
<120		215.278,50
<180		3.856,03

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque as mesmas não vencem juros e, por outro lado, o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável (o qual é puramente comercial: 60 dias);

32. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento:	476.838,16		506.612,31	
IRC - pagamento por conta	471.000,00		401.000,00	
IRC -Apuramento	5.838,16		105.612,31	
Retenção de impostos sobre rendimentos		249.781,10		233.776,75
Imposto sobre o valor acrescentado	2.568.803,94		385.993,67	420.900,74
Outros impostos		5.110,65		4.492,26
Contribuições para a Segurança Social		717.649,09		723.695,05
Tributos das autarquias locais				
Outras tributações		5.314,80		11.344,80
Estado e outros entes públicos	3.045.642,10	977.855,64	892.605,98	1.394.209,60

33. Outras contas a pagar e a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das Outras contas a pagar e a receber era o seguinte:

Outras contas a pagar	2010	2009
Fornecedores de investimento c/c	459.558,08	764.353,51
Credores por acréscimos de gastos	5.953.642,95	6.240.319,69
Pessoal	118.494,77	144.389,72
Clientes saldos credores	4.514,10	504,00
Credores diversos	243.118,76	491.019,13
	6.779.328,66	7.640.586,05

Credores por acréscimos de gastos	2010	2009
Fornecimento e serviços externos - Subcontratos	57.718,11	23.709,52
Fornecimento e serviços externos - Trabalhos especializados	643.786,80	796.143,56
Fornecimento e serviços externos - Energia e outros fluidos	8.960,53	40.575,39
Fornecimento e serviços externos - Serviços Diversos	557.644,14	483.675,84
Custos com pessoal	4.552.765,43	4.616.492,24
Outros Gastos e Perdas	132.767,94	279.723,14
	5.953.642,95	6.240.319,69

Outras contas a receber	2010	2009
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.141.940,41	1.075.140,97
Pessoal	306.885,47	289.598,27
Fornecedores saldos devedores	1.220,50	5.968,07
Devedores diversos	2.869.624,84	3.567.354,55
Quantia bruta	6.319.671,22	4.938.061,86
Perdas por Imparidade acumuladas	-909.642,54	-909.642,54
Quantia escriturada	5.410.028,68	4.028.419,32

Devedores por acréscimos de rendimentos	2010	2009
Prestações de serviços	1.985.390,29	880.066,12
Subsídios à exploração	954.819,72	0,00
Outros rendimentos e ganhos - Proveitos suplementares	0,00	54.029,97
Outros rendimentos e ganhos - Outros	201.702,40	141.044,88
Juros a receber	28,00	0,00
	3.141.940,41	1.075.140,97

34. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Diferimentos, no Activo corrente e no Passivo corrente, apresentava o seguinte detalhe:

Diferimentos	2010	2009
Gastos a reconhecer	343.710,48	400.073,57
Fornecimento e serviços externos	334.977,73	350.259,65
Outros Gastos e Perdas	8.732,75	49.813,92
Rendimentos a reconhecer	882.612,00	897.716,54
Prestações de serviços	689.381,44	839.477,80
Outros rendimentos e ganhos	193.230,56	58.238,74

35. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2010 e 2009, tinha o seguinte detalhe:

	2010	2009
Subcontratos	6.316.252,45	5.858.499,20
Serviços especializados	6.546.040,94	6.983.500,46
Trabalhos especializados	304.484,48	347.432,61
Publicidade e propaganda	96.601,12	125.707,85
Vigilância e segurança	353.316,07	434.147,35
Honorários	142.837,27	183.416,16
Comissões	2.025.210,31	1.949.722,22
Conservação e reparação	3.284.938,31	3.532.841,94
Comunicação e informação Público	37.654,26	66.619,37
Outros	300.999,12	343.612,96
Materiais	69.127,07	70.232,83
Energia e fluidos	10.896.566,59	9.566.187,29
Electricidade	440.569,16	509.248,61
Combustíveis	10.417.471,56	9.026.885,99
Outros	38.525,87	30.052,69
Deslocações, estadas e transportes	15.588,15	20.898,31
Serviços diversos	8.767.564,24	9.103.885,80
Rendas e alugueres	6.113.127,05	6.308.187,10
Comunicação	441.055,44	430.904,56
Seguros	603.493,67	589.853,60
Royalties	127.793,39	129.258,62
Contencioso e notariado	8.768,62	34.897,91
Despesas de representação	20.464,04	23.565,08
Limpeza, higiene e conforto	1.236.162,41	1.285.066,84
Outros serviços	216.699,62	302.152,09
Fornecimento e serviços externos	32.611.139,44	31.603.203,89

36. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com pessoal, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, era o seguinte:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	472.270,73	487.651,30
Remunerações do pessoal	30.561.411,47	30.311.201,74
Benefícios pós emprego	346.410,25	81.159,11
Encargos com remunerações	6.751.009,96	6.710.000,42
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	383.971,05	357.829,05
Gastos com acção social	416.275,66	391.712,55
Indemnizações	954.363,08	2.193.075,36
Outros gastos com o pessoal	113.780,39	198.397,33
Gastos com Pessoal	39.999.492,59	40.731.026,86

37. Outros Gastos e Perdas

O detalhe dos Outros gastos e perdas operacionais, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, era o seguinte:

	2010	2009
Outros gastos e perdas	1.313.735,28	1.267.069,67
Impostos	129.656,46	95.293,95
Impostos directos	88.922,74	70.157,90
Impostos indirectos:	25.264,00	5.368,77
Taxas	15.469,72	19.767,28
Dívidas incobráveis	325,00	
Perdas em inventários	75.615,01	146.648,61
Perdas em inventários - Quebras	8.939,24	6.155,74
Perdas em inventários - Abates	66.675,77	140.492,87
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	281.882,83	21.622,57
Alienações		1.365,34
Abates	1.239,98	20.257,23
Gastos em propriedades de investimento	20.642,85	
Outros gastos e perdas inv. não financeiros	260.000,00	
Outros gastos e perdas	826.255,98	1.003.504,54
Donativos	100.186,52	99.983,98
Quotizações	27.701,63	30.502,95
Insuficiência da estimativa para impostos		425,68
Indemnizações por sinistros	690.187,11	682.659,28
Outros Gastos e Perdas Operacionais	8.180,72	189.932,65
Ganhos e perdas de financiamento	54.161,90	24.837,73
Juros suportados	33.591,51	45,67
Outros juros	33.591,51	45,67
Diferenças de câmbio desfavoráveis		2,14
Outros gastos e perdas de financiamento	20.570,39	24.789,92
	1.367.897,18	1.291.907,40

38. Outros Rendimentos e Ganhos

O detalhe dos outros rendimentos operacionais a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 era o seguinte:

	2010	2009
Outros rendimentos e ganhos	3.399.112,85 €	3.786.858,95 €
Rendimentos suplementares	1.751.311,99	1.992.935,63
Descontos de pronto pagamento obtidos	12.116,11	19.750,47
Ganhos em inventários	74.215,96	148.833,57
Ganhos em inventários - Sobras	9.589,06	46.165,35
Ganhos em inventários - Outros ganhos	64.626,90	102.668,22
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	254.843,71	54.585,28
Alienações	2.198,80	54.585,28
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	252.644,91	
Outros rendimentos e ganhos	1.306.625,08	1.570.754,00
Outros rendimentos e ganhos - Imputação de subsídios para investimentos	769.270,18	1.037.759,11
Outros rendimentos e ganhos - Sinistros	277.361,80	163.510,24
Outros rendimentos e ganhos -Outros Subsídios	36.233,62	
Outros não especificados	223.759,48	369.484,65
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		4.262,79 €
Juros obtidos		4.262,79
Juros obtidos - De outros financiamento concedidos		4.262,79
Outros rendimentos e ganhos na demonstração de resultados	3.399.112,85 €	3.791.121,74 €

39. Responsabilidades por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros eram as seguintes:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2010	2009
Ministério da Administração Interna	Serviços autoprotecção para actividades previstas na alínea f) nº 2 do art.1 do DL 276/93	19.000,00	19.000,00
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.430,41	447.430,41
EDP Serviço Universal	Fornecimento energia	9.168,00	9.168,00
Tribunal Adm. Fiscal do Porto	Litigio relativo ao subsídio SAE	341.497,02	341.497,02
Tribunal Fudicial Gondomar	Litigio com Imgoval	245.564,00	245.564,00
		1.062.659,43	1.062.659,43

40. Número de pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o efectivo médio ao serviço da empresa foi de 1.512 e 1.502, respectivamente.

41. Capital próprio negativo

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 a empresa incorreu num prejuízo de 37.677.163,38 euros verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu activo total em 275.747.187,80 euros.

É entendimento da STCP, a comemorar 140 anos de existência em 2010, que, ao fazer parte do Sector Empresarial do Estado português, dado ser uma empresa de capitais exclusivamente públicos, cujo objectivo consiste na prestação de um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social obrigatório, e não o lucro, desempenha um papel que, por si, impõe que o Estado assegure os custos dessa função social e garanta a continuidade da sua actividade.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos não está posta em causa a sua continuidade, como o demonstra o facto de o Estado Português continuar a avalizar as operações não correntes de suporte financeiro. Iremos colocar esta menção em relatório e contas futuros.

Porto, 1 de Março de 2011

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

Presidente

Vogais

8 Outra Informação

8.1 Painel de Indicadores de Actividade

REDE

	2007	2008	2009	2010	10/09
Linhas em Exploração	83	83	83	85	2,4%
Rodoviárias	80	80	80	82	2,5%
Tracção Eléctrica	3	3	3	3	0,0%
Concelhos Servidos	6	6	6	6	0,0%
Freguesias Servidos	52	52	52	53	1,9%
Paragens	2.712	2.724	2.707	2.720	0,5%
Extensão (km)	533,0	537,1	541,8	545,6	0,7%
Rodoviária	531,5	534,8	539,4	543,2	0,7%
Tracção Eléctrica	8,7	8,7	8,9	8,9	0,0%
Corredores BUS	23,4	24,5	24,6	24,7	0,2%

PROCURA

(valores em milhares)

Passageiros	2007	2008	2009	2010	10/09
Autocarros	108.834	110.993	107.945	108.830	0,8%
Produção Própria	96.045	98.355	94.720	95.515	0,8%
Operadores Privados	12.789	12.637	13.225	13.315	0,7%
Tracção Eléctrica	268	261	298	390	30,7%
Passageiros	109.102	111.254	108.243	109.220	1%
Passageiros km	432.875	441.425	410.404	388.665	-5%

Estrutura de títulos utilizados	2007	2008	2009	2010	10/09 PP
passageiros monomodais	83,6%	74,9%	68,0%	63,2%	-4,8
- assinaturas	65,0%	58,9%	54,5%	50,8%	-3,7
- títulos ocasionais	13,7%	11,2%	9,2%	7,9%	-1,3
- bilhetes avulso + diários	4,9%	4,8%	4,3%	4,4%	0,2
passageiros intermodais	16,4%	25,1%	32,0%	36,8%	4,8
- assinaturas	13,5%	20,2%	26,1%	29,6%	3,6
- títulos ocasionais	3,0%	4,7%	5,5%	6,6%	1,1
- andante tour	0,02%	0,28%	0,46%	0,6%	0,1

RECEITA

(valores em milhares de euros)

Receita líquida por tipo de tarifário	2007	2008	2009	2010	10/09
Receita Monomodal	39.902	37.424	32.812	31.123	-5%
Receita Andante	6.814	11.966	14.730	18.045	23%
Total	46.716	49.390	47.542	49.168	3,4%

REDE DE VENDAS

Canais de venda	2007	2008	2009	2010	10/09
Agentes Payshop	452	493	487	495	2%
Estações CTT	86	86	85	85	0%
Postos STCP	4	4	4	3	-25%
Lojas Andante	13	11	12	10	-17%
Bilheteiras da CP	2	5	5	5	0%
MVA's MP	173	177	179	179	0%

RECLAMAÇÕES DE CLIENTES

Por Canal de Entrada	2007	2008	2009	2010	10/09
Provedoria	2.042	998	615	487	-21%
Linha Azul	1.821	1.607	1.139	1.011	-11%
Livro de Reclamações	470	241	199	210	6%
Outros Canais	483	450	632	362	-43%
Total Reclamações	4.816	3.296	2.585	2.070	-20%

Tipo Reclamações	2007	2008	2009	2010	10/09
Rede e Percursos	1.350	185	81	61	-25%
Horários	1.042	1.358	1.228	932	-24%
Sistema Bilhética	942	411	257	213	-17%
Comportamento Pessoal	690	447	349	406	16%
Informação ao Público	402	307	201	144	-28%
Paragens e Abrigos	205	136	90	64	-29%
Outros	184	374	160	183	14%
Comportamento com Cobertura Legal		62	178	25	-86%
Viaturas		16	41	42	2%
Total	4.816	3.296	2.585	2.070	-20%

OFERTA

(valores em milhares de kms)

Produção Global	2007	2008	2009	2010	10/09
Autocarros	29.628	29.452	28.786	29.740	3%
Tracção Eléctrica	87	83	91	108	19%
Veículos km	29.715	29.535	28.877	29.848	3%
Autocarros	2.597.221	2.566.339	2.513.430	2.604.031	4%
Tracção Eléctrica	3.890	3.500	3.813	4.538	19%
Lugares km	2.601.111	2.569.839	2.517.243	2.608.568	4%
Taxa de Ocupação Global	2007	2008	2009	2010	10/09
Autocarros	16,6%	17,2%	16,3%	14,9%	-1,4
Tracção Eléctrica	20,7%	22,4%	16,8%	15,9%	-0,9

Velocidade Comercial Global	2007	2008	2009	2010	10/09
Autocarros	16,0	16,2	16,2	16,1	-1%
Tracção Eléctrica	7,9	7,4	7,5	7,6	2%

(valores em milhares)

Produção da Frota Própria AC's	2007	2008	2009	2010	10/09
N.º Médio Veículos (un.)	422	407	390	401	3%
Veículos km	25.386	25.387	24.770	25.724	4%
Lugares km	2.272.414	2.254.910	2.206.567	2.296.833	4%
Veículos hora	1.606	1.581	1.542	1.613	5%

Indicadores da Oferta Frota Própria AC's	2007	2008	2009	2010	10/09
Taxa de Ocupação (%)	17%	17%	16%	14,5%	-1,4
Velocidade Comercial (km/h)	15,8	16,1	16,1	15,9	-1%
Taxa de Acidentes p/embate (por milhão km)	40	37	43	39	-8%

(valores em milhares)

Produção da Frota Operadores Privados	2007	2008	2009	2010	10/09
Veículos km	4.242	4.066	4.015	4.016	0%
Lugares km	324.806	311.429	306.863	307.198	0%
Veículos hora	251	241	238	238	0%

Indicadores da Oferta Frota Operadores Privados	2007	2008	2009	2010	10/09
Taxa de Ocupação (%)	15,6%	16,1%	19,4%	18,1%	-1,3
Velocidade Comercial (km/h)	16,9	16,9	16,9	16,9	0%

(valores em milhares)

Produção da Frota Carros Eléctricos	2007	2008	2009	2010	10/09
N.º Médio Veículos (un.)	3	4	4	4	0%
Veículos km	87	83	91	108	19%
Lugares km	3.890	3.500	3.813	4.538	19%
Veículos hora	11	11	12	14	17%

Indicadores da Oferta Carros Eléctricos	2007	2008	2009	2010	10/09
Taxa de Ocupação (%)	20,7%	22,4%	16,8%	15,9%	-0,9
Velocidade Comercial (km/h)	7,9	7,4	7,5	7,6	2%

Indicadores de Desvios	2007	2008	2009	2010	10/09
Nº de Desvios	n.d.	222	285	278	-2%
Concluídos por Obras	n.d.	132	185	187	1%
Concluídos por Festas	n.d.	90	100	91	-9%
Duração Média dos Desvios (dias)		17	19	21	13%

RECURSOS HUMANOS

	2007	2008	2009	2010	10/09
Efectivo Total em 31/12	1.623	1.521	1.490	1.496	0%
Motoristas SP em 31/12	1.051	998	975	978	0%
Pessoal tripulante (% total)	65,4%	66,3%	66,0%	66,0%	0,0 pp
Efectivo Total Médio	1.645	1.591	1.502	1.512	1%
Distribuição Efectivo	2007	2008	2009	2010	10/09
Efectivo Homem	1.533	1.434	1.415	1.401	-1,0%
Efectivo Mulher	90	87	87	95	9,2%
Absentismo	2007	2008	2009	2010	10/09
Taxa Global em 31/12 (%)	7,1%	7,8%	8,3%	7,2%	-1,1 pp
Pessoal Tripulante (%)	8,3%	9,0%	9,1%	7,4%	-1,7 pp
Outros (%)	4,7%	5,4%	6,6%	6,6%	0,1 pp
Trabalho Suplementar	2007	2008	2009	2010	10/09
Horas	103.124	116.874	132.041	131.290	-1%
Pessoal Tripulante	84.557	98.857	120.225	120.959	1%
Valor (milhares de euros)	890	1.028	1.160	1.133	-2%
Pessoal Tripulante	704	840	1.023	1.014	-1%
Estrutura Etária	2007	2008	2009	2010	10/09
18-29	34	19	21	16	-24%
30-49	737	708	700	735	5%
> 49	852	794	769	745	-3%
Total	1.623	1.521	1.490	1.496	0%
Formação	2007	2008	2009	2010	10/09
Horas	5.001	11.373	15.642	20.518	31%
Pessoal Tripulante	3.640	5.859	11.169	16.023	43%
Formação Continua	3.640	5.859	6.099	3.175	-48%
Trabalhadores	563	894	773	783	1%
Pessoal. Tripulante	508	679	643	571	-11%
Formação Continua	508	679	598	75	-87%

FROTA

Composição de Frota	2007	2008	2009	2010	10/09
Autocarros	493	473	472	489	3,6%
Carros Eléctricos	8	8	8	5	-37,5%
Total	501	481	480	494	2,9%

Composição da frota de autocarros	2007	2008	2009	2010	10/09
Viaturas a gasóleo	238	218	217	234	7,8%
Standard	233	213	212	209	-1,4%
Articulados	0	0	0	20	-
Minis	5	5	5	5	0,0%
Viaturas a gás natural	255	255	255	255	0,0%
Standard	225	225	225	225	0,0%
Articulados	30	30	30	30	0,0%
Frota autocarros	493	473	472	489	3,6%

Características da Frota	2007	2008	2009	2010	10/09
Gás natural	51,7%	53,9%	54,0%	52,1%	-1,9 pp
Ar condicionado	69,6%	72,5%	72,7%	74,2%	1,6 pp
Piso rebaixado	87,8%	91,5%	91,7%	92,6%	0,9 pp
Rampa rebatível	54,4%	56,7%	56,8%	58,9%	2,1 pp

Idade Média	2007	2008	2009	2010	10/09
Carros Eléctricos	69,75	70,55	71,55	72,55	1,0 abs
Autocarros	6,68	7,46	8,45	9,04	0,6 abs
Diesel	9,06	9,75	10,74	10,71	0,0 abs
Gás natural	4,46	5,51	6,51	7,51	1,0 abs

Consumo viaturas por tipo combustível utilizado	2007	2008	2009	2010	10/09
Gasóleo (l/100 km)	52,68	52,04	52,27	52,78	1%
Custos Total (m €)	5.637	5.242	4.232	5.364	27%
Custo por 100 km	42,76	48,31	38,18	46,00	20%
Custo Médio (€/por litro)	0,81	0,93	0,73	0,87	19%
Gás Natural (m3/100 km)	68,47	68,35	68,35	68,61	0%
Custos Total (m €)	3.903	5.399	4.610	4.842	5%
Custo por 100 km	29,25	35,27	31,90	32,62	2%
Custo Médio (€/m3)	0,43	0,52	0,54	0,48	-12%
Energia Tracção (Kwh/100 km)	246,07	266,13	297,10	268,92	-9%
Custo Total (m €)	24	28	37	37	0%
Custo por 100 Km	27,18	32,78	37,89	33,03	-13%
Custo Médio (€/kw)	0,11	0,12	0,13	0,12	-4%

Operacionalidade da Frota	2007	2008	2009	2010	10/09
Taxa de Imobilização	6,6%	5,8%	6,7%	7,9%	1,2 pp
Taxa de Avarias (por mil km)	1,22	1,19	1,17	1,19	2%

ECONÓMICA E FINANCEIRA

POC (milhares de euros)

Custos	2007	2008
FSE+CMVMC	36.137	37.371
Custos com Pessoal	38.440	38.777
Amortizações e Provisões	8.287	8.917
Operacionais	83.523	85.788
Financeiros	11.297	25.694
Correntes	94.820	111.482
Extraordinários	2.194	2.351
Custos Totais	97.032	113.866
% Custos com Pessoal	2007	2008
Custos c/ Pessoal/ Custos Operacionais	46,02%	45,20%
Custos c/ Pessoal/ Custos Totais	39,6%	34,1%
Receita títulos de transporte/Custos c/ Pessoal	1,2	1,3

SNC	(milhares de euros)		
Gastos	2009	2010	10/09
FSE+CMVMC	33.178	34.032	2,6%
Gastos com Pessoal	40.731	39.999	-1,8%
Gastos/reversões depreciação amortização e provisões	8.385	6.531	-22,1%
Operacionais	87.887	81.963	-6,7%
Juros e gastos similares suportados	10.437	28.383	25.694
Gastos Totais	98.355	110.386	12,2%
% Gastos com Pessoal	2009	2010	10/09
Gastos c/ Pessoal/ Gastos Operacionais	46,3%	48,8%	2,46 pp
Gastos c/ Pessoal/ Gastos Totais	41,4%	36,2%	-5,18 pp
Receita títulos de transporte/Gastos c/ Pessoal	1,17	1,23	5,3%

	(milhares de euros)				
Rendimentos	2007	2008	2009	2010	10/09
Rendimentos Totais	70.352	74.987	74.702	72.709	-2,7%
Títulos de transporte	46.716	49.390	47.541	49.166	3,4%
PAII	870	947	982	955	-2,7%
Indemnizações Compensatórias	16.897	17.812	19.156	18.975	-0,9%
Outros rendimentos e ganhos	5.869	6.838	7.023	3.612	-49%

	(milhares de euros)				
Esforço Financeiro do Estado	2007	2008	2009	2010	10/09
Indem. Compensatórias - Sistema Monomodal	16.623	17.812	19.156	18.975	-0,94%
Compensação Tarifária - Sistema Intermodal Andante	274	743	981	1.013	3,24%
PAII	870	947	982	955	-2,74%
Total	17.767	19.501	21.119	20.944	-0,83%

	(milhares de euros)				
Resultados	2007	2008	2009	2010	10/09
Resultados Operacionais	-15.077	-14.132	-15.903	-9.254	42%
Antes de IC's	-31.974	-31.945	-35.059	-28.230	19%
Resultados Financeiros	-11.243	-24.068	-7.719	-28.383	-268%
Resultado Líquido Exercício	-26.680	-38.879	-23.653	-37.677	-59%
Antes de Swap		-28.189	-24.625	-17.612	28%
Antes de IC's	-43.578	-56.691	-42.809	-56.653	-32%

	(valores em euros por milhar de km)				
	2007	2008	2009	2010	10/09
Rendimentos Operacionais / Passageiro km	158,12	162,33	175,40	187,07	6,7%
Antes de IC's	119,08	121,98	128,72	138,25	7,4%
Gastos Operacionais / Passageiro km	192,95	194,34	214,15	210,88	-1,5%
Antes de Amortizações	175,88	175,55	194,59	194,09	-0,3%
Rendimentos Operacionais / Lugar km	26,31	27,88	28,60	27,86	-2,6%
Antes de IC's	19,82	20,95	20,99	20,59	-1,9%
Gastos Operacionais / Lugar km	32,11	33,38	34,91	31,41	-10,0%
Antes de Amortizações	29,27	30,15	31,73	28,91	-8,9%

% gastos operacionais	2007	2008	2009	2010	10/09
Prestação de Serviços	56,7%	57,8%	54,3%	60,2%	5,9 pp
Subsídios à Exploração	21,3%	21,9%	22,9%	24,3%	1,4 pp
Rendimentos Operacionais	84,2%	83,5%	81,9%	88,7%	6,8 pp

	(milhares de euros)				
Indicadores de Actividade	2007	2008	2009	2010	10/09
Produção	65.971	68.921	68.006	69.310	1,9%
Por efectivo médio	40,1	43,3	45,3	45,8	1,2%
Antes de IC's	49.073	51.109	48.850	50.334	3,0%
Valor Acrescentado Bruto	31.650	33.321	37.327	37.309	-0,1%
Por efectivo médio	19,2	20,9	24,9	24,7	-0,7%
Antes de IC's	14.753	15.509	18.171	18.333	0,9%

	(valores em dias)				
	2007	2008	2009	2010	10/09
Prazo Médio Pagamento	84,2	92,3	77,3	54,4	-30%
Prazo Médio Recebimento	22,6	43,6	58,8	10,6	-82%

O cálculo de PMP para o ano 2009 foi efectuado de acordo RCM 34/2008 e despacho 9870/2009

	2007	2008	2009	2010	10/09
Rácio de Liquidez Geral	23,2%	10,4%	27,7%	3,4%	-24,4 pp
Rácio de Liquidez Reduzida	21,6%	9,9%	25,7%	2,7%	-23,0 pp
Rácio de Liquidez Imediata	0,4%	0,2%	0,6%	1,0%	0,4 pp

	(milhares de euros)	
Estrutura do Balanço	2007	2008
Activo	90.138	92.151
Imobilizado	77.895	75.768
Circulante	9.563	13.951
Acréscimos e Diferimentos	2.680	2.433
Capital Próprio e Passivo	90.138	92.151
Capital Próprio	-201.889	-247.197
Passivo	292.027	339.348

Estrutura do Balanço	2009	2010	10/09
Activo	110.950	114.746	3%
Não Corrente	96.948	102.624	6%
Corrente	14.002	12.122	-13%
Capital Próprio e Passivo	110.950	114.746	3%
Capital Próprio	-237.305	-275.747	16%
Passivo	348.254	390.493	12%

(milhares de euros)					
Passivo Financeiro	2007	2008	2009	2010	10/09
Médio e Longo Prazo	229.834	155.000	275.000	275.000	0%
Empréstimo Obrigacionista	129.000	100.000	220.000	220.000	0%
Empréstimos Bancários	80.000	55.000	55.000	55.000	0%
Outros Empréstimos	20834	0	0	0	0%
Curto Prazo	31.027	115.661	12.659	34.862	175%
Empréstimo Obrigacionista	0	29.000	0	0	-
Empréstimos Bancários	29.811	86.659	12.659	34.862	175%
Outros Empréstimos	1.216	2	0	0	-
TOTAL	260.861	270.661	287.659	309.862	8%

(milhares de euros)					
Investimentos	2007	2008	2009	2010	10/09
Material Circulante	23.162	4.874	163	11.779	7132%
Infra estruturas	836	29	381	206	-46%
Outros	689	696	962	292	-70%
Total	24.688	5.600	1.506	12.276	715%

OUTROS INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2007	2008	2009	2010	10/09
Variação Ponderada do Tarifário (Monomodal)	2,0%	4,5%	0,0%	0,8%	0,8 pp
Taxa Inflação Anual	2,4%	2,6%	-1,0%	1,4%	2,4 pp
Variação Custo Médio Unitário do Gasóleo	3,0%	14,4%	-21,3%	19,3%	40,6 pp
Variação Custo Médio Unitário do Gás Natural	2,2%	20,8%	4,3%	1,8%	-2,4 pp

Produtividade	2007	2008	2009	2010	10/09
Veículo km (10 ³) / Efectivo Médio	18,1	18,6	19,2	19,7	2,7%
Lugar km (10 ³) / Efectivo Médio	1.581,2	1.615,2	1.675,9	1.725,2	2,9%
Passageiro (10 ³) / Efectivo Médio	66,3	69,9	72,1	72,2	0,2%
Passageiro km (10 ³) / Efectivo Médio	263,1	277,5	273,2	257,1	-5,9%
Extensão Rede (Km) / Efectivo Médio	0,32	0,33	0,36	0,36	0,0%

(milhares de euros)					
Evolução do Complemento de Pensões	2007	2008	2009	2010	10/09
Compl. Pensões pago no ano	608	634	612	575	-6%
Nº médio de pensionistas	346	321	315	307	-3%

Consumo de combustível	2007	2008	2009	2010	10/09
Electricidade CE					
(kwh)	220.478	253.089	286.732	297.652	4%
Kwh/100km	246	295	297	271	-9%
Tep	47	54	62	64	3%
Electricidade Inst. Fixas					
(kwh)	4.839.465	5.020.939	4.800.421	4.940.201	3%
Tep	1.040	1.080	1.032	1.062	3%
Gasóleo					
Litros	6.944.829	5.647.060	5.793.505	6.154.613	6%
litros/100km	52,68	52,04	52,27	52,78	1%
Tep	5.941	4.831	4.953	5.262	6%
Gás Natural					
Metros cubicos	9.138.591	10.461.226	9.875.031	10.184.235	3%
m3/100km	68,47	68,35	68,35	68,61	0%
Tep	8.270	9.467	8.937	9.217	3%
Total Tep	15.299	15.432	14.984	15.605	4%
Tep - toneladas equivalentes de petróleo					

8.2 Painel de Indicadores de GRI

A STCP elabora desde 2006 um único relatório, designado por Relatório de Gestão e Sustentabilidade, remetendo a informação de uma estrutura GRI (Global Reporting Initiative) para um índice GRI que é parte integrante deste relatório e que se apresenta nos quadros seguintes. Embora a STCP responda globalmente ao conteúdo e aplicação da GRI, nunca se propôs a auto-declarar um determinado nível com base na sua própria avaliação do conteúdo do relatório, nem solicitou até à data a uma entidade externa essa mesma análise.

9 Certificação Legal das Contas

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." (Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 114 746 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 275 747 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 37 677 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Página 1 de 3

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMI'M com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº.7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 - Na sequência da entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística e, cumprindo com o estipulado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº.3, são apresentados nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010, a título comparativo, valores relativos ao exercício de 2009, reexpresos de acordo com esse normativo, conforme nota nº.2 do Anexo.

9.2 - A Empresa mantém a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração através do Relatório de Gestão, no ponto 5.2, refere-se a essa situação e o aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual propõe, no ponto 7, da Ordem de Trabalhos deliberação sobre este assunto.

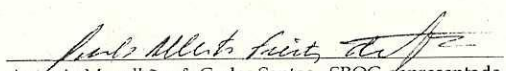
Página 2 de 3

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.1973
Contribuinte nº.502 138 394*

9.3 - Manteve-se a circunstância da Empresa alcançar resultados negativos no exercício os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Apesar disso, em nosso entendimento, a continuidade das operações não está em causa, atendendo ao facto do capital realizado pertencer integralmente ao Estado e a Empresa prestar um serviço público imprescindível.

Porto, 11 de Março de 2011


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Página 3 de 3

10 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

***RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE O
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2010
DA
SOCIEDADE DE TRANSPORTES
COLECTIVOS DO PORTO, S.A.***

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de Julho, que rege a STCP, S.A. e aprovou os respectivos Estatutos, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda por força do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório e Contas de 2010, elaborado pelo Conselho de Administração da STCP, S.A.

Ao abrigo do disposto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo (PBG) das Empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de Março, o Conselho Fiscal fará constar no presente Relatório uma avaliação do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas a 11 de Março de 2011, que se anexa.

O Conselho Fiscal efectuou reuniões e contactos com o Conselho de Administração e os Serviços da Sociedade, dos quais recebeu toda a colaboração e disponibilidade, tendo procedido à elaboração de um relatório semestral, sobre a análise económico-financeira da STCP, suportado no trabalho desenvolvido pelo ROC, do qual foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Accionista Estado quer ao nível do Ministério das Finanças, quer do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. A causa da elaboração de apenas um relatório semestral, está devidamente explicada no relatório do Conselho Fiscal relativo ao 1.º Semestre do ano, e reside principalmente na circunstância da empresa ter adoptado um novo sistema informático, que ainda apresenta por vezes lapsos que afectam os

saldos de algumas contas, para além da reexpressão do POC em SNC, ocorrida no corrente ano.

2. Análise do Relatório e Contas de 2010

Do Relatório e Contas de 2010 parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos de actividade constatou-se que o volume de negócios da STCP, em 2010, correspondeu a cerca de EUR 52,745 milhões, com um nível de cumprimento de 105%, face ao valor previsto no Plano de Actividades para 2010;
- Esta situação teve reflexos na situação económico-financeira da Sociedade. A STCP obteve, em 2010, um resultado líquido negativo, de EUR -37,677 milhões, o que, não considerando o efeito da variação do justo valor das operações de cobertura de risco de taxa de juro, representa uma melhoria 28% (cerca de EUR 7 milhões) face ao ano anterior.
- O resultado operacional obteve uma evolução positiva de cerca de 42%. Salienta-se que, para além do acréscimo dos rendimentos operacionais (1%), principalmente na rubrica “Prestação de Serviços” (nomeadamente rendimentos operacionais derivados de receita de títulos de transporte, que aumentou 3,4% em resultado do aumento da procura e do ajustamento tarifário), verificou-se um decréscimo nos gastos operacionais (-6,7%), designadamente dos “Gastos com Pessoal” (-1,8%), das amortizações (-22,1%) e de outros gastos operacionais (-75%), o que reflecte um conjunto de políticas continuadas de reestruturação da empresa.
- Ao nível do Passivo Financeiro, destaca-se o aumento de 8%. Mais uma vez se constata que o financiamento da actividade da empresa decorreu essencialmente do recurso a capitais alheios, ultrapassando, assim, os 7% de limite de aumento do endividamento fixado no Plano de Estabilidade e Crescimento Económico (PEC). Este aumento, que se traduziu em cerca de EUR 25,76 milhões, correspondeu às necessidades de financiamento adicionais previstas pela STCP e comunicadas às Tutelas em 20 de Maio de 2010, tendo por base os seguintes pressupostos que não tiveram concretização:

a) Montante das Indemnizações Compensatórias atribuídas – Pela primeira vez o seu montante foi fixado objectivamente na Assembleia Geral de 2010 com o valor de EUR 24,3



milhões, tendo sido o montante atribuído de EUR 20,1 milhões, o que provocou necessidades adicionais de EUR 4,4 milhões no recurso a endividamento;

b) Redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores – O esforço de cumprimento da meta definida no Contrato de Gestão permitiu atingir, no final de 2010, um prazo médio de pagamento de 54,41 dias, com reflexos no incremento das necessidades de endividamento em 1,392 M€;

c) Não recebimento atempado de verbas referentes ao Subsídio do Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), no montante de 1,012 M€, e da comparticipação do Estado no preço dos títulos do tarifário social Andante, do 4_18@escola.tp e do Sub_23@superior.tp, determinaram o recurso temporário a endividamento, por utilização das contas disponíveis de curto prazo contratadas.

- O Resultado Financeiro (-28,383 milhões de euros) diminuiu de forma significativa, ou seja, -268% face a 2009, devido essencialmente ao aumento das taxas de juro, pela falta de liquidez nos mercados financeiros, e à maior utilização de linhas de crédito de curto prazo, cuja renegociação permanente agravou os spreads e introduziu novos custos pela disponibilização de recursos financeiros em permanência.

- O grau de cumprimento do plano de investimento, em 2010, foi de 103% face ao objectivo previsto, o que correspondeu a uma taxa de execução do citado plano de 98% face ao valor de investimento orçamentado. Em 2010 o investimento totalizou cerca de EUR 12,3 milhões, sendo as principais rubricas a aquisição de viaturas e obras de requalificação. Este investimento foi realizado com recurso a capitais alheios.

- Nos termos do Programa pagar a tempo e horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, o Prazo Médio de Pagamentos apresentado pela STCP, em 31 de Dezembro de 2010, foi de 54 dias, com uma diminuição de 23 dias face a 2009 e um grau de execução de 116%, quando comparado com a meta prevista no Contrato de Gestão, de 65 dias.

- Relativamente à gestão do risco financeiro, a empresa procedeu, em Novembro de 2007, à contratação de operações de cobertura do risco de taxa de juro. Estas operações foram efectuadas tendo por base o empréstimo obrigacionista emitido no ano. A cobertura incide sobre 50 milhões de euros e foi repartida por duas operações de 25 milhões de euros cada, qualquer uma delas a vigorar até ao final da operação coberta, Junho de 2022. São

operações de taxa fixa nos três primeiros anos, passando a variáveis pelos restantes onze anos e meio. Estas operações swap de taxa de juro estão relevadas nas contas da empresa pela aplicação do justo valor como critério de mensuração dos instrumentos financeiros.

▪ Em 2010, foram tomadas as seguintes diligências no âmbito do cumprimento das recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2009:

a) Cumprimento da redução do prazo médio pagamento (PMP), nos termos da RCM 34/2008 de 14 de Fevereiro;

b) Regularização da prestação de seguro de caução, nos termos do nº 1 do artigo 396º CSC. Este assunto já se encontrava negociado e contratado, não obstante as dificuldades do mercado nesse tipo de cobertura de risco, e garantiu a caução exigida;

c) Reformulação do Plano de Actividades e Investimentos de forma a contemplar um valor de Indemnizações compensatórias de EUR 24,3 milhões, obtendo-se um crescimento do endividamento não superior a 6% . Foi presente às tutelas a reformulação do Plano de Actividades e Investimentos em Junho 2010, contemplando já o previsto no Despacho nº 510/10 – SETF, de 1 de Junho, aumentado o limite de endividamento para 7%. As Indemnizações Compensatórias atribuídas à STCP foram (líquidas de IVA) de EUR 18,975 milhões (RCM 96/2010), -2% do que o mencionado na Assembleia Geral;

d) Proposta de Contrato de Serviço Público, votada favoravelmente a sua deliberação mas remetida para data posterior, após negociação do contrato entre a Empresa e o Estado. Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais: deliberado que esta matéria não fosse objecto de decisão na Assembleia Geral, para decisão pelo accionista na sequência da decisão sobre a proposta de prestação de serviço público apresentada pela STCP.

▪ Ainda durante o ano de 2010, e em resultado das medidas no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento Económico (PEC), a STCP:

1) cumpriu as orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas (EP) nos termos do ofício nº 1730, de 25 de Fevereiro de 2010 da DGTF: "...não actualização dos salários nominais para o corrente ano..." e não actualizou as tabelas salariais ou o valor das restantes rubricas pecuniárias;

2) em cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças (MEF), comunicado através do ofício circular nº 2590 de 26 de Março de 2010,

não atribuiu prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011, aos membros do órgão de administração;

3) em cumprimento da orientação constante no Despacho nº 438/10-SETF de 10 de Maio, transmitida através do ofício circular nº 6132 de 6 de Agosto de 2010, desta Direcção Geral, relativamente às normas da contratação pública, todos os contratos de prestação de serviços e aquisições de bens de valor superior a EUR 125.000 sem IVA são objecto de análise e decisão em reuniões do Conselho de Administração, através de notas técnicas, que justificam a necessidade de contratar, através uma avaliação devidamente fundamentada;

4) em cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC e aprovado pela RAR nº 29/2010 de 12 de Abril e explicitados pelo despacho n.º 510/10 SETF, de 1 de Junho, comunicado pelo Ofício Circular nº 4348 de 1 de Junho de 2010 da DGTF, a STCP apresentou um crescimento do endividamento em 2010 de 8,3% face ao valor da dívida no final de 2009;

5) implementou as medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP). A empresa efectuou a revisão dos seus contratos de aprovisionamento que se espera que produza resultados no decorrer do ano de 2011;

6) em cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 Junho, foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração o corte de 5% nas remunerações a partir do mês de Junho, inclusive; e finalmente,

7) em cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho, ao nível do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual "... as entidades que integram o SEE... devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, IP...", a STCP diligenciou a abertura de uma conta no IGCP, IP.

▪ Salientamos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, sobretudo no médio e longo prazo, com elevados encargos financeiros, para financiar a actividade da empresa, nomeadamente o plano de investimentos.



- O Capital Próprio da STCP, S.A. é crescentemente negativo, por via dos sucessivos aumentos da rubrica Resultados Transitados, atingindo em 2010, -275,747 milhões de euros, ou seja, o passivo da empresa excede o seu activo por este mesmo valor.
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal das contas e no relatório de auditoria emitida pelo ROC da sociedade, nomeadamente quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

3. Avaliação do desempenho dos gestores

A avaliação dos gestores de forma individualizada tem, entre outros, como pressuposto principal a existência de um contrato de gestão que defina, para cada um deles, objectivos e estabeleça metas quantificáveis, em cumprimento do disposto no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março. Os contratos em causa foram outorgados entre o Accionista Estado e os gestores públicos da STCP, S.A., em Junho de 2009, nos quais se fixaram orientações estratégicas e objectivos de gestão anuais, para o período de 2009-2011, bem como, as componentes fixa e variável da remuneração, esta última associada ao grau de atingimento dos objectivos de gestão.

Ora, considerando os valores evidenciados no Relatório e Contas de 2010, que não nos suscitam quaisquer reparos, apurou-se um grau de atingimento dos objectivos de gestão traçados para 2010 de 108%, pelo que de uma forma global e atendendo à análise supra exposta, avaliamos de uma forma positiva o desempenho dos gestores públicos da STCP realizado no exercício de 2010.

Apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo

Na sequência das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais (CSC) pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, o Governo determinou a adopção obrigatória de um novo modelo de fiscalização para empresas que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado (sociedades emitentes) e para grandes

sociedades que, não sendo totalmente dominadas por outras sociedades que adoptem este modelo, durante dois anos consecutivos, ultrapassem dois dos limites nele estabelecidos (artigo 413.º do CSC).

As disposições constantes do CSC aplicam-se subsidiariamente às empresas que integram o SEE por força do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, quer sob a forma de Sociedades Anónimas, quer sob a forma de Entidades Públicas Empresariais, quer sob a forma de Sociedades Anónimas, quer sob a forma de Entidades Públicas Empresariais.

Nesta conformidade e preenchendo a STCP,SA, à data da Assembleia Geral Anual, realizada em 21 de Abril de 2008, os requisitos legais para o efeito, foi assegurada a transição do respectivo modelo de fiscalização, adequando-o às referidas disposições do CSC, o qual passou a ser composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro daquele órgão.

Face àquela alteração, a estrutura de governo da sociedade passou a adoptar a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e SROC, cujos membros dos respectivos órgãos, eleitos para o mandato 2009-2011, se encontram identificados no Relatório e Contas de 2010.

Salienta-se o esforço do Conselho de Administração da STCP, SA no sentido da definição de objectivos de gestão e no seu alcance, bem como no cumprimento das obrigações estabelecidas nos Princípios de Bom Governo, através, nomeadamente, da inclusão no Relatório e Contas de 2010 de um ponto específico sobre ao governo das sociedades, no qual consta, designadamente, uma avaliação do grau de cumprimento daqueles princípios.

De igual modo e tendo presente as orientações estratégicas globais para o SEE, definidas através da RCM n.º 70/2008, de 22 de Abril e o Contrato de Gestão subscrito por cada um dos membros do Conselho de Administração da STCP, S.A., sublinha-se que este

Conselho de Administração evidencia no Relatório e Contas de 2010, bem como no Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2010, as acções e os projectos que vão ao encontro das mesmas.

A actividade da empresa, explicitada no Relatório de Gestão e Sustentabilidade do exercício, reflectiu:

- A orientação do serviço para o cliente e a melhoria dos respectivos níveis de qualidade;
- A contribuição para o aumento sustentado de passageiros de transporte público na AMP;
- A contribuição para o aprofundamento da criação de um eficiente e eficaz Sistema de Transportes na AMP, em cooperação com os demais operadores intervenientes, públicos e privados, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e rede de vendas;
- A concretização de acções de inovação que contribuam para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente para a diminuição do nível de emissões poluentes;
- Também as acções e medidas concretizadas ao longo do ano, decorrentes da certificação obtida pela empresa em Dezembro de 2008, introduziram melhorias assinaláveis em muitas áreas e actividades;
- A contenção do agravamento do défice operacional, nomeadamente através do controlo de custos, do reforço da racionalidade económica, perseguindo a diminuição do peso financeiro do SEE, através da melhoria do desempenho da Sociedade,
- A preservação da componente social do transporte público;
- A promoção de um clima de paz social na empresa, estimulando o aumento da produtividade através da partilha de objectivos e responsabilidades com os trabalhadores;
- A formalização da proposta de contratualização do serviço público a prestar pela STCP;
- A participação activa na definição do modelo de financiamento do sistema e da adequada regulamentação do mercado;
- De igual modo, a formalização da proposta de equilíbrio económico-financeiro da empresa.



Ainda relativamente aos objectivos de gestão e metas quantificadas, reforça-se que a Tutela fixou contratualmente objectivos anuais, tendo-se verificado que globalmente o Contrato de Gestão foi cumprido e até ligeiramente superado com um nível global de execução de 108%.

A análise individual dos 11 indicadores mostra que houve cumprimento em 7 deles, com um nível de cumprimento significativamente excedentário em quatro – Margem do EBITDAR, ROACE, Peso dos Títulos Intermodais e Prazo Médio de Pagamentos – com cumprimento claro em outros quatro indicadores – Volume de Negócios, Custos Operacionais, Índice de Qualidade da Oferta e Taxa de Cumprimento do Plano de Investimentos – restando três, com cumprimento de 92% a 98% – Taxa de Ocupação, Emissão de Poluentes e Indicador de Eficiência.

Em face do exposto, fazemos uma apreciação positiva da actividade do Conselho de Administração da STCP, S.A.

4. Conclusão

Assim, considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2010 responde às exigências legais aplicáveis, divulgando de forma adequada a evolução da actividade da STCP. Contempla igualmente, em capítulos autónomos, um conjunto vasto de informação em consonância com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, nos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE, anexos à RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, bem como nas demais orientações transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, em representação do accionista Estado, pelo que somos de parecer que, sem prejuízo:

- da análise feita pelo Conselho Fiscal, acompanhar a opinião do Revisor Oficial de Contas, e reiterar as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, nomeadamente, a assinalada no Relatório de Contas quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais; e

- de salientarmos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, resultante da utilização sistemática do recurso a capitais alheios, com elevados encargos financeiros, para financiar a sua actividade, nomeadamente o plano de investimentos.

propomos que sejam aprovados:

- O Relatório e Contas de 2010 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.; e
- Que seja apreciada a proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos apurados no exercício, no valor de -37.677.163,38 euros, na conta de Resultados Transitados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Porto, 31 de Março de 2011

O Presidente do Conselho Fiscal,



Os Vogais do Conselho Fiscal,

Ana Alexandra Filipe Freitas

